

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2003

Senhores Acionistas,

A CEMIG submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2003.

As informações apresentadas são consolidadas, incluindo os números da CEMIG e suas controladas.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2003 foi marcado por uma série de eventos de impacto no ambiente institucional do setor elétrico brasileiro. A divulgação do novo modelo do setor, o lançamento pelo Governo Federal do Programa “Luz Para Todos” e a revisão tarifária das distribuidoras de energia elétrica são alguns dos destaques.

Deve ainda ser ressaltado que 2003 foi o primeiro ano após a extinção do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, a partir do qual a população brasileira afetada pelas medidas de racionamento adquiriu novos hábitos de consumo. Esse fator, aliado ao baixo crescimento da economia brasileira, não permitiu um crescimento expressivo na venda de energia.

Apesar das dificuldades do cenário externo, não podemos deixar de ressaltar os resultados alcançados pela CEMIG em 2003, que representaram expressiva criação de valor para os seus acionistas.

As ações da CEMIG PN e ON, negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo, Nova Iorque e de Madri apresentaram valorização de 105,81% e 65,00%, respectivamente, em 2003, índices muito superiores às taxas de inflação verificadas no período.

Da mesma forma, a valorização do Real em relação do dólar americano, aliada ao melhor desempenho operacional da Companhia, produto dos esforços da Administração e todo o corpo de empregados na modernização e implementação de melhorias dos processos, permitiu que o lucro da CEMIG fosse o maior, em termos nominais, da sua história, superior a 1 bilhão de reais.

Como prova do melhor desempenho operacional, o EBITDA (lucro antes dos impostos, resultado financeiro e depreciação e amortização) consolidado foi de R\$1.796 milhões em 2003 comparado a R\$1.076 milhões em 2002, um aumento de 66,91%. A margem do EBITDA cresceu de 21,02% em 2002 para 31,95% em 2003.

No que se refere ações do Governo Federal, deve ser mencionada novamente a nova proposta para o setor elétrico brasileiro, que traz mudanças significativas no ambiente de compra e venda de energia e na avaliação dos investimentos futuros.

O programa “Luz para todos”, de universalização do acesso e uso da energia elétrica, lançado pelo Governo Federal, tem como meta a eletrificação de 100% do País até 2008 e exigirá consideráveis investimentos no setor de distribuição. No caso da CEMIG, serão R\$378 milhões investidos na ligação de 145 mil novos consumidores rurais na sua área de concessão até 2006.

Os investimentos da CEMIG no setor de geração expressam a confiança da Companhia no futuro do País e a sua contribuição para o desenvolvimento de um parque energético que viabilize o crescimento sustentável brasileiro. São seis novas usinas em construção simultaneamente, com investimentos superiores a R\$ 2,5 bilhões e que agregarão, depois de concluídas, quase 1.300 MW de potência ao sistema elétrico brasileiro.

O ano de 2004 apresenta grandes desafios corporativos para a CEMIG, não somente a entrada em vigor do novo marco regulatório, mas principalmente, o processo de desverticalização das suas atividades de distribuição, geração e transmissão, previsto para ser concluído até dezembro de 2004.

Finalmente, deve ser ressaltado o esforço da Corporação na busca contínua de agregação de valor aos seus acionistas, na visão de ser a melhor empresa de energia do País, atuando com rentabilidade, qualidade e responsabilidade social.

AMBIENTE EXTERNO

Cenário econômico

A economia brasileira conseguiu inverter, em 2003, a trajetória de deterioração e perda de confiança que prevaleceu em 2002. O Governo Federal buscou combater a crise de confiança através da adoção de uma política macroeconômica baseada em juros elevados para conter a inflação e na realização de um forte ajuste fiscal.

O Risco Brasil, divulgado pelo JP Morgan, que no início do ano estava em 1.379 pontos, fechou o ano em 468 pontos, uma queda de 66%, provocada pela recuperação da confiança externa em nossa economia. Entretanto, o Risco Brasil continua sendo o 3º mais alto do mundo, inferior apenas ao risco País da Argentina e Nigéria. O dólar acompanhou este movimento caindo de R\$3,53 ao término de 2002 para R\$2,89 em 31 de dezembro de 2003; a queda só não foi maior devido às compras de divisas e ao resgate de títulos cambiais realizados pelo Governo com o objetivo de evitar uma valorização excessiva do Real.

A inflação reduziu-se e o IGP-M, que acumulara uma alta de 25,31% em 2002, subiu 8,71% em 2003 e espera-se uma elevação ainda mais modesta em 2004. A queda da inflação permitiu ao Governo diminuir a taxa de juros (SELIC) de 25% a.a., em janeiro, para 16,5% a.a. em dezembro de 2003.

Através da estabilização da relação dívida/PIB, em torno de 57% do PIB, buscou-se recuperar a confiança na capacidade do Governo Federal de honrar seus compromissos financeiros de longo prazo, equacionando a principal causa da crise de confiança de 2002.

Ambiente institucional

Os últimos três anos têm sido críticos para o setor elétrico nacional. Primeiro, o racionamento de energia; em seguida, vieram as sobras de energia, juntamente com a crise financeira das distribuidoras, ampliada pelo adiamento de parte dos recursos da CVA, previstos para serem recebidos junto com os futuros reajustes ou revisões tarifárias.

Também em 2003, o Governo Federal voltou a discutir a autonomia e o papel das agências reguladoras, devendo ser ressaltados os projetos enviados ao Congresso Nacional sobre a função dessas agências e a redefinição de seus poderes junto ao Ministério de Minas e Energia. Todas essas questões ainda encontram-se pendentes e continuarão sendo avaliadas durante o próximo ano.

Pelo lado positivo, destacaram-se as revisões tarifárias para as distribuidoras, que apesar de não terem trazido o alívio completo, mostraram um início de recuperação para os resultados econômicos e para o fluxo de caixa. O BNDES sinalizou com uma ampliação de créditos para o setor, ainda não concretizados em função de exigências mais complexas e dos limites para empréstimos às empresas estatais.

Permanece a falta de consenso entre os agentes e a ANEEL quanto à metodologia da revisão tarifária e de definição do Fator X. O Fator X representa os ganhos de eficiência obtidos pelas distribuidoras e que deverão ser compartilhados com os consumidores, aplicado como um redutor nos reajustes anuais. A despeito do intenso debate promovido pela ANEEL, via audiências públicas e outros eventos, não foram adequadamente resolvidas as grandes divergências entre os investidores e o regulador quanto a importantes parâmetros que afetam profundamente o equilíbrio das empresas, como, por exemplo, a base de remuneração (valor dos ativos da Distribuição, vinculados à concessão, que devem ser remunerados).

É importante citar que as reavaliações de ativos iniciadas em 2003, ainda não foram completadas e homologadas pela ANEEL. Os novos valores da base de ativos poderão afetar significativamente a estrutura patrimonial e os reajustes tarifários das distribuidoras, pois servirão de base para remuneração.

Na questão tributária, existe a possibilidade de criação de novos encargos, em decorrência do novo modelo que institui novas entidades federais, como a Empresa de Pesquisa Energética - EPE e o Administrador dos Contratos de Energia Elétrica - ACEE. Deve ainda ser mencionado o aumento da alíquota da COFINS, de 3% para 7,6%, com impacto previsto na tarifa de energia em 2004. Caso o repasse da COFINS não seja repassado às tarifas em 2004, as empresas do setor elétrico terão impacto relevante em seu caixa.

A política tarifária teve sua alteração gradual iniciada pelo Governo Federal, que aplicou reajustes diferenciados para os grandes e pequenos consumos. Com essa providência, começou a ser reduzido o elevado nível de subsídios cruzados existentes nas tarifas de energia.

Ainda em termos tarifários, merece destaque a continuidade da política de separação dos custos de compra de energia dos custos de transporte. A ANEEL, durante todo o ano de 2003, editou resoluções separando os valores destes custos, o que irá possibilitar, em breve, a segregação dos contratos.

As entidades de classe das empresas do setor continuam atuando e sendo fortalecidas. Essa atuação conjunta das empresas tem possibilitado seguidos avanços na defesa do equilíbrio financeiro dos contratos de concessão de energia.

Os grandes desafios do setor elétrico brasileiro continuarão no futuro próximo, entre eles a regulamentação do novo modelo do setor elétrico e a redução da percepção do risco de se investir em energia no País.

INVESTIMENTOS

Adicionalmente às atividades de concessionária do serviço público, atuando na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica em quase todo o Estado de Minas Gerais, a CEMIG vem desenvolvendo várias outras atividades sinérgicas ao seu negócio principal, levando a sua marca a setores diversos como telecomunicações, serviços de eficiência energética e outros, representando maior geração de empregos, aumento na rentabilidade da Companhia e fortalecimento de sua posição no mercado.

Participação da CEMIG em empresas e consórcios:

	Participação CEMIG	
	%	R\$ milhões
Geração Hidrelétrica		
Sá Carvalho S.A.	100,00	103
Horizontes Energia S.A.	100,00	64
Cemig PCH S.A.	100,00	40
Cemig Capim Branco Energia S.A.	100,00	17
Consórcio da UHE de Funil	49,00	172
Consórcio da UHE de Aimorés	49,00	315
Consórcio da UHE Igarapava	14,50	56
Consórcio da UHE de Porto Estrela	33,33	39
Consórcio da UHE de queimado	82,50	191
Geração Termelétrica		
UTE Barreiro S.A.	100,00	5
UTE Ipatinga S.A.	100,00	68
Distribuição de Gás		
GASMIG	95,19	91
Telecomunicações		
Empresa de Infovias S.A.	99,92	243
Eficiência Energética		
Efficientia S.A.	100,00	2

A Cemig Capim Branco é parceira do consórcio para construção das usinas de capim branco I e II, onde participa com 21,05% no empreendimento.

A participação da CEMIG nos consórcios de energia elétrica, demonstrada na tabela anterior, indica sua parcela na energia gerada dos empreendimentos.

Como forma de assegurar a agregação de valor aos investimentos dos acionistas, foi organizado, no final dos anos 90, o Comitê de Priorização de Obras, que vem atuando na análise dos projetos de expansão constantes do plano quinquenal de negócios, recomendando à Diretoria Executiva a execução desses projetos e garantindo que o retorno mínimo exigido pelo Conselho de Administração seja atendido.

No exercício de 2003, o Grupo CEMIG realizou investimentos no montante de R\$904 milhões, líquidos das contribuições dos consumidores, sendo R\$502 milhões para expandir o seu sistema de geração, R\$90 milhões no seu parque de transmissão, R\$237 milhões para expandir o seu sistema de distribuição e R\$75 milhões nos seus negócios de gás, telecomunicações, eficiência energética e outros.

A seguir, encontra-se uma breve descrição dos principais investimentos da CEMIG durante o exercício de 2003:

Geração

O Grupo CEMIG possui 48 usinas, sendo 44 hidrelétricas, 3 térmicas e 1 eólica, com uma capacidade instalada de 5.771 MW. Além das obras em andamento das usinas hidrelétricas de Queimado, Aimorés, Irapé, Pai Joaquim e termelétrica Barreiro, teve início, em setembro de 2003, a implantação do Complexo Energético Capim Branco, com as obras da Usina Hidrelétrica de Capim Branco I. Em março de 2004, começaram as obras de Capim Branco II.

Em 2003, entraram em operação comercial as unidades 2 e 3 da Usina de Funil, implantada em parceria com a Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, com custo total de R\$172 milhões. A usina termelétrica Barreiro iniciou suas operações comerciais em fevereiro de 2004.

Empreendimentos em construção	Potência	Participação CEMIG	Início previsto da operação	Valor Orçado R\$ Milhões
Usina de Irapé	360 MW	100,00%	Agosto/2005	1.095
Usinas de Capim Branco I e II	450 MW	21,05%	Dezembro/2006	788
Usina de Aimorés	330 MW	49,00%	Outubro/2004	439
Usina de Queimado	105 MW	52,50%	Abril/2004	198
Usina de Pai Joaquim	23 MW	48,50%	Março/2004	55
Usina Termelétrica de Barreiro	12,9 MW	100,00%	Fevereiro/2004	6

Para manter e incrementar a qualidade das instalações em operação foram realizadas, em 2003, atividades de melhoria e modernização das usinas de Jaguará, Três Marias e Sá Carvalho, propiciando mais confiabilidade e segurança no fornecimento de energia.

Transmissão

A malha de transmissão da CEMIG, por onde é transportada a energia produzida em suas usinas, bem como a energia comprada de Itaipu e de outros participantes do sistema elétrico nacional, totalizou 4.853 km em 31 de dezembro de 2003.

Principais projetos de transmissão em 2003:

Subestação Vespasiano 2 – 500kV

Entrou em operação, no ano de 2003, com capacidade de 600 MVA, e investimento aproximado de R\$67 milhões. Instalada na região metropolitana de Belo Horizonte, esta subestação melhora as condições de atendimento de cerca de 700.000 consumidores de Belo Horizonte e vários outros municípios da região central de Minas Gerais.

Subestação de Bom Despacho 3 – 500kV

As obras de implantação, com custo estimado de R\$86 milhões, foram iniciadas em 2003, na região Oeste de Minas Gerais, com previsão de conclusão no primeiro semestre de 2004. Essa obra contribuirá para a melhoria dos níveis de tensão e qualidade da energia da Região Sudeste do Brasil e beneficiará diretamente aos consumidores mineiros das regiões Central, Vale do Aço e Zona da Mata.

Linha de Transmissão Montes Claros 2 – Irapé, de 345 kV

A CEMIG, em parceria com as empresas Furnas, Alusa e Orteng, venceu, em setembro de 2003, o leilão realizado pela ANEEL, relativo à concessão para construção, operação e manutenção dessa Linha de Transmissão com 150 km de extensão, responsável pela conexão da Usina Hidrelétrica de Irapé ao sistema interligado nacional. O investimento previsto por parte da CEMIG é de R\$ 7,2 milhões, devendo a linha entrar em operação no segundo semestre de 2005.

Outros Projetos

Participação nas atividades do Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas Elétricos - CCPE voltadas à definição dos reforços de transmissão para a Região Sudeste do País, associadas à duplicação do eixo Norte-Sul, que representarão um acréscimo de mais de 1.000 km de novas linhas de transmissão na área de Minas Gerais, com previsão de implantação no período 2007-2008.

Distribuição

Foram acrescentados 28.745 km de novas redes ao sistema de distribuição (média e baixa tensão), que corresponde a 82.867 km de redes urbanas e 276.437 km de redes rurais, no total de 359.304 km.

Programa “Luz para Todos” – Universalização do acesso e uso da energia elétrica

Em novembro de 2003, o Governo Federal lançou o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica, denominado “Luz para Todos”, que visa completar 100% da eletrificação no país até 2008, sem ônus para o consumidor. Esse programa, de grande alcance social, tem por meta levar eletricidade em aproximadamente 2,5 milhões de domicílios não atendidos pelo serviço, que correspondem a mais de 12 milhões de brasileiros, sendo que 90% destes domicílios possuem renda familiar inferior a três salários mínimos e cerca de 80% estão localizados em áreas rurais.

Em Minas Gerais a universalização do uso da energia elétrica, por constituir programa prioritário do Governo do Estado e da CEMIG, teve sua previsão de conclusão antecipada para 2006, ligando 145 mil domicílios rurais na sua área de concessão. O custo total do projeto na área de concessão da CEMIG é de aproximadamente R\$378 milhões, com recursos do Governo do Estado, Governo Federal e prefeituras.

Outros projetos

Foram desenvolvidas análises técnicas dos reforços de subtransmissão para a região Noroeste do Estado, totalizando investimentos aproximados de R\$50 milhões, voltados para atendimento ao mercado potencial de irrigação da região. Foram definidos também diversos outros reforços para diferentes regiões do Estado, destacando o Vale do Jequitinhonha, as regiões de Monte Sião e Betim, Sabará/Caeté e as regiões de Central de Minas/Mantena e Engenheiro Caldas.

Em 2003 foram implementados vários planos de reestruturação e desenvolvimento do sistema de distribuição de energia, com investimentos de aproximados de R\$138,6 milhões, contemplando o planejamento de construção de várias subestações e respectivas obras associadas no sistema de média tensão em diversas regiões do estado de Minas Gerais.

Gás Natural

A Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG, empresa subsidiária da CEMIG e responsável pela distribuição de gás natural canalizado em Minas Gerais, ampliou significativamente sua rede em 2003 através da implantação de ramais de atendimento a clientes do segmento industrial, comercial e automotivo.

Ao final de 2003, a GASMIG alcançou o volume de 465 milhões de metros cúbicos de gás, o que representou um crescimento de 12% nas vendas. A rede teve acréscimo de 14% em sua extensão, totalizando 225 km de gasodutos.

Continuando seu processo de expansão, a GASMIG inaugurou dois trechos de rede de distribuição em Juiz de Fora, com investimentos da ordem de R\$2 milhões, acrescentando 381 mil metros cúbicos por mês no consumo de gás natural do município. A partir desses novos empreendimentos, a GASMIG passou a atender mais dez clientes, totalizando 41 estabelecimentos consumidores em Juiz de Fora e Barbacena. Atualmente, a rede dessa região possui 51,5 km de extensão e é responsável por cerca de 25% do consumo industrial, comercial e veicular do combustível no Estado.

Encontra-se também em andamento o projeto do Sistema de Distribuição Norte II, que estenderá a atual rede de gasodutos existente na Região Metropolitana de Belo Horizonte até Sete Lagoas. O projeto, com investimento previsto de R\$30 milhões, terá cerca de 80 km de extensão e representará um volume de vendas de gás de aproximadamente 250 mil metros cúbicos por dia.

Acordo de cooperação com a Petrobrás

Em maio de 2003, a CEMIG, a GASMIG, a Petrobrás e o Governo do Estado de Minas Gerais assinaram um Acordo de Cooperação visando a viabilização do desenvolvimento do mercado de gás natural no Estado de Minas Gerais.

Os estudos prevêm, principalmente, a construção, pela Gaspetro, subsidiária da Petrobrás, de novos gasodutos de transporte de gás natural para Minas Gerais, a expansão da rede de distribuição de gás pela Gasmig e a participação da Gaspetro no capital da GASMIG.

As negociações têm a sua conclusão prevista para meados de 2004, após todas as aprovações legais.

Telecomunicações

Se o ano de 2002 foi considerado como o ano do crescimento expressivo da Infovias, posicionando-a como um importante e respeitado “player” no mercado de telecomunicações, então o ano de 2003, apesar de ser reconhecido pelo mercado como um dos piores para o setor de telecomunicações no País, pode ser considerado o ano de sua consolidação neste mercado extremamente competitivo e dinâmico.

A Infovias vivenciou um aumento superior a 100% em seu faturamento anual bruto, com investimentos de R\$24 milhões em sua rede. Além disso, o volume acumulado de circuitos de telecomunicações comercializados nas suas Redes de Acesso e de Multi-serviços aumentou em torno de 60% em 2003. Este incremento significativo nas vendas é atribuído à consolidação de suas parcerias com seus maiores clientes.

No segmento de TV a cabo e internet banda larga, a controlada Way TV Belo Horizonte S.A., foi pelo segundo ano consecutivo a empresa que apresentou o maior crescimento do setor. Desta forma, o crescimento do faturamento da Infovias com o transporte destes serviços foi de 77%, atingindo a meta estabelecida no início do ano. É importante destacar também que o serviço de internet banda larga atingiu a base de 10.719 assinantes, refletindo um crescimento de 96% em relação ao ano de 2002. Ressalta-se que o mercado de internet banda larga no Brasil no ano teve o crescimento estimado de 57%.

O ano de 2004, ao que tudo indica, apresentará um cenário bem mais favorável que 2003. A Infovias projeta um desempenho bastante otimista, sustentado pela retomada do crescimento da economia nacional e pela volta dos investimentos no setor de telecomunicações. Adicionalmente, existem as oportunidades de exploração da rede de multiserviços para a venda de serviços de internet de banda larga e aluguel para o mercado de telefonia local e longa distância, considerando o acirramento da concorrência no Estado de Minas Gerais, com a entrada de novos *players*.

Eficiência Energética

A CEMIG ganhou, pela 4ª vez, o Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, também conhecido como Prêmio Procel de Combate ao Desperdício de Energia, concedido pelo Ministério de Minas e Energia. A CEMIG participou com 22 projetos de eficiência energética, que demandaram investimentos de mais de R\$ 14 milhões. A redução de demanda no horário de ponta alcançou a marca de 11,7 MW. A economia de energia foi de 27.797 MWh por ano.

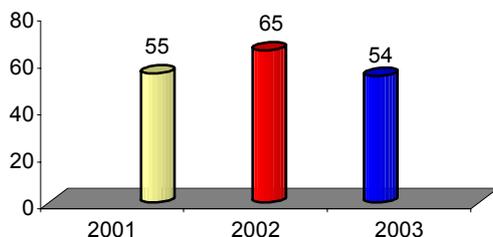
Entre os projetos, destaca-se o de Iluminação Pública, com investimento aproximado de R\$9 milhões, que inclui a substituição de lâmpadas vapor de mercúrio por vapor de sódio e troca de alguns equipamentos por outros mais modernos. Este projeto beneficiará 100 municípios com uma redução aproximada de 28% em suas contas de energia.

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

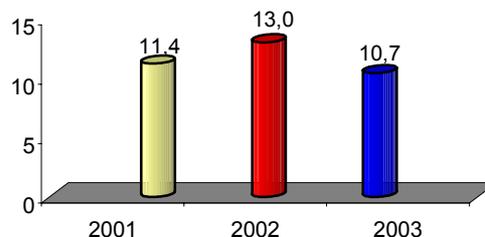
Qualidade no fornecimento

Como resultado dos esforços que estão sendo desenvolvidos pela Companhia na melhoria da qualidade dos seus serviços, ocorreu uma expressiva melhora, em 2003, dos seus indicadores de qualidade no atendimento aos seus consumidores, conforme pode ser observado nos gráficos a seguir:

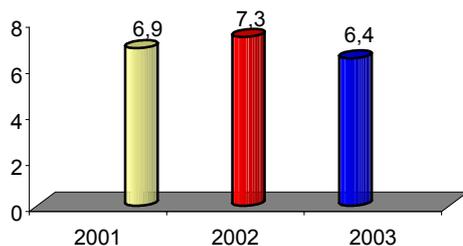
Privação de Fornecimento por Consumidor - Minutos/Mês



Interrupções de Fornecimento por Consumidor - Hora/Ano



Frequência de Interrupções por Consumidor - Nº Interrupções/Ano



Do total de desligamentos acidentais, os quais representaram 84% do total de desligamentos de 2003, 40% foram originados pelos fenômenos naturais, principalmente descargas atmosféricas e, em menor escala, chuvas, vendavais e outros.

Política de atendimento

Desde o ano de 2002 a CEMIG vem implementado melhorias na sua política de atendimento. Dentre as ações, destacamos:

- ♦ Reestruturação e modernização das 39 Agências de Atendimento para adequá-las à nova filosofia de relacionamento. Um exemplo disso é a área de auto-atendimento que foi ampliada, com a instalação de linhas telefônicas com acesso direto à Central de Atendimento "Fale com a Cemig".
- ♦ Instalação de 83 máquinas de auto-atendimento nas Agências de Atendimento e 21 máquinas em locais externos como centros comerciais, shopping-centers e outros (Internet Pública), possibilitando maior interação com o cliente.
- ♦ Credenciamento de estabelecimentos comerciais (farmácias, locadoras e padarias) sinalizados com a marca CEMIG (Agentes Cemig Fácil), para a expansão dos pontos de arrecadação e prestação de outros serviços comerciais em áreas que não possuem representante da CEMIG, beneficiando com esta ação, mais de 600 municípios mineiros.
- ♦ Implementação do Cemig Postal, um novo canal desenvolvido para os nossos clientes, utilizando formulários com postagem "pré-paga", disponíveis gratuitamente em locais sinalizados nos agentes Cemig Fácil.
- ♦ Expansão da Central Fale com a Cemig, hoje estruturada com mais de 300 posições de atendimento, permitindo maior eficiência nos serviços, sem o deslocamento do cliente.

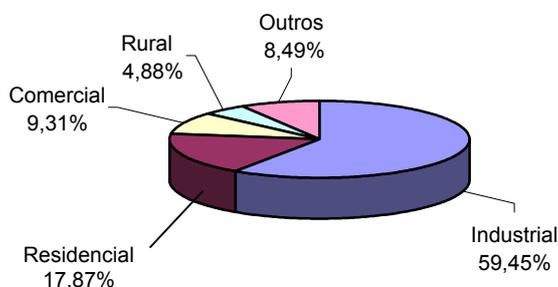
Comercialização

A CEMIG tem a maior parte da venda de sua energia concentrada em consumidores industriais. Em 2003, a CEMIG negociou com esses clientes novas condições de fornecimento mantendo, assim, seu mercado e, numa atitude de competitividade, disputou e efetivou o atendimento a 7 unidades consumidoras fora de sua área de concessão.

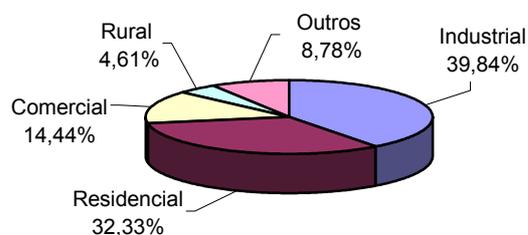
Contribuindo para o aumento de produção de seus clientes e utilizando-se de capacidade ainda disponível de seu sistema de distribuição e de sobras de energia de seu mercado, a CEMIG ofertou energias interruptíveis a seus clientes cativos, minimizando perdas decorrentes de venda no mercado atacadista, onde atualmente as tarifas para venda de energia são menores, e garantido a competitividade aos seus clientes. residencial

Através da Oferta Pública realizada em novembro de 2003, a CEMIG agregou à sua carteira o maior consumidor industrial livre do País, com início do fornecimento de energia a partir de janeiro de 2005, pelo prazo de 10 anos, reduzindo dessa forma a exposição da Companhia ao mercado de curto prazo.

VOLUME DE ENERGIA VENDIDA

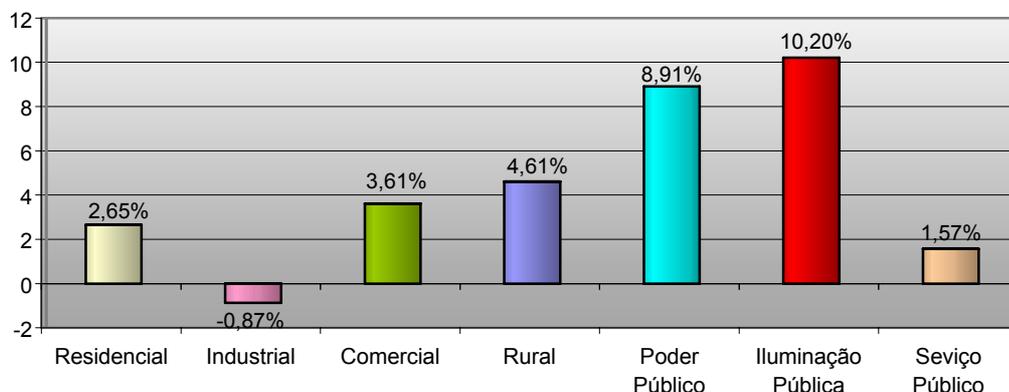


RECEITA DE FORNECIMENTO DE ENERGIA



A CEMIG e suas controladas venderam no ano de 2003, 36.529 GWh de energia (excluindo consumo próprio) em comparação a 35.897 GWh em 2002, o que correspondeu a um crescimento de 1,76%. O mercado de energia continuou retraído em 2003 em função do baixo desempenho da economia e dos novos hábitos de consumo dos consumidores após o Programa de Racionamento.

Variação de Mercado 2003/2002 (MWh)



Classe residencial – O crescimento de 2,65% não foi representativo, pois em 2002 o Brasil ainda estava vivendo os efeitos do Programa de Racionamento. O consumo absoluto para essa classe encontra-se próximo ao ocorrido no ano de 1998. O modesto crescimento pode ser explicado pelos juros altos, temor do desemprego, queda no poder de compra dos consumidores, e os novos hábitos de consumo de energia após o Programa de Racionamento. O número de consumidores residenciais totalizou 4,7 milhões em dezembro de 2003 o que representou um acréscimo de 2,48% em relação a dezembro do ano anterior, perfazendo um acréscimo de 115 mil consumidores faturados no período. O consumo mensal por consumidor residencial foi de 115 kWh, idêntico ao do ano anterior.

Classe comercial: Historicamente, a classe comercial apresenta uma taxa de crescimento mais significativa que os 3,61% verificados, entretanto, após o plano de racionamento, estas taxas vêm se verificando em um patamar menor, consequência do quadro macroeconômico, queda nos investimentos na construção civil e adiamento na ampliação de estabelecimentos comerciais e de serviços.

Classe industrial - Alguns clientes vêm, desde 1997, investindo na geração própria de energia elétrica. Desta forma, com a entrada em operação de parte desses investimentos houve uma retração de 0,87% do mercado industrial da CEMIG em 2003 frente ao consumo verificado em 2002. Os efeitos positivos das atividades econômicas voltadas para exportação tais como: Siderurgia, Ferroligas e Extrativa Mineral, produtos âncora da pauta mineira, muito contribuíram para que a classe industrial encerrasse o ano com um volume de vendas de energia de 21.715 GWh, uma vez que o mercado interno ficou retraído. A classe industrial a partir do mês de outubro de 2003, começou a reverter o percentual de queda no consumo, que vinha sendo verificada a partir do mês de junho de 2003, principalmente com a venda mais acentuada de energia especial e a conquista, pela CEMIG, de novos clientes. Apesar de todos os fatores desfavoráveis ocorridos em 2003, se fossem excluídos 999 GWh da base estatística de 2002, referente ao consumo de um consumidor da classe industrial que se tornou livre em setembro de 2002 devido a auto produção, a redução de 0,87% passaria para um crescimento de 3,69%,.

Classe rural - O crescimento de 4,61% deve-se basicamente ao aumento de 4,5% no consumo convencional e 4,9% na irrigação, os quais corresponderam a 68,2% e 31,8% do total da classe rural, respectivamente.

Demais classes de consumo e Suprimentos a Outras Concessionárias - As demais classes, que englobam Poderes Públicos, Iluminação Pública e Serviços Públicos, adicionadas a venda a outras concessionárias, responderam por 8,49% do mercado total da Companhia, somando 3.099 GWh do consumo total, registrando crescimento de 17,30% em relação ao exercício anterior.



No ano de 2003 ocorreu um aumento de 2,73% na base de consumidores da CEMIG, 152.714 novos consumidores faturados, sendo 123.053 na área urbana e 29.661 na área rural. A CEMIG atingiu a marca de 5.744.206 consumidores faturados em dezembro de 2003.

A relação de Consumidores por Empregado alcançou a marca de 506 consumidores por empregado, representando acréscimo de 2,02% em relação ao ano anterior.

Operações no Mercado Atacadista de Energia

Em 2003, a CEMIG faturou no mercado de curto prazo de energia R\$ 10,4 milhões. Considerando o contexto de sobras no Sistema Interligado, a política de operação no atacado da Companhia buscou otimizar a exposição aos preços do MAE, inclusive aditando os Contratos Iniciais de geração própria dentro dos limites permitidos pela legislação em 2003 e em quase sua totalidade até dezembro de 2004.

A CEMIG buscou ainda, com as novas regras implementadas em 2003, uma análise continuada do seu balanço energético para o cumprimento das exigências presentes na nova regulamentação de setor elétrico, em aprovação pelo Congresso Nacional, de lastro físico de 100% para a venda de energia e de contratação mínima de 95% da carga atendida.

Balanço Energético - GWh	2003	2002
RECURSOS	51.348	49.372
Geração própria	27.025	21.608
Compra de Itaipu	12.220	12.735
Compra de energia de curto prazo	7.554	10.247
Recebimentos contratuais	2.129	2.712
Outros (1)	2.420	2.070
REQUISITOS + PERDAS	51.348	49.372
Distribuição (2)	35.962	35.634
Venda ao Sistema Interligado (3)	9.318	7.864
Auto Produção	1.323	1.323
Total dos requisitos	46.603	44.821
Perdas	4.745	4.551

A CEMIG produziu 52,63% de suas necessidades de energia elétrica (43,77% em 2002), que acrescidos dos 23,80% representados pela compra de energia de Itaipu, atingem 76,43% do requisito de energia elétrica da Companhia.

As perdas de energia da CEMIG referem-se substancialmente a perdas técnicas, inerentes ao transporte de energia pelas redes de transmissão e distribuição. As perdas comerciais são de aproximadamente 1,3% do volume de energia total da CEMIG.

Tarifa

Pela primeira vez, desde a assinatura do contrato de concessão em 1997, a CEMIG passou por um processo de revisão tarifária que culminou em um reposicionamento médio das tarifas de 31,53%, homologado pela Resolução ANEEL nº 165, de 04 de abril de 2003. Outro resultado do processo em questão foi a determinação provisória do Fator X, em 1%, que é na prática um redutor do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), usado no reajuste anual da Parcela B (custos gerenciáveis), permitindo o repasse aos consumidores de parte dos ganhos de produtividade projetados das empresas.

Para o cálculo do ajuste tarifário da CEMIG em 2003, a ANEEL utilizou-se de uma base provisória dos ativos da Companhia, visto que a base definitiva só será conhecida após a finalização do processo de reavaliação. Da mesma forma, também não foi concluída a negociação referente ao valor da energia própria da Companhia, assim como a taxa real de depreciação a ser aplicada sobre o ativo investido. Os ajustes necessários deverão ser aplicados no próximo reajuste tarifário que ocorrerá em abril de 2004.

Em razão do Decreto nº 4667, de abril de 2003, o índice de reposicionamento da ANEEL passou a ter aplicação diferenciada por categoria de consumo. Este decreto estabeleceu, entre outras coisas, diretrizes para o processo de realinhamento das tarifas de energia, com o objetivo de, gradualmente, eliminar os subsídios cruzados existentes entre os grupos de consumo.

Deve ainda ser ressaltado que os custos não controláveis da CEMIG que deveriam ter sido repassados no reajuste tarifário de 8 de abril de 2003, tiveram sua compensação postergada por 12 meses. Portanto, somente a partir de 8 de abril de 2004 é que serão repassados às tarifas, para serem compensados em 24 meses. Este procedimento comprometeu a liquidez das distribuidoras. Em 31 de dezembro de 2003 a CEMIG possuía R\$621 milhões de custos não controláveis a serem repassados à tarifa.

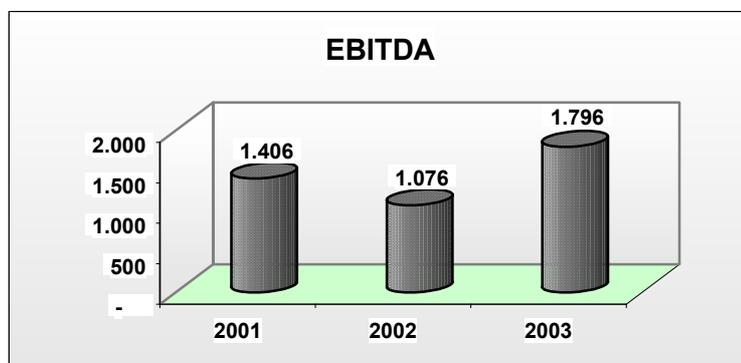
Em julho, foi também reajustada a receita permitida do segmento de transmissão. O aumento de 31,53% resultou essencialmente da aplicação direta do IGP-M acumulado até maio.

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO CONSOLIDADO

Lucro Líquido (Prejuízo)

A CEMIG e suas controladas ("Grupo CEMIG") apresentaram, no exercício de 2003, um lucro líquido de R\$1.198 milhões, em comparação a um prejuízo de R\$1.002 milhões no exercício de 2002.

O resultado do Grupo CEMIG em 2003 foi favorecido principalmente pelo aumento na receita com fornecimento bruto de energia elétrica no montante de R\$1.244 milhões e pela receita financeira advinda da valorização do Real em relação ao Dólar norte-americano, gerando R\$336 milhões de receita líquida com variação cambial. No exercício anterior o resultado foi impactado de forma negativa pela provisão extraordinária para perdas referente ao contrato de Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, no montante de R\$1.045 milhões e pela despesa financeira líquida advinda da desvalorização do Real em relação ao Dólar norte-americano, no montante de R\$728 milhões.



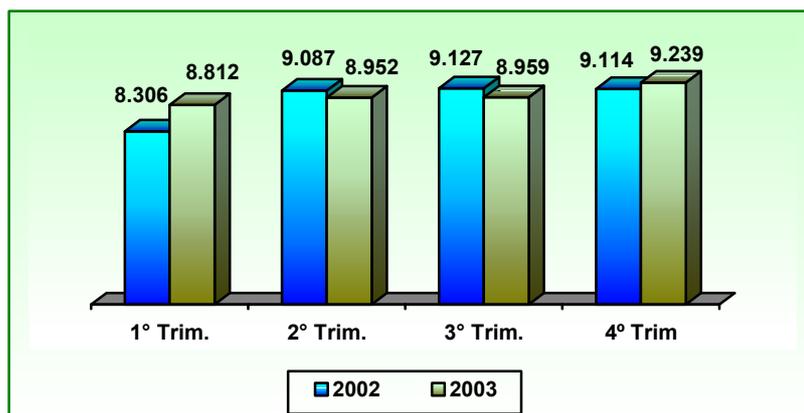
O reajuste tarifário de 2003 bem como uma pequena recuperação no mercado de energia contribuíram para a maior geração de caixa da Companhia em 2003. O EBITDA da CEMIG apresentou em 2003, variação positiva de 66,91% em relação a 2002 e 27,74% em relação a 2001.

Receita com fornecimento bruto de energia elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$7.235 milhões em 2003 comparado à receita de R\$5.991 milhões em 2002, representando um crescimento de 20,76%. Este resultado decorre basicamente dos seguintes fatores:

- ❑ reajustes nas tarifas de 10,51% a partir de 8 de abril de 2002 (efeito integral no exercício de 2003) e 31,53% a partir de 8 de abril de 2003;
- ❑ aumento dos valores cobrados dos consumidores referente ao Encargo de Capacidade Emergencial;
- ❑ aumento de 1,76% no volume de energia vendida (excluindo consumo próprio).

GWh faturados - consumidores finais



A partir do mês de outubro de 2003, o consumo de energia elétrica apresentou indicadores positivos de crescimento em todas as classes de consumo, com exceção da rural em função do período de chuvas, sinalizando a retomada do crescimento econômico. Com as projeções de crescimento da economia brasileira de 3,5% para o próximo ano, espera-se um crescimento real na renda das famílias brasileiras e conseqüentemente uma recuperação gradual dos níveis de consumo, contribuindo sensivelmente para o crescimento da receita de fornecimento a consumidores finais em 2004.

O Grupo CEMIG reconheceu em 2003 uma receita referente a suprimento de R\$57 milhões em comparação a R\$534 milhões no exercício anterior. Este resultado decorre basicamente da maior receita de transações com energia no MAE no ano anterior, advindas do registro do direito de ressarcimento à CEMIG da diferença entre os montantes pagos pelas transações no MAE durante o período de vigência do Programa de Racionamento e o valor de R\$49,26/MWh.

Receita Com Recomposição Tarifária Extraordinária

O Grupo CEMIG, em conformidade ao Acordo Geral do Setor Elétrico, reconheceu no exercício de 2002, receita com recomposição tarifária extraordinária no montante de R\$275 milhões, referentes às perdas de faturamento e repasse aos geradores de parte das despesas com energia livre comercializada no Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE durante a vigência do Programa de Racionamento. Os valores reconhecidos como receita com recomposição tarifária extraordinária estão sendo recebidos pela Companhia através de um reajuste adicional, a vigorar pelo prazo máximo de 74 meses, desde janeiro de 2002.

Despesas operacionais

As despesas operacionais do Grupo CEMIG reduziram-se 4,27% em 2003, R\$4.397 milhões em 2003 e R\$4.593 milhões em 2002. Este resultado decorre principalmente de uma redução na despesa com energia elétrica comprada para revenda, obrigações pós-emprego e provisões operacionais em contrapartida ao aumento nas despesas com pessoal, gás comprado para revenda, e da nova contribuição, a partir de 2003, para a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Pessoal

Despesa com pessoal foi de R\$738 milhões em 2003 comparados a R\$551 milhões em 2002, representando um aumento de 33,94%. Este resultado decorre principalmente dos reajustes de 11,45% e 16,20% nos salários dos empregados da CEMIG em novembro de 2002 e 2003, respectivamente, da redução no percentual dos gastos com pessoal transferidos para o custo das obras em andamento e ainda, da provisão de R\$78 milhões referente ao Programa de Desligamento Incentivado - PDI, implementado pela Companhia em dezembro de 2003, que contou com a adesão de 842 empregados.

Energia Comprada para revenda

A despesa com energia comprada para revenda foi de R\$1.393 milhões em 2003 comparados a R\$1.733 milhões em 2002, representando uma redução de 19,62%. Este resultado decorre da redução nas despesas de transações com energia no MAE, R\$37 milhões em 2003 comparados a R\$549 milhões em 2002. A maior despesa com transações no MAE em 2002 deve-se às tarifas significativamente mais altas para compra de energia livre praticadas durante o período em que o Programa de Racionamento encontrava-se em vigência. Em contrapartida, ocorreu um crescimento na despesa com compra de energia de Itaipu, R\$1.175 milhões em 2003 comparados a R\$979 milhões em 2002.

Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R\$321 milhões em 2003, comparados a R\$265 milhões em 2002, representando uma variação de 21,13%. Esse resultado deve-se basicamente ao reajuste nos contratos de prestação de serviços, destacando-se aqueles relacionados à manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos e agentes arrecadadores de contas de energia.

Obrigações pós-emprego

A despesa com obrigações pós-emprego foi de R\$74 milhões em 2003 comparados a R\$145 milhões em 2002, representando uma redução de 48,97%. A redução nas despesas deve-se basicamente a estimativa, para o exercício de 2003, de um menor crescimento nas obrigações com benefícios futuros comparativamente a uma maior rentabilidade esperada nos ativos do fundo de pensão. A redução das despesas somente não foi maior em função da modificação, em 2003, de determinados critérios para obtenção de suplementação de aposentadoria da FORLUZ, que tiveram como consequência um impacto de R\$27 milhões no resultado de 2003.

Provisão (reversão) para perdas na recuperação dos valores da Recomposição Tarifária Extraordinária

Com base em premissas da Companhia, foi constituída, em 2002, uma provisão para possíveis perdas na recuperação dos valores da Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE), no montante de R\$178 milhões, considerando o prazo máximo estipulado anteriormente de 82 meses para vigência do reajuste homologado pela ANEEL. Em 2003, devido aos novos critérios para recebimento da RTE, novas projeções econômico-financeiras da CEMIG e novo prazo concedido pela ANEEL para realização da RTE, de 74 meses, a CEMIG estimou em R\$60 milhões a provisão para perdas, e, conseqüentemente, efetuou uma reversão de R\$118 milhões da provisão anteriormente constituída.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais foram de R\$105 milhões em 2003 comparados a R\$53 milhões em 2002, representando um aumento de 98,11%. Este crescimento nas provisões deve-se ao aumento da inadimplência, que implicou em aumento nas provisões para créditos de liquidação duvidosa, R\$60 milhões em 2003 comparados a R\$14 milhões em 2002.

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A despesa com CCC foi de R\$282 milhões em 2003 comparados a R\$345 milhões em 2002, representando uma redução de 18,26%. Esta despesa refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL.

Gás comprado para revenda

A compra de gás para revenda foi de R\$246 milhões em 2003 comparados a R\$152 milhões em 2002, representando um aumento de 61,84%. Esta despesa refere-se a compra de gás pela GASMIG, sendo que esta variação decorre substancialmente do reajuste no preço do gás e do aumento de 12,2% do fornecimento de gás em 2003.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético – CDE tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida através de fontes alternativas. Os custos, com impacto no resultado do Grupo CEMIG a partir de 2003, no montante de R\$118 milhões, foram definidos com base na Resolução nº 42 da ANEEL, de 31 de janeiro de 2003.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro, receita de R\$335 milhões comparada a uma despesa de R\$615 milhões em 2002, exerceu um grande impacto no resultado da CEMIG em 2003 e 2002. Esta diferença entre os períodos comparados deve-se, substancialmente, aos efeitos cambiais do Real frente ao Dólar norte-americano.

Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro no exercício de 2003 estão relacionados a seguir:

- ❑ Receita líquida com variações cambiais em 2003 de R\$336 milhões comparados a uma despesa de R\$728 milhões em 2002, sendo incidentes principalmente sobre os empréstimos e financiamentos do Grupo CEMIG em moeda estrangeira. No exercício de 2003 o Real apresentou uma valorização de 18,23% frente ao Dólar norte-americano em comparação a uma desvalorização de 52,27% no exercício de 2002.
- ❑ Apropriação de receita de variação monetária, calculada com base na variação da SELIC, incidente sobre os ativos originados do Acordo Geral do Setor Elétrico, no montante de R\$379 milhões em 2003, comparados a R\$199 milhões em 2002.
- ❑ Redução do valor dos juros e variação monetária referentes aos valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais decorrente, substancialmente, da redução do índice IGP-DI, indexador do contrato, 7,67% em 2003 comparado a 26,41% em 2002.
- ❑ Receita líquida com variação monetária da CVA no montante de R\$93 milhões em 2003, comparados a R\$21 milhões em 2002.
- ❑ Despesa com encargos de empréstimos e financiamentos, no montante de R\$350 milhões em 2003, comparados a R\$251 milhões em 2002.
- ❑ Redução de 66,95% na renda de aplicação financeira, R\$78 milhões em 2003 comparados a R\$236 milhões em 2002, em função do menor volume de recursos aplicados.
- ❑ Reversão da provisão para ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários, no montante de R\$75 milhões, em função da alienação das NTN's da Companhia.

Resultado não operacional

A despesa não operacional líquida foi de R\$61 milhões em 2003, comparados a R\$27 milhões em 2002, uma variação de 125,93%. Em 2003 a CEMIG reconheceu perdas de R\$15 milhões referentes aos gastos com estudos de viabilidade técnica objetivando a construção da usina de Bocaina. Esta perda decorre da revisão, pela ANEEL, do respectivo aproveitamento hidrelétrico, concluindo-se pela inviabilidade de construção da usina na localização que foi objeto original dos estudos. Adicionalmente, a CEMIG constituiu uma provisão para perdas, no valor de R\$5 milhões, equivalente a estimativa da parcela não realizável dos gastos com estudos de viabilidade técnica para construção da usina de Formoso.

Perda extraordinária

A CEMIG registrou, no exercício de 2002, uma provisão para perda no montante de R\$1.045.325 referente ao Segundo Aditivo contratual do Contas a receber do Governo do Estado de Minas Gerais.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O grupo CEMIG apurou, no exercício de 2003, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$554 milhões em relação ao lucro de R\$1.500 milhões, antes dos efeitos fiscais. No exercício de 2002, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$71 milhões em relação ao prejuízo de R\$1.163 milhões, antes dos efeitos fiscais.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

A CEMIG iniciou o ano de 2003 com a expectativa de contar com os recursos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”), previstos pelo Acordo Geral do Setor Elétrico, em valor superior a R\$1,5 bilhão. Entretanto, apenas os financiamentos para a Geração da CEMIG, no valor de R\$511,9 milhões, foram viabilizados, para fazer face aos compromissos da Companhia perante ao MAE, referentes ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002, no valor de R\$708 milhões.

A CEMIG também contava com o financiamento do BNDES no valor de R\$322 milhões, a preços de abril de 2003, que seria corrigido pela SELIC até a data das liberações, relativo à antecipação da Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela “A” – CVA, mas tal financiamento não chegou a ser viabilizado, segundo explicações do BNDES, pelas restrições impostas pelo contingenciamento de crédito ao setor público.

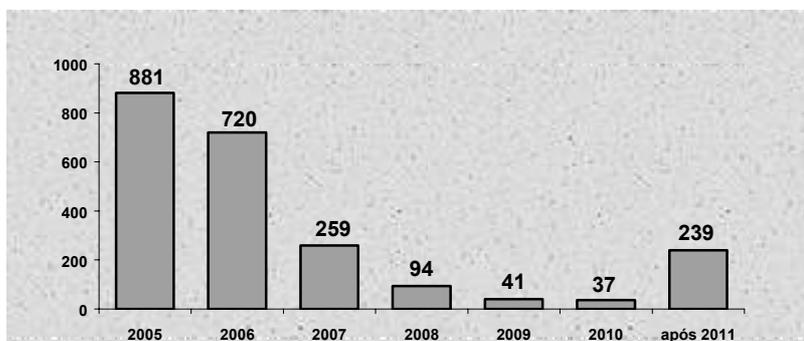
Ressaltando que a instituição dos financiamentos pelo BNDES, via recursos do Tesouro Nacional, constituíam obrigação legal expressa, inclusive para empresas estatais, tal indisponibilidade de recursos do BNDES levou a CEMIG a recorrer ao mercado para atendimento às necessidade de seus programas de investimento e de despesas em 2003, refinanciando parte de sua dívida, emitindo *commercial papers* no mercado de capitais local e se financiando através de outras fontes.

As principais captações de recursos da CEMIG em 2003 são como segue:

- ❑ R\$88 milhões destinados à cobertura de parte do seu programa de investimentos, cujas fontes de recursos foram: ELETROBRÁS, auxílio de consumidores, debêntures do Estado de Minas Gerais e operações de “supplier credit” e “buyer credit”.
- ❑ R\$512 milhões, em fevereiro e julho, no âmbito do Programa Emergencial e Excepcional de apoio Financeiro às Concessionárias de Serviços Públicos de Geração de Energia Elétrica e Produtores Independentes de Energia Elétrica, em operação de financiamento realizada com o BNDES para liquidação da dívida com o MAE;
- ❑ R\$620 milhões, obtidos junto aos bancos, sendo R\$220 milhões, em julho, destinados a complementar os recursos necessários à liquidação da dívida com o MAE e R\$400 milhões, ao longo do ano, destinados à rolagem de parte de sua dívida financeira;

- R\$300 milhões, em dezembro, através de um lançamento de Notas Promissórias (commercial papers) no mercado de capitais local. Essa operação contou com a classificação de risco de curto prazo da Fitch Atlantic Rating no nível F1, que indica “a mais forte capacidade de pagamento de compromissos financeiros no prazo esperado”.

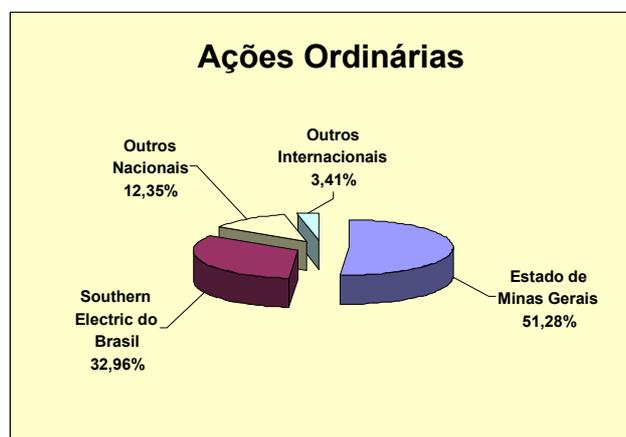
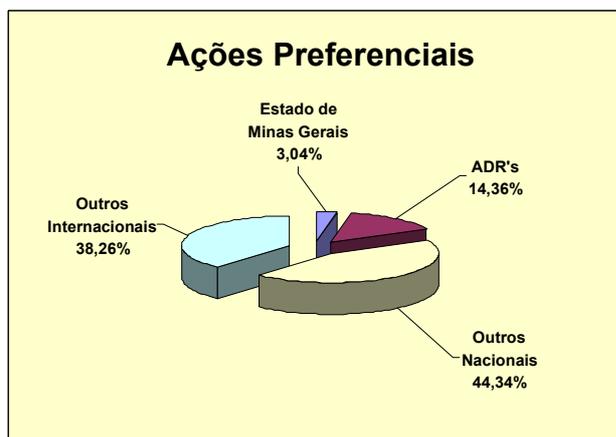
**PERFIL DA DÍVIDA CONSOLIDADA DE LONGO PRAZO DA CEMIG
R\$ MILHÕES**



RELACIONES COM INVESTIDORES E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Composição acionária

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2003, totalizou R\$1.622 milhões. Em sua composição, podemos verificar o Estado de Minas Gerais possuindo 24,12% do total das ações e o setor privado com 75,88%.



Mercado de capitais

As ações e os *American Depositary Receipts* - ADR da Companhia continuaram apresentando grande negociação ao longo do período.

Desempenho das ações da CEMIG em 2003 em relação aos principais indicadores do mercado

Cotações			
Ação / Índice	31/12/2003	31/12/2002	%
CEMIG PN – R\$	52,75	25,63	105,81
CEMIG ON – R\$	37,10	22,48	65,00
IBOVESPA – pontos	22.236	11.268	97,34
IEE (Energia Elétrica) – pontos	6.579	3.174	107,28
IGC (Governança Corporativa) - pontos	1.845	1.026	79,82

As ações da CEMIG movimentaram um total de R\$ 4.977 milhões, correspondendo a 3% do total do volume negociado na Bolsa de Valores de São Paulo, a 8ª posição entre as Companhias mais negociadas da BOVESPA.

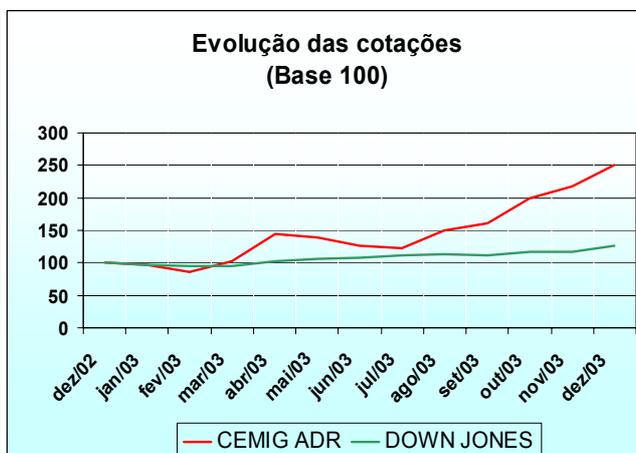
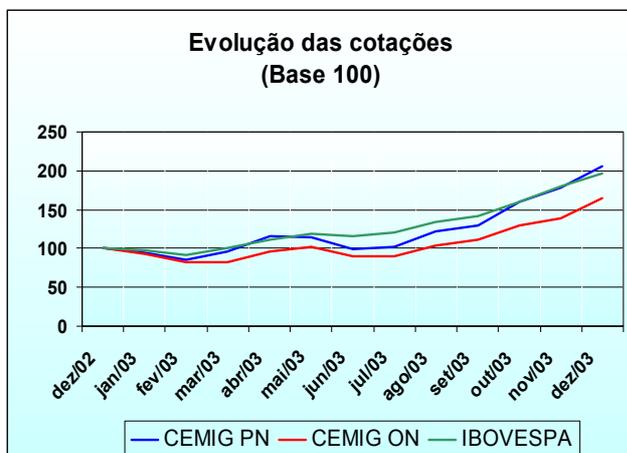
Ao final de 2003 o valor de mercado da CEMIG atingiu a R\$ 7.444 milhões, constituindo o 2ª maior valor de mercado entre as empresas de energia elétrica do país, com um aumento de 82,45% em relação a 2002, que era de R\$ 4.080 milhões.

Desde setembro de 2001, as ações da CEMIG são negociadas diretamente na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE) através do programa de ADR (American Depositary Receipt) no nível II, lastreado por lotes de mil ações preferenciais. Ao final de 2003, o valor total das negociações alcançou US\$241 milhões, representando 14,36% das ações preferenciais e 8,09% das ações em circulação. O programa de ADRs tem como banco depositário o Citibank N.A.

Apesar de uma pequena redução na quantidade de ações negociadas em forma de ADR's, houve um aumento no volume do capital estrangeiro investido na CEMIG, considerando-se a aquisição direta de ativos na BOVESPA.

Capital Estrangeiro/Total de Ações		
	31/12/2003	31/12/2002
Total	31,11%	26,91%
Em custódia na BOVESPA	23,02%	14,17%
ADR	8,09%	12,73%

O comportamento das cotações das ações preferenciais acompanhou o desempenho do índice BOVESPA, com as ações ordinárias tendo um desempenho inferior. Já os ADRs tiveram desempenho bastante superior ao do Índice Down Jones em 2003.



Relações com investidores

Buscando o aprimoramento do relacionamento com investidores e acionistas, a CEMIG vem aperfeiçoando diversas práticas. A página de relações com investidores na internet vem sendo constantemente desenvolvida, sendo utilizada como o principal meio de divulgação de informações da Companhia, seja no Brasil (ri.cemig.com.br) ou no exterior (ir.cemig.com). As demonstrações financeiras, e sua respectiva análise, bem como as informações corporativas e societárias são disponibilizadas na Internet em três idiomas: português, inglês e espanhol.

Foram realizados encontros em todas as regionais da Associação Brasileira dos Analistas do Mercado de Capitais – ABAMEC e da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – APIMEC, para a apresentação dos resultados trimestrais. Esses encontros têm sido de grande importância para a consolidação do relacionamento com os principais profissionais do mercado de capitais do Brasil. Somados a esses encontros, a Companhia esteve representada em vários seminários e conferências voltadas aos investidores nacionais e estrangeiros.

Nos dias 05 e 06 de junho de 2003 foi realizado no Center Convention Uberlândia, o VIII Encontro Anual CEMIG - Mercado de Capitais com analistas de mercado. Pelo oitavo ano consecutivo os profissionais de mercado tiveram oportunidade de, em contato amplo e transparente, interagir com os profissionais das principais áreas e subsidiárias da CEMIG, objetivando a sua interação com os analistas e investidores de mercado de capitais de todo o país e mostrar o compromisso em realizar uma política de relacionamento objetivo e transparente com o mercado, estreitando cada vez mais a relação com os investidores, dentro das melhores práticas de governança corporativa.

No dia 10 de outubro de 2003, ocorreu a celebração do 2º ano de listagem na Bolsa de Valores de Nova Iorque, tendo os principais executivos da Companhia participado da abertura do pregão, representada pelo presidente do seu Conselho de Administração, que também é secretário do Estado de Desenvolvimento Econômico, Wilson Nélio Brumer, e pelos diretores Flávio Decat de Moura, Heleni de Mello Fonseca e José Maria de Macedo.

Desde setembro de 2001, as ações vem sendo negociadas diretamente no pregão da Bolsa de Valores de Nova Iorque, na forma de ADR nível II, uma elevação do programa de ADR nível I da CEMIG, que já era negociado naquele mercado, desde junho de 1993, possibilitando que, a partir de 2001, também os pequenos investidores, incluindo-se pessoas físicas, tivessem acesso aos ADR da Companhia.

Para se habilitar a negociar seus ADR nível II, a CEMIG teve, em agosto de 2001, seu pedido de registro aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pela comissão de valores dos Estados Unidos da América, a Securities and Exchange Commission – SEC.

Além da Bovespa - Bolsa de Valores de São Paulo e da Bolsa de Valores de Nova Iorque, as ações da CEMIG são também negociadas desde 12 de julho de 2002, na Latibex, um segmento da Bolsa de Valores de Madrid dedicada à negociação de ações das empresas latino-americanas em euros, sendo os recibos de depósitos bancários representados por lote de mil ações preferenciais nominativas, tendo o Espírito Santo B&M como especialista de mercado latino-americano para as ações da CEMIG na Latibex.

Governança corporativa

A CEMIG busca aprimorar ainda mais o relacionamento com seus acionistas, investidores e analistas, através de uma política de governança corporativa, que consiste da absorção das melhores práticas a nível internacional, de forma a garantir o acesso ao mercado de capitais para financiar seus projetos de expansão, reduzindo o custo médio ponderado de capital e agregando valor aos investimentos realizados por seus acionistas.

Além disso, a Companhia atende as regulamentações em vigor, estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e demais agências reguladoras dos países nos quais as ações são negociadas, com o intuito de assegurar o acesso as informações vitais para a tomada de decisões por parte dos investidores.

A confiança e credibilidade que os acionistas e investidores depositam na CEMIG é reflexo desta política de total transparência adotada pela Companhia no seu relacionamento com o mercado de capitais.

Antecipando ao disposto na Lei nº.10.303, de 31 de outubro de 2001, e por decisão do acionista majoritário, atendendo as melhores práticas de Governança Corporativa, a CEMIG promoveu a reforma do seu Estatuto Social, o que permitiu aos acionistas minoritários, detentores de ações preferenciais, eleger um membro para o Conselho de Administração.

O Conselho de Administração possui 14 membros, com qualificação em diversas áreas, tais como política, engenharia, finanças, economia, direito e contabilidade, com mandato unificado. Este Conselho atua de modo a orientar a Diretoria no sentido de assegurar retorno atrativo dos empreendimentos, agregando valor ao investimento dos acionistas.

Atualmente, destaca-se a aprovação pelo Conselho de Administração, em reunião extraordinária realizada em julho de 2002, da nova Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes, que descreve em seu “Manual de Divulgação e Uso de Informações e Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da CEMIG”, os procedimentos e diretrizes relativas à manutenção e sigilo de informações. Esse manual, juntamente com o “Termo de Adesão” na forma da instrução CVM 358, de 3 de janeiro de 2002, foi enviado a todos os gerentes e empregados com funções consultivas da CEMIG.

Por determinação da Diretoria Executiva, imbuída do compromisso de incrementar a transparência das ações dos gestores da CEMIG e de fortalecer sua imagem e credibilidade junto aos seus acionistas, clientes, empregados, sindicatos, parceiros, fornecedores, prestadores de serviços, concorrentes, sociedade, governo, poder concedente e as comunidades onde atua, foi criado um Grupo de Trabalho com o objetivo de elaborar o Código de Ética a ser aplicado aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, aos diretores e aos empregados da Companhia, e propor um programa de ação para a implementação de instrumentos fundamentais para o aprimoramento do sistema de governança corporativa. O trabalho foi orientado para que seus resultados aproximem a Companhia das melhores práticas éticas e legais, no que tange às suas políticas internas e externas, e possibilitem atender a:

- regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, pertinentes à governança corporativa;
- Lei Sarbanes-Oxley, que modificou a maneira pela qual as empresas registradas na Securities and Exchange Commission - SEC, seja negociando suas ações no mercado americano ou mantendo programa de ADR nível 2 ou nível 3, serão administradas;
- contratos de concessão e às normas ditadas pelo poder concedente;
- Código de Defesa do Consumidor;
- legislações municipais, estaduais e federal.

Também é feito acompanhamento criterioso das negociações com valores mobiliários da CEMIG para o cumprimento da Política de Negociação das ações de sua emissão e pessoas a ela vinculadas, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002.

Os relatórios legais e as demonstrações financeiras divulgadas ao mercado através das informações trimestrais (ITRs) e anuais (IAN e DFP), têm sido aprimoradas sucessivamente, buscando ampliar o entendimento sobre as operações da Companhia. Além da SEC, as Bolsas de Valores de Nova Iorque e Madri recebem as mesmas informações.

Da mesma forma as demonstrações financeiras são convertidas ao padrão americano de práticas contábeis (USGAP), conforme regulamentação da SEC.

O calendário anual dos eventos corporativos programados é mantido constantemente atualizado e disponibilizado no site e encaminhado conforme regulamentação em vigor à CVM, BOVESPA, SEC, NYSE e LATIBEX.

A CEMIG tinha em circulação, ao final de dezembro de 2003, 75,83% das ações de seu capital social, parcela muito superior ao mínimo exigido de 25% para as empresas que aderiram ao nível 1 de governança corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA. Outro aspecto exigido dessas empresas é a convocação das assembleias gerais de seus acionistas com, no mínimo, 15 dias de antecedência, prazo esse que a CEMIG tem cumprido em suas convocações.

Ao longo do ano de 2003 a CEMIG realizou inúmeras reuniões públicas com analistas e investidores para divulgar informações quanto a sua situação econômico-financeira e operacional, projetos, perspectivas, estratégias, etc. Logo após a disponibilização dos resultados trimestrais, foram realizados encontros com a imprensa, como principal meio de divulgação de informações à sociedade a respeito de sua atividade e de seus resultados.

No Estatuto da Companhia já estão previstas algumas práticas constantes de Política de Governança Corporativa, como forma de assegurar seu cumprimento por administradores e empregados:

- ❑ As ações ordinárias e preferenciais concorrem em igualdade de condições na distribuição de bonificações;
- ❑ O Conselho de Administração delibera, previamente à sua celebração, sobre os contratos entre a Companhia e qualquer de seus acionistas ou empresas que sejam controladoras destes, sejam por eles controladas ou estejam sob seu controle comum;
- ❑ Compete também ao Conselho de Administração deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a alienação ou a constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, bem como a prestação por esta de garantias a terceiros, de valor individual igual ou superior a R\$5 milhões;
- ❑ Igualmente, e respeitado esse mesmo valor, é de competência do Conselho de Administração, em função também de proposta da Diretoria Executiva, decidir sobre empréstimos, financiamentos, atos ou outros negócios jurídicos a serem celebrados pela Companhia, excetuado os contratos de compra e venda de energia que ultrapassem esse valor, que poderão ser aprovados pela Diretoria Executiva, com sua apresentação formal ao Conselho de Administração na reunião seguinte a sua aprovação;
- ❑ O Conselho Fiscal da Companhia, que funciona de modo permanente, pode ser composto por um mínimo de três e máximo de cinco membros efetivos e respectivos suplentes. Esse conselho é eleito anualmente na Assembleia Geral Ordinária, sendo possível a reeleição de seus membros.
- ❑ Foi assegurado aos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e aos acionistas titulares de ações preferenciais o direito de elegerem, em votação em separado, 1 (um) membro do Conselho de Administração, respectivamente, na forma da lei.

Política de dividendos

A política de dividendos, contemplada no Estatuto da Companhia, estabelece que as ações preferenciais gozarão de preferência na hipótese de reembolso de ações e terão um dividendo mínimo anual igual ao maior dos valores: 10% (dez por cento) calculado sobre seu valor nominal ou 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido das ações. A distribuição de dividendos não será inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro, na forma da Lei de Sociedades por Ações.

Por decisão do Conselho de Administração a CEMIG poderá declarar dividendos intermediários, a título de juros sobre o capital próprio, à conta de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados nos balanços semestrais ou intermediários.

O pagamento desses dividendos ocorre dentro de, no máximo, 60 dias após a realização da Assembleia Geral que autoriza a sua distribuição, ou de acordo com a deliberação da Assembleia de acionistas. Os dividendos não reclamados no prazo de três anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, são revertidos em benefício da Companhia.

Nos exercícios em que a Companhia não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, o Estado de Minas Gerais assegurará às ações do capital, de propriedade de particular, um dividendo mínimo de 6% (seis por cento) ao ano. Essa garantia está prevista no artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951, e do artigo 1º da Lei Estadual nº 8.796, de 29 de abril de 1985.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A CEMIG tem como princípio a não contratação de serviços de consultoria dos auditores externos que possam interferir na independência dos trabalhos de auditoria.

Em 2003, os auditores independentes da CEMIG e suas controladas, Deloitte Touche Tohmatsu, prestaram serviços exclusivamente de auditoria externa.

GESTÃO

Eficiência e modernização formaram a linha mestra dos processos administrativos da CEMIG em 2003. Através de metas bem definidas, uma série de ações foi implementada visando melhorar ainda mais a qualidade de seus produtos e fortalecer sua imagem junto aos seus diversos públicos. Procurando sempre agregar valor, a firmeza na condução desses processos garantirá a continuidade das ações nos próximos anos.

Planejamento Estratégico e BSC

Em um momento de muita indefinição e mudanças no setor elétrico nacional, a CEMIG estruturou-se para alavancar o seu Planejamento Estratégico, com a participação de todo o corpo gerencial e executivo. Assim, foram formuladas as estratégias de negócios, definida a estratégia financeira e elaborado o Plano de Ação, com metas e indicadores.

Para que todos os níveis da organização possam acompanhar a implementação da estratégia, foi redesenhado o Balanced Scorecard, além da instalação de um Management Cockpit.

Gerenciamento de riscos

O mercado de energia brasileiro é constantemente abalado por fatores que geram incertezas e ameaças. Nesse ambiente, o gerenciamento de riscos torna-se parte essencial do desenvolvimento sustentável, para a criação de valor para o acionista.

A CEMIG iniciou em 2003 os trabalhos de implantação do projeto de gerenciamento dos riscos corporativos, sendo os seus objetivos principais descritos abaixo:

- Auxiliar no cumprimento dos objetivos definidos no Planejamento Estratégico
- Reduzir o nível de incertezas do negócio, preparando a Companhia para agir em relação ao seu ambiente de riscos.
- Fornecer aos principais executivos da Companhia uma metodologia e ferramentas que permitam a implantação desse processo.

Qualidade

A Qualidade tornou-se objetivo permanente, e vem sendo usada efetivamente como ferramenta de gestão. Em 2003, mais sete certificações foram obtidas em conformidade com ISO 9001/2000, abrangendo os mais variados processos, desde os trabalhos com o consumidor final de distribuição até o planejamento da expansão do sistema, passando pela operação e manutenção de usinas e serviços na área de tecnologia da informação.

O setor de recuperação de materiais desenvolveu procedimentos que geraram uma economia de mais de R\$ 11 milhões, e, agora, prepara-se para se certificar no sistema ISO 14.000.

Tecnologia

A CEMIG continua em posição de vanguarda na utilização e desenvolvimento de tecnologias. Para isso, a parceria com universidades e entidades de pesquisa foi ampliada, permitindo a implantação de importantes projetos. Entre eles, núcleos de excelência em climatologia, geração termelétrica, eficiência energética e energias renováveis. Cerca de 80 projetos de Pesquisa & Desenvolvimento receberam recursos da ordem de R\$ 13 milhões.

O Escritório de Marcas e Patentes atuou, junto ao Instituto de Nacional de Propriedade Industrial, na concessão de 4 cartas-patentes, 41 pedidos de privilégio sobre invenções e 69 marcas registradas.

A CEMIG também vem desenvolvendo diversos projetos de utilização de energia solar e eólica, além de outras fontes de energia alternativa. A parceria com a USP-São Carlos e as empresas Clamper e Unitech permitiu o aperfeiçoamento do protótipo da primeira célula a combustível produzida no Brasil.

Os sistemas de geoprocessamento da Distribuição e da Transmissão concluíram etapas que vão permitir o cadastramento de toda a rede e a elaboração de projetos de expansão, agilizando o atendimento a novos clientes.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Recursos Humanos

O desenvolvimento dos empregados em todos os níveis, através da formação, aperfeiçoamento e especialização é preocupação constante da CEMIG, que reconhece nesse aspecto o diferencial competitivo para as práticas do mercado.

A Gestão de Desempenho está sendo implantada entre os executivos com o objetivo de planejar, acompanhar e avaliar o seu desempenho e em breve será estendido a todos os empregados.

O Plano de Cargos e Remunerações, implantado em janeiro de 2004, visa fornecer instrumentos que permitam à Companhia remunerar seu pessoal de forma adequada aos seus objetivos sociais, assegurando a competitividade externa e promovendo a equidade interna.

Buscando construir uma base de credibilidade e estreitar o relacionamento com seu público interno – empregados, familiares, aposentados, contratados e estagiários – foram criadas ferramentas de comunicação, reafirmando esse aspecto como premissa básica no desempenho da Companhia.

Em dezembro de 2003, foi implementado o Plano de Desligamento Incentivado - PDI, visando uma melhor adequação do quadro de pessoal às necessidades atuais e futuras. O PDI demonstrou o compromisso da CEMIG de proporcionar relações trabalhistas mais modernas e eficientes, ao mesmo tempo em que buscou atenuar os efeitos sociais do desligamento dos empregados.

Os acidentes fatais com pessoal próprio alcançaram a marca zero. No geral, todos os acidentes também tiveram gravidade e frequência menores que 2002, mantendo a tendência de queda dos últimos quatro anos. Essa conquista se deve à determinação da Diretoria em manter as ações de melhoria contínua em Saúde e Segurança no Trabalho.

Além do treinamento interno, que contou com 14.600 inscrições de empregados em cursos e seminários, a comunidade também foi contemplada com uma série de programas que visaram educar, informar e capacitar os participantes, de acordo com suas características sociais e regionais:

- ❑ Procel nas Escolas: Educação ambiental e dicas de combate ao desperdício de energia para mais de 72 mil alunos e 1.350 professores de escolas públicas.
- ❑ Eficiência Energética: Treinamento para mais de 21 mil pessoas, entre clientes, profissionais de engenharia e técnicos, além de estudantes.
- ❑ Cice's: A criação das Comissões Internas de Conservação de Energia foi o tema de oito cursos ministrados em empresas de média e baixa tensão.
- ❑ Fazenda Energética: O uso eficiente da energia nos processos do setor agropecuário envolveu 1.700 participantes em 29 eventos promovidos.

Cultura

O compromisso em incentivar, resgatar, manter e promover a manifestação cultural de Minas Gerais em todos os seus formatos foi consolidado com o investimento de R\$6 milhões, beneficiando mais de 120 municípios. Todos os projetos que se manifestaram com a proposta de enriquecer nosso acervo cultural receberam patrocínio e aplauso.

Festival Internacional de Teatro de Bonecos, em Belo Horizonte; Festival de Teatro de Uberlândia; Festival da Cultura do Vale do Jequitinhonha e muitos outros mais: a linha da cultura riscou todo o mapa de Minas Gerais com o apoio da CEMIG a 25 eventos artísticos e populares.

Os projetos em cinema incluíram quatro longas-metragens, o Festival Internacional de curtas-metragens, a Mostra de Cinema de Tiradentes e o "Cinema ao Ar Livre", que, pelo terceiro ano, levou a filmografia nacional de Minas Gerais.

As artes plásticas, que já têm espaço permanente na Galeria de Arte da CEMIG, também receberam apoio, com o incentivo à exposições externas, uma expedição fotográfica ao Vale do Jequitinhonha e até o Festival Internacional de Quadrinhos de Belo Horizonte.

A preservação da memória de Minas foi contemplada com a manutenção do patrocínio de museus e acervos de documentos. A Casa de Juscelino, em Diamantina; o Santuário de Nossa Senhora do Carmo, em Mariana; A Biblioteca Pública de Belo Horizonte; o Museu Mineiro; eventos na capital e no interior, e tantos outros registros do nosso passado tiveram sua preservação garantida com o apoio da CEMIG, para que possam continuar contando a nossa história e mantendo vivo o espírito daqueles que construíram nosso Estado.

Meio Ambiente

A convivência com os recursos naturais, inerente ao negócio energia, requer uma série de ações que permitam compatibilizar as atividades com a proteção ambiental. Os programas e estudos ambientais receberam, em 2003, recursos superiores a R\$42 milhões.

Dow Jones

Pela quarta vez consecutiva, o reconhecimento mundial através do Dow Jones Sustainability World Indexes, confirmou o acerto de nossas decisões nos aspectos sociais, ambientais e de valor para o acionista. O Dow Jones é um índice de alta confiabilidade, compondo um seleto grupo de 317 empresas em todo o mundo. No Brasil, apenas quatro empresas estão listadas para o ano de 2004. O levantamento envolveu mais de 2.500 empresas de 60 ramos industriais de 34 países. Além da permanência no índice, a CEMIG foi classificada no grupo das segundas empresas de energia elétrica do mundo, sendo a única do setor da América Latina.

Sistema de Gestão Ambiental

Prosseguindo na implantação do Sistema de Gestão Ambiental, três certificações foram recomendadas pela Det Norske Veritas:

- Operação do sistema elétrico (com duas certificações)
- Manutenção e operação de subestações.

A usina hidrelétrica de Nova Ponte renovou seu certificado, obtendo reconhecimento internacional pela preservação nas suas instalações, no reservatório e na Reserva Ambiental de Galheiro.

Licenciamento Ambiental

As usinas em construção – Queimado, Pai Joaquim e térmica Barreiro – obtiveram o licenciamento ambiental para operação, o que também ocorreu com várias subestações, linhas de transmissão e redes de distribuição de gás.

Gestão de materiais

Todo material descartado durante o processo de produção, transmissão e distribuição da energia recebe atenção especial e tem destinação adequada. Dentro dessa política, a CEMIG enviou para reciclagem e destruição, em 2003, cerca de 280 mil lâmpadas fluorescentes e de iluminação pública. Cerca de 360 mil litros de óleo isolante retirado dos transformadores fora de operação foram reutilizados em outros equipamentos.

A coleta seletiva no edifício-sede encaminhou à Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis de Belo Horizonte, 37 toneladas de papel, 20 toneladas de plástico, além de metais e vidro.

Projetos e Pesquisas dos recursos naturais

Os recursos naturais do estado, a fauna terrestre e aquática foram objeto de pesquisas que contaram com a parceria de universidades e diversas entidades. Importantes projetos tiveram continuidade e significativos progressos, como o Projeto de Monitoramento do Lobo-guará, agora estendido para a Estação Ambiental de Galheiro.

Em parceria com a Universidade Federal de Lavras, foi inaugurado o Centro de Excelência em Matas Ciliares. Toda a tecnologia gerada com esse projeto passou a ser compartilhada com a sociedade.

A ictiofauna e seu habitat ganharam programas de Pesquisa e Desenvolvimento com investigações em sete linhas, envolvendo a qualidade da água, mecanismos de transposição de peixes, a relação das espécies com a operação dos reservatórios entre outras.

Fauna, Flora e Monitoramento da Qualidade da Água

Ações efetivas para a preservação de toda forma de vida existente nas matas, rios, e centros urbanos das comunidades em que a CEMIG atua marcaram o ano de 2003. Mais de 2,4 milhões de alevinos foram soltos em rios e nos reservatórios das usinas, onde contam com água da melhor qualidade para se desenvolver, pois também a água é monitorada em 33 reservatórios.

Para minimizar o impacto à ictiofauna, destaca-se o comissionamento ambiental da usina hidrelétrica de Funil, associado ao sistema de transposição de peixes tipo elevador.

Os viveiros florestais de Volta Grande e Itutinga e os Laboratórios de Sementes produziram 405 mil mudas, e 511 quilos de sementes foram coletados. As árvores das matas ficaram mais protegidas com a Campanha de Prevenção e Controle de Queimadas. Na cidade, as espécies urbanas recebem tratamento e poda adequados, através da parceria com as prefeituras.

As Estações Ambientais de Peti, Galheiro, Igarapé e Itutinga, receberam e trataram cerca de 445 animais, dos quais a metade já retornou ao seu habitat. A outra metade encontra-se ainda em tratamento.

Peti comemorou 20 anos de atividades em prol da pesquisa ambiental, criação e soltura de animais e, muito particularmente, da educação ambiental de estudantes, portadores de necessidades especiais e grupos de terceira idade.

Voluntariado

O trabalho voluntário dos empregados, atuando nas áreas de educação, cultura, saúde e ação comunitária concentraram-se no Projeto Asin – Ações Sociais Integradas. Diretoria, superintendentes, gerentes, empregados, aposentados e familiares participam das atividades - que são avaliadas, coordenadas e orientadas – formando uma bem-sucedida rede de responsabilidade social.

Atualmente, são mais de mil empregados voluntários, que vêm beneficiando 25 mil pessoas entre crianças, adolescentes e idosos.

A educação tem foco prioritário, considerando seu poder transformador e sua importância na construção de uma sociedade mais justa. Nesse sentido, as atividades do Asin permitem reduzir o índice de analfabetismo de jovens e adultos, melhorar a qualidade de vida de alunos, com a reforma de ambientes escolares e exames oftalmológicos, formação de bibliotecas, e diversas realizações de cursos profissionalizantes.

O projeto Al6%, em parceria com a Associação Intergerencial da CEMIG, arrecadou R\$ 100 mil entre os empregados, que doaram 6% do seu imposto de renda devido para o Fundo da Infância e da Adolescência.

Reconhecimentos – Prêmios

Como resultado dos esforços desenvolvidos pela CEMIG em 2003, vários segmentos da sociedade reconheceram a excelência de suas atividades, resultando em várias premiações, dentre as quais destacamos:

- ❑ Prêmio Procel: Pela quarta vez, a CEMIG ganha o Prêmio Nacional de Conservação e Uso racional de Energia Elétrica, categoria Empresas do Setor Energético, concedido pelo Ministério das Minas e Energia.
- ❑ Selo de Empresa Cidadã: Conquistado em Uberlândia pelo Projeto de Educação Ambiental nas Escolas “Terra da Gente”. Concedido pela Câmara municipal e Câmara de Dirigentes Logistas.
- ❑ Prêmio Mineiro da Qualidade: vencedora na categoria Prata. Instituído pelo governo do Estado, promove a integração entre os setores público e privado, compartilhando experiência na gestão pela qualidade.
- ❑ Prêmio Minas Ecologia: Categoria Solo, com o Projeto Recuperação da Nascente do Córrego Pedra Branca, concedido pela Associação Mineira de defesa do meio Ambiente e do Centro Universitário Newton Paiva
- ❑ Ouro Azul: outro prêmio conquistado pelo Projeto de Recuperação da Nascente do Córrego Pedra Branca.

BALANÇO SOCIAL DA CONTROLADORA

1) Base de Cálculo	2003			2002		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)			5.239.039			4.881.966
Resultado Operacional (RO)			1.194.070			504.980
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			638.460			559.219
2) Indicadores Sociais Internos	Valor			Valor		
	(Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL	(Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação	30.938	4,85	0,59	26.769	4,79	0,55
Encargos sociais compulsórios	171.502	26,86	3,27	149.496	26,73	3,06
Previdência privada	74.338	11,64	1,42	145.473	26,01	2,98
Saúde	21.168	3,32	0,40	16.563	2,96	0,34
Segurança e medicina no trabalho	3.027	0,47	0,06	2.296	0,41	0,05
Educação	615	0,10	0,01	673	0,12	0,01
Cultura	-	-	-	63	0,01	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	8.465	1,33	0,16	8.314	1,49	0,17
Creches ou auxílio-creche	1.419	0,22	0,03	1.323	0,24	0,03
Participação nos lucros ou resultados	92.302	14,46	1,76	38.184	6,83	0,78
Outros	15.351	2,40	0,29	12.627	2,26	0,26
Total - Indicadores Sociais Internos	419.125	65,65	8,00	401.781	71,85	8,23
3) Indicadores Sociais Externos	Valor			Valor		
	(Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	(Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Educação	358	0,03	0,01	10	-	-
Cultura	6.230	0,52	0,12	4.228	0,84	0,09
Outros Doações/Subvenções/Projeto ASIN	17.102	1,43	0,33	14.210	2,81	0,29
Total das Contribuições para a Sociedade	23.690	1,98	0,45	18.448	3,65	0,38
Tributos (excluídos encargos sociais)	3.440.972	288,17	65,68	2.319.660	459,36	47,51
Total – Indicadores Sociais Externos	3.464.662	290,16	66,13	2.338.108	463,01	47,89
4) Indicadores Ambientais						
Relacionados com a operação da empresa	42.000	3,52	0,80	26.000	5,15	0,53
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	42.000	3,52	0,80	26.000	5,15	0,53
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados ao final do período			11.302			11.468
Nº de admissões durante o período			29			474
Nº de estagiários			408			509
Escolaridade dos empregados						
- Superior e extensão universitária			2.745			2.672
- 2º Grau			6.387			6.222
- 1º Grau			1.659			2.029
- Até 1º Grau incompleto			511			545
Nº de empregados acima de 45 anos			2.980			2.488
Nº de mulheres que trabalham na empresa			1.514			1.527
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			4,48%			3,6%
Nº de negros que trabalham na empresa			3.496			3.531
% de cargos de chefia ocupados por negros			9,61%			9,4%

A CEMIG EM NÚMEROS

(dados consolidados, exceto se indicado de outra forma)

Descrições	2003	2002	Δ%
Atendimento			
Número de consumidores	5.744.206	5.591.492	2,73
Número de empregados	11.302	11.468	(1,45)
Número de consumidores por empregado	506	496	2,02
Número de localidades atendidas	5.415	5.415	-
Número de municípios atendidos	774	774	-
Mercado			
Área de concessão (Km ²)	562.478	562.762	0,80
Geração própria (GWh)	27.025	21.608	25,07
Consumo residencial médio (KWh/ano)	1.380	1.378	0,15
Tarifas médias de fornecimento – incluindo ICMS (R\$/MWh)			
Residencial	356,95	281,60	53,08
Comercial	305,89	241,00	26,93
Industrial	132,39	100,05	10,91
Rural	186,42	148,00	26,96
DEC (horas)	10,40	13,01	(17,44)
FEC (número de interrupções)	6,40	7,34	(12,81)
Tempo médio de atendimento de reclamações de interrupção	4,38	4,66	(6,00)
Operacionais			
Número de Usinas em Operação	48	46	4,35
Número de Subestações	427	424	0,71
Linhas de Transmissão (Km)	4.853	4.872	
Linhas de Subtransmissão (Km)	16.185	16.249	
Linhas de Distribuição (Km)			
Urbana	82.867	55.718	48,73
Rural	276.437	274.841	0,59
Capacidade Instalada (MW)	5.771	5.704	1,17
Financeiros			
Receita operacional – R\$ milhões	7.968	6.752	18,01
Receita operacional líquida - R\$ milhões	5.623	5.119	9,81
Margem operacional líquida - %	21,81	(16,73)	-
EBTIDA OU LAJIDA - R\$ milhões	1.796	1.076	46,84
Lucro líquido (Prejuízo) - R\$ milhões	1.198	(1.002)	-
Lucro líquido (Prejuízo) por lote de 1000 ações (Controladora)	7,39	(6,18)	-
Patrimônio líquido - R\$ milhões	6.559	5.681	13,91
Valor patrimonial por lote de mil ações (Controladora)	40,45	35,03	16,73
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	18,63	(14,51)	-
Endividamento do patrimônio líquido - %	126,26	142,65	(9,28)
Liquidez Corrente	0,69	0,61	18,03
Liquidez Geral	0,74	0,65	12,31

AGRADECIMENTOS

A Administração da CEMIG é grata ao Governador do Estado, Dr. Aécio Neves da Cunha, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades Federais, Estaduais e Municipais, às comunidades servidas pela CEMIG, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
CIRCULANTE				
Disponibilidades	440.481	122.975	366.390	50.303
Consumidores e Revendedores	1.058.610	882.421	1.029.834	842.631
Consumidores – Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela “A”	278.864	257.577	278.864	257.577
Concessionários – Transporte de Energia	28.669	18.271	28.669	18.271
Revendedores – Transações no MAE	39.037	82.476	39.037	82.476
Tributos Compensáveis	107.829	21.322	100.733	15.576
Almoarifado	22.230	20.663	14.698	13.086
Despesas Antecipadas – CVA	315.234	225.833	315.234	225.833
Créditos Tributários	113.856	134.193	113.523	134.112
Recebíveis do Governo Federal – Perda de Receita com Consumidores de Baixa Renda	40.419	42.386	40.419	42.386
Outros Créditos	112.665	145.848	141.129	152.752
	<u>2.557.894</u>	<u>1.953.965</u>	<u>2.468.530</u>	<u>1.835.003</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	891.063	754.960	891.063	754.960
Consumidores – Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela “A”	1.265.310	1.149.563	1.265.310	1.149.563
Despesas Antecipadas – CVA	305.485	195.208	305.485	195.208
Créditos Tributários	269.183	406.646	252.263	386.281
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	-	53.138	-	53.138
Racionamento – Bônus e Custos de Adaptação	23.449	52.083	23.449	52.083
Revendedores – Transações no MAE	567.062	462.640	567.062	462.640
Tributos Compensáveis	115.933	100.426	105.093	87.274
Depósitos Vinculados a Litígios	81.493	66.317	81.391	66.225
Consumidores e Revendedores	90.614	-	90.614	-
Outros Créditos	53.105	87.405	52.505	87.102
	<u>3.662.697</u>	<u>3.328.386</u>	<u>3.634.235</u>	<u>3.294.474</u>
PERMANENTE				
Investimentos	797.806	608.657	1.410.765	1.155.472
Imobilizado	7.984.367	7.897.782	7.337.929	7.294.189
Diferido	22.127	25.096	627	1.045
	<u>8.804.300</u>	<u>8.531.535</u>	<u>8.749.321</u>	<u>8.450.706</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>15.024.891</u>	<u>13.813.886</u>	<u>14.852.086</u>	<u>13.580.183</u>

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
CIRCULANTE				
Fornecedores	610.960	1.274.725	587.796	1.230.972
Tributos e Contribuição Social	321.473	150.757	309.955	144.504
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.587.336	834.203	1.564.716	801.598
Salários e Contribuições Sociais	199.110	108.515	198.004	107.295
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	311.212	211.106	309.783	210.827
Obrigações Pós-Emprego	185.226	180.992	185.226	180.992
Encargos Regulatórios	133.718	93.856	133.324	93.796
Outras Obrigações	167.781	106.492	166.388	90.782
	<u>3.516.816</u>	<u>2.960.646</u>	<u>3.455.192</u>	<u>2.860.766</u>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2.271.413	2.550.541	2.190.409	2.447.090
Obrigações Pós-Emprego	1.496.027	1.656.488	1.496.027	1.656.488
Fornecedores	324.556	334.295	324.556	334.295
Tributos e Contribuição Social	440.143	216.640	440.143	216.640
Provisões para Contingências	320.898	315.045	320.898	315.045
Outras Obrigações	69.376	70.313	66.292	68.976
	<u>4.922.413</u>	<u>5.143.322</u>	<u>4.838.325</u>	<u>5.038.534</u>
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	<u>27.093</u>	<u>29.035</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social	1.621.538	1.621.538	1.621.538	1.621.538
Reservas de Capital	4.032.222	4.032.222	4.032.222	4.032.222
Reservas de Lucros	877.686	-	877.686	-
Recursos Destinados a Aumento de Capital	27.123	27.123	27.123	27.123
	<u>6.558.569</u>	<u>5.680.883</u>	<u>6.558.569</u>	<u>5.680.883</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u>15.024.891</u>	<u>13.813.886</u>	<u>14.852.086</u>	<u>13.580.183</u>

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido / prejuízo por lote de mil ações)

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
RECEITA OPERACIONAL:				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	7.235.477	5.991.216	7.174.711	5.951.757
Recomposição Tarifária Extraordinária	-	275.321	-	275.321
Outras Receitas Operacionais	732.468	485.423	320.714	270.288
	<u>7.967.945</u>	<u>6.751.960</u>	<u>7.495.425</u>	<u>6.497.366</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	<u>(2.344.628)</u>	<u>(1.633.298)</u>	<u>(2.256.386)</u>	<u>(1.615.400)</u>
Receita Operacional Líquida	<u>5.623.317</u>	<u>5.118.662</u>	<u>5.239.039</u>	<u>4.881.966</u>
DESPESA OPERACIONAL:				
Pessoal	(737.772)	(550.969)	(721.752)	(540.506)
Pessoal – Administradores e Conselheiros	(2.662)	(2.265)	(2.615)	(2.240)
Participações dos Empregados	(92.583)	(38.226)	(92.302)	(38.184)
Materiais	(87.834)	(78.428)	(84.963)	(76.791)
Serviços de Terceiros	(321.245)	(264.563)	(305.504)	(256.926)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(13.948)	(47.252)	(13.138)	(46.319)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.393.423)	(1.732.678)	(1.393.423)	(1.732.678)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(310.263)	(297.537)	(310.263)	(297.537)
Depreciação e Amortização	(570.193)	(550.513)	(523.726)	(518.896)
Obrigações Pós-Emprego	(74.338)	(145.473)	(74.338)	(145.473)
Reversão (Provisão) para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	118.442	(177.627)	118.442	(177.627)
Provisões Operacionais	(104.689)	(53.414)	(102.041)	(52.456)
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	(282.309)	(344.902)	(282.309)	(344.902)
Gás Comprado para Revenda	(246.276)	(152.132)	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(118.217)	-	(118.217)	-
Outras Despesas Líquidas	(159.541)	(157.220)	(138.820)	(146.451)
	<u>(4.396.851)</u>	<u>(4.593.199)</u>	<u>(4.044.969)</u>	<u>(4.376.986)</u>
Lucro Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial e Receitas (Despesas) Financeiras	<u>1.226.466</u>	<u>525.463</u>	<u>1.194.070</u>	<u>504.980</u>
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>31.220</u>	<u>(4.693)</u>
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS:				
Receitas Financeiras	1.114.306	867.203	1.074.141	854.836
Despesas Financeiras	(529.216)	(1.262.663)	(511.430)	(1.208.862)
	<u>585.090</u>	<u>(395.460)</u>	<u>562.711</u>	<u>(354.026)</u>
Juros sobre Capital Próprio	(250.000)	(220.000)	(250.000)	(220.000)
	<u>335.090</u>	<u>(615.460)</u>	<u>312.711</u>	<u>(574.026)</u>
Lucro (Prejuízo) Operacional	<u>1.561.556</u>	<u>(89.997)</u>	<u>1.538.001</u>	<u>(73.739)</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	<u>(61.128)</u>	<u>(27.233)</u>	<u>(61.267)</u>	<u>(27.008)</u>
PERDA EXTRAORDINÁRIA	<u>-</u>	<u>(1.045.325)</u>	<u>-</u>	<u>(1,045.325)</u>
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>1.500.428</u>	<u>(1.162.555)</u>	<u>1.476.734</u>	<u>(1.146.072)</u>
Imposto de Renda	(413.573)	(63.572)	(395.608)	(68.923)
Contribuição Social	(139.955)	(7.338)	(133.484)	(6.838)
Lucro (Prejuízo) antes da Reversão dos Juros sobre Capital Próprio e participações minoritárias	<u>946.900</u>	<u>(1.233.465)</u>	<u>947.642</u>	<u>(1.221.833)</u>
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	250.000	220.000	250.000	220.000
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	<u>742</u>	<u>11.632</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	<u>1.197.642</u>	<u>(1.001.833)</u>	<u>1.197.642</u>	<u>(1.001.833)</u>
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) POR LOTE DE MIL AÇÕES – R\$			<u>7,39</u>	<u>(6,18)</u>

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002**

(Em milhares de reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Recursos Destinados a Aumento de Capital	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001	1.589.995	4.106.492	1.153.476	24.970	27.123	6.902.056
Aumento de Capital AGO 30.04.2002	31.543	(31.543)	-	-	-	-
Reversão de Dividendos	-	-	660	-	-	660
Prejuízo do Exercício	-	-	-	(1.001.833)	-	(1.001.833)
Juros sobre Capital Próprio (R\$1,36 por lote de mil ações)	-	-	-	(220.000)	-	(220.000)
Absorção de Prejuízo	-	(42.727)	(1.154.136)	1.196.863	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002	<u>1.621.538</u>	<u>4.032.222</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>27.123</u>	<u>5.680.883</u>
Reversão de Dividendos	-	-	538	-	-	538
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	1.197.642	-	1.197.642
Destinação do Lucro proposta à AGO						
Juros sobre Capital Próprio (R\$1,54 por lote de mil ações)	-	-	-	(250.000)	-	(250.000)
Dividendos Complementares (R\$0,44 por lote de mil ações)	-	-	-	(70.494)	-	(70.494)
Retenção de Lucros	-	-	877.148	(877.148)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003	<u>1.621.538</u>	<u>4.032.222</u>	<u>877.686</u>	<u>-</u>	<u>27.123</u>	<u>6.558.569</u>

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002
(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
ORIGENS DOS RECURSOS				
Das Operações-				
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	1.197.642	(1.001.833)	1.197.642	(1.001.833)
Despesas (Receitas) que não afetam o Capital Circulante -				
Receita com Recomposição Tarifária Extraordinária -				
Longo Prazo	-	(275.321)	-	(275.321)
Despesa com Compra de Energia Livre	-	45.330	-	45.330
Revendedores – Transações no MAE	(21.318)	(464.977)	(21.318)	(464.977)
Depreciação e Amortização	570.193	550.513	523.726	518.896
Baixas de Imobilizado Líquidas	61.344	26.278	61.344	26.224
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	(31.220)	4.693
Obrigações Pós-Emprego	74.338	145.473	74.338	145.473
Juros e Variações Monetárias - Longo Prazo	(916.077)	(60.223)	(894.011)	(106.021)
Provisão (Reversão) para Perdas na Recuperação dos				
Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	(118.442)	177.627	(118.442)	177.627
Provisão para Perdas com o Contas a Receber do				
Governo do Estado de Minas Gerais	197.988	1.321.269	197.988	1.321.269
Provisão (Reversão) para Perdas Operacionais	(48.784)	56.783	(48.784)	56.783
Outros	11.518	(12.688)	10.785	-
	<u>1.008.402</u>	<u>508.231</u>	<u>952.048</u>	<u>448.143</u>
De Terceiros e Acionistas -				
Aumento de Capital efetuado por Acionistas Minoritários				
em Controladas	-	11.526	-	-
Financiamentos Obtidos	716.870	518.288	700.076	494.171
Reversão de Dividendos	538	660	538	660
Ressarcimento pela ANEEL dos Bônus Pagos aos				
Consumidores durante o Racionamento de Energia	-	132.596	-	132.596
Venda de Títulos e Valores Mobiliários	118.994	-	118.994	-
Redução de Capital em Controlada	-	-	10.460	-
Dividendos a Receber de Controladas	-	-	50.094	-
Amortização do Contas a Receber do Governo do Estado de				
Minas Gerais	27.918	-	27.918	-
Obrigações Especiais	96.396	157.091	96.396	157.091
	<u>960.716</u>	<u>820.161</u>	<u>1.004.476</u>	<u>784.518</u>
Outras Origens-				
Tributos e Contribuição Social transferidos para o Longo				
Prazo	223.503	216.640	223.503	216.640
Redução do Realizável a Longo Prazo	7.340	-	7.868	-
Transferência do Realizável a Longo Prazo para o				
Circulante-				
Despesas Antecipadas - CVA	101.819	224.517	101.819	224.517
Créditos Tributários	137.695	30.082	134.018	48.908
Recomposição Tarifária Extraordinária	291.752	216.890	291.752	216.890
Revendedores - Transações no MAE	-	82.476	-	82.476
Custos de Adaptação ao Racionamento	28.634	-	28.634	-
Outros	(793)	9.099	(2.682)	32.721
	<u>789.950</u>	<u>779.704</u>	<u>784.912</u>	<u>822.152</u>
TOTAL DAS ORIGENS	<u><u>2.759.068</u></u>	<u><u>2.108.096</u></u>	<u><u>2.741.436</u></u>	<u><u>2.054.813</u></u>

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
APLICAÇÕES DOS RECURSOS				
Aumento no Realizável a Longo Prazo	-	57.537	-	63.083
Tributos Compensáveis	15.507	-	17.819	-
Consumidores e Revendedores	90.614	-	90.614	-
Despesas Antecipadas – CVA	119.298	304.765	119.298	304.765
Em Investimentos	194.538	322.542	287.201	509.570
No Imobilizado	806.271	853.409	719.539	673.971
No Diferido	31	16.571	-	-
Depósitos Vinculados a Litígios	15.176	50.080	15.166	50.080
Juros sobre Capital Próprios e Dividendos	320.494	220.000	320.494	220.000
Efeito decorrente da consolidação integral da Infovias	-	9.213	-	-
Racionamento – Bônus Concedidos aos Consumidores e Custos de Adaptação Incorridos em Excesso à Sobretaxa	-	87.586	-	87.586
Transferência do Exigível a Longo Prazo para o Circulante- Empréstimos e Financiamentos	847.813	832.671	830.637	787.670
Fornecedores - Suprimento	66.767	83.974	66.767	83.974
Obrigações Pós-Emprego	234.800	190.853	234.800	190.853
TOTAL DAS APLICAÇÕES	2.711.309	3.029.201	2.702.335	2.971.552
REDUÇÃO (AUMENTO) DA INSUFICIÊNCIA DE CAPITAL CIRCULANTE	47.759	(921.105)	39.101	(916.739)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DA INSUFICIÊNCIA DE CAPITAL CIRCULANTE				
No fim do exercício				
Ativo Circulante	2.557.894	1.953.965	2.468.530	1.835.003
Passivo Circulante	(3.516.816)	(2.960.646)	(3.455.192)	(2.860.766)
	(958.922)	(1.006.681)	(986.662)	(1.025.763)
No início do exercício-	(1.006.681)	(85.576)	(1.025.763)	(109.024)
REDUÇÃO (AUMENTO) DA INSUFICIÊNCIA DE CAPITAL CIRCULANTE	47.759	(921.105)	39.101	(916.739)

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1) – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG ou “Controladora”, sociedade de capital aberto, certificado GEMEC/RCA-200-75/109, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, é concessionária do serviço público de energia elétrica e seu acionista controlador é o Estado de Minas Gerais. Seus principais objetivos sociais são a construção e operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A CEMIG tem como área de concessão 562.478 km², aproximadamente 97% do território de Minas Gerais, atendendo aproximadamente 5.744 mil consumidores em 31 de dezembro de 2003 (em 2002 – 5.591 mil). O grupo CEMIG possui 48 usinas, sendo 44 hidrelétricas, 3 termelétricas e 1 eólica e capacidade instalada de 5.771 MW (em 2002 - 5.704 MW).

A CEMIG possui participação societária nas seguintes empresas em operação em 31 de dezembro de 2003:

- Sá Carvalho S.A. (participação de 100,00%) – seus principais objetivos sociais são: produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica de Sá Carvalho;
- Usina Térmica Ipatinga S.A. (participação de 100,00%) – seus principais objetivos sociais são: produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da usina térmica de Ipatinga, localizada nas instalações da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS;
- Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG (“GASMIG”) (participação de 95,19%) – seus principais objetivos sociais são: aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais, outorgada pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Seu estatuto social também permite a execução das atividades de exploração, produção e armazenamento de gás natural. Estas atividades, entretanto, não estão sendo desenvolvidas;
- Empresa de Infovias S.A. (“Infovias”) (participação de 99,93%) – seus principais objetivos sociais são: prestação e exploração de serviço especializado na área de telecomunicações, por meio de sistema integrado constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multiserviços). A Infovias detém uma participação de 64,91% no capital da Way TV Belo Horizonte S.A., que atua na exploração de serviços de televisão a cabo e Internet em determinadas cidades do Estado de Minas Gerais;
- Efficientia S.A. (participação de 100,00%) – seus principais objetivos sociais são a prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas através de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia. A Efficientia S.A. entrou em operação no 1º trimestre de 2003;
- Horizontes Energia S.A. (participação de 100,00%) – seus principais objetivos sociais são produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das usinas hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina. A Horizontes Energia S.A. entrou em operação no 1º trimestre de 2003.

A CEMIG possui participação de 100,00% no capital das empresas relacionadas abaixo, ainda em fase pré-operacional em 31 de dezembro de 2003:

- Cemig PCH S.A., Cemig Capim Branco Energia S.A. e UTE Barreiro S.A. – Estas empresas têm por objetivos sociais a produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente.
- Cemig Trading S.A. – Seu principal objetivo social é a comercialização e intermediação de negócios relacionados a energia.

Adicionalmente, a CEMIG possui participação minoritária de 48,50% no capital das empresas Central Termelétrica de Cogeração S.A. e Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A., ainda em fase de implantação.

2) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1) Apresentação das Demonstrações Financeiras

Foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações; Lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995 (que eliminou a adoção de qualquer sistema de correção monetária de balanço para fins societários, a partir de 1º de janeiro de 1996); normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias de energia elétrica, emanadas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente a CEMIG está apresentando, nos Anexos I, II e III, as demonstrações do fluxo de caixa, do valor adicionado e do resultado segregado por atividade, respectivamente.

As controladas seguem práticas contábeis compatíveis com às da CEMIG.

2.2) Principais Práticas Contábeis

(a) Práticas Contábeis Específicas do Setor Elétrico

Despesas de Administração - São apropriadas mensalmente ao custo do imobilizado em curso, mediante rateio limitado a 10% dos gastos diretos de pessoal e serviços de terceiros.

Atividades da Controladora não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica - Referem-se basicamente aos consórcios para produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, estando registrada a quota-parte da CEMIG no Grupo de Investimentos, conforme Nota Explicativa nº 16. Os saldos de ativo, passivo, receitas e despesas referentes às operações mencionadas são controlados mensalmente através de registros e demonstrações financeiras específicas elaboradas pelos Consórcios, em atendimento a determinação do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, emitido pela ANEEL.

(b) Práticas Contábeis Gerais

Disponibilidades - Estão demonstradas ao custo. Os rendimentos auferidos até a data do balanço estão classificados como Outros Créditos, no Ativo Circulante, a valores não superiores aos de realização.

Consumidores e Revendedores - O fornecimento de energia elétrica não faturado na data do balanço é contabilizado em regime de competência.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - É constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas com consumidores e revendedores. Os critérios para constituição da provisão, conforme definido pela ANEEL, são como segue:(i) para os consumidores com débitos relevantes, é efetuada uma análise individual do saldo, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais, (ii) para os demais consumidores, são provisionados os débitos vencidos há mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para consumidores comerciais e mais de 360 dias para as demais classes de consumidores.

Almoxarifado - É avaliado ao custo médio de aquisição, sendo que os materiais em estoque são classificados no Ativo Circulante e os materiais destinados a obras são classificados no Ativo Permanente, não sendo depreciados.

Despesas Antecipadas – CVA - A partir de 26 de outubro de 2001, as diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (também denominados “Parcela A”) utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário e os desembolsos efetivamente realizados são compensadas nos reajustes tarifários futuros, sendo registradas no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, como despesas antecipadas. Após o reajuste tarifário devido, as despesas são transferidas mensalmente para o resultado através de amortização linear.

Investimentos - As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial, sendo as demais participações societárias permanentes avaliadas pelo custo de aquisição. Os demais Investimentos são avaliados pelo custo de aquisição ou formação, reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

Imobilizado - Os bens do Ativo Imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação e aqueles adquiridos ou formados até 31 de dezembro de 1995 foram corrigidos monetariamente até aquela data. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários incorridos relativos a financiamentos obtidos de terceiros, vinculados às Obras em Andamento, são apropriados às Imobilizações em Curso, durante o período de construção.

Depreciação e Amortização - São calculadas sobre o saldo das Imobilizações em Serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

Obrigações Especiais - São avaliadas pelo valor recebido de clientes. Parcela do saldo formada até 31 de dezembro de 1995 foi corrigida monetariamente até aquela data. As obrigações especiais não são depreciadas ou amortizadas, sendo apresentadas no Balanço Patrimonial como redutoras do Ativo Imobilizado.

Demais Ativos e Passivos - Os sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados na data do balanço. Os demais são apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

Obrigações Pós-Emprego - Até 31 de dezembro de 2000, os custos relacionados à suplementação de aposentadoria e os outros benefícios pós-emprego eram reconhecidos na data do efetivo pagamento. Em 1º de janeiro de 2001, em atendimento a Deliberação CVM n.º 371/00, foram reconhecidas as obrigações relacionadas à suplementação de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego, registradas com base em cálculos atuariais, utilizando o Método da Unidade de Crédito Projetada para determinação do valor presente das obrigações.

Imposto de Renda e Contribuição Social - São provisionados ou constituídos créditos sobre prejuízos fiscais e adições temporárias, sendo seu efeito lançado no resultado do exercício.

Resultado - É apurado pelo regime contábil de competência de exercício.

Lucro Líquido por Lote de Mil Ações - É calculado com base no número de ações, excluídas as Ações em Tesouraria, na data do balanço.

Uso de estimativas - A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da CEMIG se baseie em estimativas para o registro de certas transações, que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da CEMIG e Controladas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes do Programa de Racionamento, do Acordo Geral do Setor Elétrico, Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Despesas Antecipadas – CVA, Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Créditos Tributários, Obrigações Pós-Emprego, Provisões para Contingências e Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica.

3) – PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as normas e procedimentos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e incluem as demonstrações financeiras das empresas controladas mencionadas na Nota Explicativa nº 1.

Na consolidação foram eliminadas as participações da Controladora nos patrimônios líquidos das empresas investidas, bem como os saldos relevantes de ativos, passivos, receitas e despesas, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

A parcela relativa às participações minoritárias no patrimônio líquido de controladas é apresentada de forma destacada no passivo.

4) – DAS CONCESSÕES

A CEMIG e suas controladas detêm junto à ANEEL, as seguintes concessões:

	Localização	Informações não auditadas	Data da Concessão	Data de Vencimento
		Capacidade Instalada (MW)	ou Autorização	
GERAÇÃO				
Usinas Hidrelétricas -				
São Simão	Rio Paranaíba	1.710,000	01/1965	01/2015
Emborcação	Rio Paranaíba	1.192,000	07/1975	07/2005
Nova Ponte	Rio Araguari	510,000	07/1975	07/2005
Jaguara	Rio Grande	424,000	08/1963	08/2013
Miranda	Rio Araguari	408,000	12/1986	12/2016
Três Marias	Rio São Francisco	396,000	04/1958	07/2015
Volta Grande	Rio Grande	380,000	02/1967	02/2017
Salto Grande	Rio Santo Antônio	102,000	10/1963	07/2015
Funil	Rio Grande	88,200	12/2000	12/2035
Itutinga	Rio Grande	52,000	01/1953	07/2015
Camargos	Rio Grande	46,000	08/1958	07/2015
Porto Estrela	Rio Santo Antônio	37,334	07/1997	07/2032
Igarapava	Rio Grande	30,450	05/1995	05/2025
Piau	Rio Piau / Pinho	18,012	10/1964	07/2015
Gafanhoto	Rio Pará	14,000	09/1953	07/2015
Outras	Diversas	100,444	Diversas	Diversas
		5.508,440		
Usina Eólica -				
Morro do Camelinho	Gouveia - MG	1,000	03/1999	-
Usinas Termelétricas -				
Igarapé	Juatuba - MG	131,000	08/1974	08/2004
Formoso	Formoso - MG	0,440	04/1999	-
		131,440		
Total Geração CEMIG		5.640,880		
Controladas -				
Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho	Rio Piracicaba	78,000	12/1994	12/2024
Usina Termelétrica de Ipatinga	Ipatinga - MG	40,000	11/2000	12/2014
PCH Salto do Voltão	Rio Chapecozinho	6,760	10/2000	10/2030
PCH Salto do Paraopeba	Rio Paraopeba	2,366	10/2000	10/2030
PCH Machado Mineiro	Rio Pardo	1,720	05/2000	07/2025
PCH Salto do Passo Velho	Rio Chapecozinho	1,660	10/2000	10/2030
		130,506		
Total Geração Consolidado		5.771,386		

	<u>Localização</u>	<u>Informações não auditadas Capacidade Instalada (MW)</u>	<u>Data da Concessão ou Autorização</u>	<u>Data de Vencimento</u>
Projetos em Andamento – Usinas Hidrelétricas -				
Irapé	Rio Jequitinhonha	360,000	02/2000	02/2035
Aimorés	Rio Doce	161,700	12/2000	12/2035
Queimado	Rio Preto	86,625	12/1997	12/2032
Pai Joaquim	Rio Araguari	23,000	04/2002	04/2032
Capim Branco I	Rio Araguari	50,526	08/2001	08/2036
Capim Branco II	Rio Araguari	44,210	08/2001	08/2036
		726,061		
Usina Termelétrica -				
UTE Barreiro	Belo Horizonte	12,900	01/2002	04/2023
DISTRIBUIÇÃO				
Norte	-	-	04/1997	02/2016
Sul	-	-	04/1997	02/2016
Leste	-	-	04/1997	02/2016
Oeste	-	-	04/1997	02/2016
TRANSMISSÃO				
Rede Básica	Minas Gerais	-	07/1997	07/2015
Sub-Estação – SE Itajubá - 3	Minas Gerais	-	10/2000	10/2030

As capacidades instaladas das usinas de Igarapava, Porto Estrela e Funil, demonstradas anteriormente, referem-se às participações da CEMIG de 14,50%, 33,33% e 49,00%, respectivamente, na energia gerada pelos empreendimentos em parceria com a iniciativa privada.

Os projetos em andamento referentes às usinas de Aimorés, Queimado e Capim Branco estão sendo realizados em parceria com a iniciativa privada, sendo as participações da CEMIG de 49,00%, 82,50% e 21,05% respectivamente. As capacidades instaladas demonstradas referem-se à participação da CEMIG na energia a ser gerada pelos empreendimentos. Os projetos em andamento referentes às Usinas de Irapé e Pai Joaquim estão sendo integralmente custeados pela CEMIG.

A CEMIG requereu junto à ANEEL, em 11 de fevereiro de 2004, a prorrogação por vinte anos do prazo da concessão para geração de energia elétrica na Usina Térmica Igarapé. A ANEEL ainda não se pronunciou sobre esta prorrogação.

5) – DISPONIBILIDADES

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>2003</u>	<u>2002</u>	<u>2003</u>	<u>2002</u>
Contas Bancárias	128.333	20.162	124.164	18.280
Aplicações Financeiras				
Certificado de Depósito Bancário - CDB	200.111	27.458	153.170	4.000
Fundos de Investimento	9.798	8.620	9.798	-
Operações Compromissadas	102.239	66.735	79.258	28.023
	<u>312.148</u>	<u>102.813</u>	<u>242.226</u>	<u>32.023</u>
	<u>440.481</u>	<u>122.975</u>	<u>366.390</u>	<u>50.303</u>

As aplicações financeiras da CEMIG e suas controladas referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários indexados à variação da taxa do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

As aplicações financeiras da CEMIG e suas controladas com operações compromissadas com outros títulos, em 31 de dezembro de 2003, estão demonstradas a seguir:

- I. Operações compromissadas da CEMIG com debêntures emitidas por terceiros (instituição financeira), nos montantes de R\$33.000, com cláusula de garantia de recompra imediata do banco custodiante, a critério da CEMIG e remuneradas pela variação da taxa de negociação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário. A CEMIG possui a opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidade ou perda de rentabilidade.
- II. Operações compromissadas da CEMIG e suas controladas com swap de taxas, nos montantes de R\$46.258 e R\$22.981 respectivamente, através do repasse de títulos públicos ou privados de emissão de terceiros, com o compromisso de recompra dos mesmos e remuneração baseada no CDI. A CEMIG e as controladas possuem a opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidade ou perda de rentabilidade.

6) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Consolidado								
Classe de Consumidor	SalDOS a Vencer		Vencidos até 90 dias		Vencidos há mais de 90 dias		Total	
	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002
Residencial	254.988	200.401	129.795	103.410	28.611	13.531	413.394	317.342
Industrial	200.602	175.393	58.539	103.466	95.131	20.025	354.272	298.884
Comércio, Serviços e Outras	121.599	77.227	57.811	41.116	24.244	11.168	203.654	129.511
Rural	32.801	22.462	17.077	12.352	6.310	3.507	56.188	38.321
Poder Público	15.081	13.376	28.693	15.806	21.947	9.766	65.721	38.948
Iluminação Pública	12.658	12.706	29.890	16.349	12.815	16.471	55.363	45.526
Serviço Público	9.865	18.730	1.395	41.861	867	6.178	12.127	66.769
Subtotal – Consumidores	647.594	520.295	323.200	334.360	189.925	80.646	1.160.719	935.301
Suprimento a Outras								
Concessionárias	4.519	6.056	-	-	-	-	4.519	6.056
Provisão para Créditos de								
Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(106.628)	(58.936)	(106.628)	(58.936)
	652.113	526.351	323.200	334.360	83.297	21.710	1.058.610	882.421
Controladora								
Classe de Consumidor	SalDOS a Vencer		Vencidos até 90 dias		Vencidos há mais de 90 dias		Total	
	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002
Residencial	251.883	197.521	129.795	103.410	27.489	12.762	409.167	313.693
Industrial	196.559	144.759	58.539	103.466	92.647	20.025	347.745	268.250
Comércio, Serviços e Outras	99.971	70.951	57.811	41.116	24.244	10.979	182.026	123.046
Rural	32.801	22.462	17.077	12.352	6.310	3.507	56.188	38.321
Poder Público	15.081	13.376	28.693	15.806	21.947	9.766	65.721	38.948
Iluminação Pública	12.658	12.706	29.890	16.349	12.815	16.471	55.363	45.526
Serviço Público	9.865	18.730	1.395	41.861	867	6.178	12.127	66.769
Subtotal – Consumidores	618.818	480.505	323.200	334.360	186.319	79.688	1.128.337	894.553
Suprimento a Outras								
Concessionárias	4.519	6.056	-	-	-	-	4.519	6.056
Provisão para Créditos de								
Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(103.022)	(57.978)	(103.022)	(57.978)
	623.337	486.561	323.200	334.360	83.297	21.710	1.029.834	842.631

Encontra-se registrado no Ativo Realizável a Longo Prazo créditos a receber de consumidores, líquido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$90.614, com a seguinte composição:

- R\$61.550 referentes a valores a receber, em atraso, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA, empresa controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais. As negociações para recebimento dos valores estão em andamento e com previsão para serem concluídas no 2º trimestre de 2004. Os valores foram apropriados no longo prazo conforme estimativas da Companhia e não são esperadas perdas na realização deste ativo.

- R\$29.064 referentes valores a receber da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH, advindos substancialmente de fornecimento de energia elétrica para iluminação pública, cujos pagamentos se encontravam em atraso. Os débitos da PBH foram renegociados para pagamento em 80 meses, até março de 2010, e são atualizados em conformidade aos reajustes tarifários da CEMIG.

A composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, por classe de consumidor, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
Residencial	33.493	15.348	32.371	14.579
Industrial	39.218	27.058	36.734	27.058
Comércio, Serviços e Outras	16.146	8.793	16.146	8.604
Rural	3.326	1.542	3.326	1.542
Poder Público	9.863	1.825	9.863	1.825
Iluminação Pública	6.347	4.077	6.347	4.077
Serviço Público	1.400	293	1.400	293
	<u>109.793</u>	<u>58.936</u>	<u>106.187</u>	<u>57.978</u>
Curto Prazo	106.628	58.936	103.022	57.978
Longo Prazo	3.165	-	3.165	-

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no exercício de 2003 é como segue:

	Consolidado	Controladora
	2003	2003
Saldo em 31 de dezembro de 2002	58.936	57.978
Baixa de contas a receber em 2003	(9.069)	(9.069)
Constituição de provisão em 2003	59.926	57.278
Saldo em 31 de dezembro de 2003	<u>109.793</u>	<u>106.187</u>

7) – CONSUMIDORES - RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA “A”

O Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, e as concessionárias distribuidoras e geradoras de energia elétrica celebraram, em dezembro de 2001, um acordo denominado “Acordo Geral do Setor Elétrico”, que define os critérios para garantia do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e para recomposição das receitas e perdas extraordinárias relativas ao período de vigência do Programa de Racionamento, através de uma Recomposição Tarifária Extraordinária (“RTE”), estendida para compensação da variação dos custos não gerenciáveis da Parcela “A” no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001.

a) Recomposição Tarifária Extraordinária

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e a Resolução nº 91 da GCE, de 21 de dezembro de 2001, estabeleceram os procedimentos para implementação da RTE, com entrada em vigor a partir de 27 de dezembro de 2001. Os reajustes tarifários foram definidos através da Resolução nº 130 da GCE, em 30 de abril de 2002, conforme segue:

- Reajuste de 2,90% para os consumidores das classes residencial (excluindo os consumidores de baixa renda), rural, iluminação pública e consumidores industriais de alta tensão em que o custo de energia elétrica represente 18,00% ou mais do custo médio de produção e que atendam a determinados requisitos relacionados com fator de carga e demanda de energia especificados na Resolução.
- Reajuste de 7,90% para os demais consumidores.

A RTE mencionada está sendo utilizada para compensação dos itens a seguir:

- ❑ Perdas com faturamento no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, correspondendo à diferença entre a receita estimada da CEMIG, caso não houvesse sido implementado o Programa de Racionamento, e a receita verificada sob a vigência do mesmo, conforme fórmula divulgada pela ANEEL. Não foram incluídas na apuração deste valor as eventuais perdas com inadimplência de consumidores, as quais não se espera serem relevantes, e o ICMS.
- ❑ Repasse a ser efetuado às geradoras que compraram energia no MAE, no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, com preço excedente ao valor de R\$49,26/MWh (“energia livre”). Como a CEMIG é apenas uma repassadora às geradoras dos valores recebidos, foram incluídos neste saldo os tributos e outros encargos regulatórios incidentes sobre a receita. Quando do repasse às geradoras, são deduzidos os impostos e encargos regulatórios mencionados. Estes valores estão sujeitos a modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento, movido por agentes do mercado, entre os quais a CEMIG, relativos à interpretação das regras de mercado em vigor.

Conforme Resolução Normativa nº 1 da ANEEL, de 12 de janeiro de 2004, a RTE da CEMIG teve seu prazo de duração máximo alterado de 82 para 74 meses, passando a vigorar no período de janeiro de 2002 a fevereiro de 2008. A CEMIG elaborou estudo para verificar se o prazo estipulado de 74 meses seria suficiente para recuperação dos valores homologados pela ANEEL. Na elaboração deste estudo foram consideradas determinadas premissas, sendo as mais relevantes àquelas referentes às projeções de reajustes tarifários, taxas de inflação, SELIC e crescimento do mercado de energia. Com base no estudo, foi estimada em R\$59.185 a provisão para perdas da Companhia na realização dos valores da RTE em 31 de dezembro de 2003. Conseqüentemente, ocorreu uma reversão de R\$118.442 da provisão para perdas originalmente constituída em 31 de dezembro de 2002, que à época era de R\$177.627.

Considerando que as premissas utilizadas nesse estudo poderão sofrer alterações ao longo do prazo de recuperação, a Administração revisará periodicamente essas projeções e, conseqüentemente, a provisão constituída.

A recuperação dos créditos através da RTE, conforme Resolução nº 89 da ANEEL, de 25 de fevereiro de 2003, foi efetuada da seguinte forma: (i) em 2002, 100,00% dos valores arrecadados de RTE foram utilizados para recuperação dos créditos referentes às perdas com faturamento; (ii) de janeiro de 2003 a janeiro de 2004, os créditos referentes às perdas com faturamento e energia livre foram recuperados simultaneamente, na proporção de 69,22% e 30,78%, respectivamente.

A partir de fevereiro de 2004, conforme Resolução Normativa nº 45, de 3 de março de 2004, foi alterada a proporção de recuperação dos créditos referentes às perdas com faturamento e energia livre, mencionada no parágrafo anterior, para 64,29% e 35,71% respectivamente.

Os créditos da RTE referentes às perdas de faturamento estão sendo atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação.

Dos créditos da RTE referentes à energia livre, 82,00% estão sendo atualizados pela variação da SELIC e 18,00% não estão sendo atualizados. Os valores não atualizados correspondem, segundo estimativas da CEMIG, aos montantes não pagos no âmbito do MAE em função das diversas ações judiciais movidas pelas companhias geradoras e distribuidoras de energia elétrica. Desta forma, estes valores somente serão atualizados após a liquidação definitiva no MAE, quando da resolução das controvérsias judiciais acima referidas.

Os valores homologados referentes à energia livre foram retificados pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 1, de 12 de janeiro de 2004, passando, em valores históricos e sem a inclusão dos impostos incidentes sobre a receita, de R\$362.851 para R\$419.229. Os novos valores homologados já se encontravam substancialmente registrados, não ocorrendo impacto relevante nas demonstrações financeiras da CEMIG em função da alteração mencionada.

O ICMS incidente sobre a RTE, correspondente às receitas a serem faturadas, o qual é estimado em R\$286.436 (R\$270.940 em 31 de dezembro de 2002), somente é devido por ocasião da emissão da respectiva fatura de energia elétrica aos consumidores. A CEMIG, neste sentido, atua como mera repassadora do referido tributo entre os consumidores e a Receita Estadual e, portanto, não efetuou o registro antecipado da referida obrigação.

b) Parcela "A"

Os itens da Parcela "A" são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

A ANEEL, através da Resolução Normativa nº 1, de 12 de janeiro de 2004, definiu que os valores das variações nos itens não gerenciáveis da Parcela "A" deixariam de ser incluídos no prazo limite de vigência da RTE, sendo que sua recuperação será iniciada imediatamente após o final da vigência da RTE, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos valores da RTE continuará em vigor para compensação dos itens da Parcela "A".

Os créditos da Parcela "A" estão sendo atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação.

c) Composição dos saldos da RTE e Parcela "A"

Os valores a serem recebidos referentes à RTE e Parcela "A", registrados no Ativo, são como segue:

	Consolidado e Controladora			
	2003			2002
	Principal	Atualização pela SELIC	Total	Total
Recomposição das perdas com faturamento	876.847	315.037	1.191.884	1.023.379
Valores arrecadados	(411.198)	-	(411.198)	(218.168)
	465.649	315.037	780.686	805.211
Reembolso dos gastos com energia livre dos geradores	442.717	58.958	501.675	456.176
Valores arrecadados	(77.434)	-	(77.434)	-
	365.283	58.958	424.241	456.176
(-) Provisão para Perdas na Realização dos itens da RTE	(59.185)	-	(59.185)	(177.627)
Total da RTE	<u>771.747</u>	<u>373.995</u>	<u>1.145.742</u>	<u>1.083.760</u>
Compensação dos itens da Parcela "A"	245.299	153.133	398.432	323.380
Total da RTE e da Parcela "A"	<u>1.017.046</u>	<u>527.128</u>	<u>1.544.174</u>	<u>1.407.140</u>
Curto Prazo			278.864	257.577
Longo Prazo			<u>1.265.310</u>	<u>1.149.563</u>

Os valores da RTE a serem repassados aos geradores referentes à energia livre, registrados no Passivo, na conta de Fornecedores, são como segue:

	Consolidado e Controladora			
	2003			2002
	Principal	Atualização pela SELIC	Total	Total
Valores a serem repassados aos geradores	419.229	56.069	475.298	418.269
(-) Repasses realizados	(63.057)	-	(63.057)	-
	<u>356.172</u>	<u>56.069</u>	<u>412.241</u>	<u>418.269</u>
Passivo Circulante			87.685	83.974
Exigível a Longo Prazo			<u>324.556</u>	<u>334.295</u>

8) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
Curto Prazo				
ICMS a Recuperar	25.789	17.978	21.373	15.239
Imposto de Renda	63.972	2.842	61.927	-
Contribuição Social	8.732	-	8.309	-
Outros	9.336	502	9.124	337
	<u>107.829</u>	<u>21.322</u>	<u>100.733</u>	<u>15.576</u>
Longo Prazo				
ICMS a Recuperar	95.845	81.583	85.005	68.431
ICMS a Recuperar – Em discussão com o Governo do Estado de Minas Gerais	20.088	18.843	20.088	18.843
	<u>115.933</u>	<u>100.426</u>	<u>105.093</u>	<u>87.274</u>
	<u>223.762</u>	<u>121.748</u>	<u>205.826</u>	<u>102.850</u>

Os créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se basicamente a valores apurados na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ de exercícios anteriores, que poderão ser compensados durante o exercício de 2004.

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo, estão sendo compensados em 48 meses, conforme Lei Complementar 102/00. Adicionalmente, encontra-se registrado o montante de R\$20.088 (R\$18.843 em 2002), referente a créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens utilizados na atividade da Controladora, cuja compensação está sendo discutida judicialmente com o Governo do Estado de Minas Gerais.

9) – DESPESAS ANTECIPADAS – CVA

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela “A” – CVA, refere-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da CEMIG, utilizados para definição do reajuste tarifário, e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Excepcionalmente, o Governo Federal, através da Portaria Interministerial nº 116, de 4 de abril de 2003, postergou por 12 meses a compensação das variações da CVA apuradas de 10 de março de 2002 a 9 de março de 2003, que deveriam ser compensadas a partir do reajuste tarifário de 8 de abril de 2003.

Adicionalmente, ficou estabelecido naquela Portaria que o saldo da CVA, cuja compensação foi adiada, será compensado nas tarifas de fornecimento de energia elétrica pelo prazo de 24 meses, contados a partir do reajuste a ser aplicado sobre as tarifas em 8 de abril de 2004.

A Portaria Interministerial mencionada incluiu na CVA, a partir de 10 de fevereiro de 2003, a Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

A composição dos saldos registrados é como segue:

	Consolidado e Controladora			
	2003			2002
	CVA diferida em 24 meses de 10/03/2002 a 09/03/2003	CVA de 10/03/2003 a 31/12/2003	Total	Total
Encargo de Serviço do Sistema – ESS	71.609	134.132	205.741	119.589
Tarifa de compra de energia elétrica de Itaipu	347.134	(90.151)	256.983	323.860
Tarifa de transporte de energia elétrica de Itaipu	3.414	7.914	11.328	2.985
Quota para a Conta de Consumo de Combustíveis – CCC	(108.971)	(23.049)	(132.020)	(78.203)
Tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica	63.773	106.165	169.938	51.610
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	47.562	47.562	-
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	1.482	59.705	61.187	1.200
	<u>378.441</u>	<u>242.278</u>	<u>620.719</u>	<u>421.041</u>
Curto Prazo			315.234	225.833
Longo Prazo			<u>305.485</u>	<u>195.208</u>

Os valores demonstrados na tabela acima são atualizados pela variação da SELIC entre a data do pagamento da despesa e a sua efetiva compensação no reajuste tarifário.

Os valores a serem compensados registrados no curto prazo referem-se às variações nos custos não controláveis que serão compensadas a partir do reajuste tarifário de 8 de abril de 2004, de acordo com as estimativas da Administração.

A revisão pelo MAE de determinadas premissas utilizadas para elaboração dos valores divulgados e processos judiciais em andamento movidos por agentes do mercado relativos a interpretação das regras em vigor, poderá implicar em alterações nos montantes registrados referentes ao Encargo de Serviço do Sistema.

10) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES NO MAE

a) Obrigações e direitos decorrentes das transações no âmbito do MAE

Conforme definido no Acordo Geral do Setor Elétrico, a diferença entre os montantes pagos pelos geradores e distribuidores nas transações com energia no Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, durante o período de vigência do Programa de Racionamento, e o valor de R\$49,26/MWh, deverá ser ressarcido através dos montantes arrecadados por meio da RTE.

Conforme Resolução ANEEL nº 36, de 29 de janeiro de 2003, as distribuidoras de energia elétrica deveriam fazer a arrecadação e repasse dos valores obtidos mensalmente através da RTE aos geradores e distribuidores com valores a receber, entre os quais está incluída a CEMIG, a partir de março de 2003.

Os créditos da RTE destinados a reembolsar os valores pagos ao MAE a serem repassados pelas outras distribuidoras à CEMIG, relativos ao período de março a dezembro de 2003, correspondem a R\$80.120, tendo sido recebidos R\$25.998 no período findo em 31 de dezembro de 2003. A diferença verificada decorre do fato de que algumas distribuidoras não estão repassando à CEMIG os valores da RTE por interpretarem, com base no Art.9º da Resolução ANEEL nº 36 e Nota Técnica ANEEL nº 004/2003, que a CEMIG, por estar questionando judicialmente a metodologia de cálculo de suas obrigações no MAE, mencionadas no item “b” desta nota, estaria também questionando o Acordo Geral do Setor Elétrico. Por este motivo, as distribuidoras estariam impedidas de efetuar o referido repasse para a CEMIG.

Entretanto, a CEMIG considera que a liminar judicial obtida em dezembro de 2002, contestando a metodologia utilizada pelo MAE na definição dos direitos e obrigações da CEMIG, não infringe o Acordo Geral do Setor Elétrico. Desta forma, a CEMIG está questionando judicialmente a validade das restrições constantes da Resolução ANEEL nº 36 e Nota Técnica nº 004/2003, buscando eliminar qualquer sanção ou restrição ao recebimento dos valores pela CEMIG.

Conforme determinação da ANEEL constante da Resolução nº 36, as Distribuidoras que não estão repassando os valores recolhidos através da RTE devem provisionar os montantes recebidos, de forma a repassá-los imediatamente após a extinção das respectivas restrições judiciais.

Os montantes a serem recebidos das concessionárias de distribuição encontram-se registrados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo – Revendedores – Transações no MAE.

Das obrigações e direitos da CEMIG no âmbito do MAE, 82,00% estão sendo atualizados pela variação da SELIC e 18,00% não estão sendo atualizados. Os valores não atualizados correspondem, segundo estimativas da CEMIG, aos montantes não pagos no âmbito do MAE em função das diversas ações judiciais movidas pelas companhias geradoras e distribuidoras. Desta forma, estes valores somente serão atualizados após a liquidação definitiva no MAE, quando da resolução das controvérsias judiciais.

As obrigações e direitos da CEMIG, referentes às transações no âmbito do MAE estão demonstrados abaixo:

	Consolidado e Controladora	
	2003	2002
ATIVO		
Circulante		
Revendedores – Transações no MAE	39.037	82.476
Realizável a Longo Prazo		
Revendedores – Transações no MAE	567.062	462.640
	<u>606.099</u>	<u>545.116</u>
PASSIVO		
Circulante		
Fornecedores	143.354	770.578
	<u>143.354</u>	<u>770.578</u>

A conclusão dos processos judiciais em andamento movidos por agentes do mercado, relativos a interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito do MAE, poderá implicar em alterações nos montantes registrados pela CEMIG.

b) Liquidação das obrigações no MAE

Em 18 de fevereiro de 2003, a CEMIG liquidou parte de suas obrigações referentes às transações com energia ocorridas no âmbito do MAE, no montante de R\$335.482, utilizando-se de recursos obtidos junto ao BNDES através de empréstimo.

Parcela adicional, no montante de R\$372.545, foi liquidada em 3 de julho de 2003. Parte do pagamento efetuado foi coberto por empréstimo específico do BNDES, concedido em julho de 2003, no montante de R\$176.483.

Os montantes pagos ao MAE foram calculados em conformidade com a liminar obtida pela CEMIG em 25 de dezembro de 2002, que determinou que a CEMIG, na contabilização dos valores do MAE, fosse tratada como concessionária de distribuição e de geração, contrariando o disposto na Resolução ANEEL nº 447, de 23 de agosto de 2002, onde a CEMIG, para efeito de contabilização e liquidação no MAE, seria considerada apenas como concessionária de distribuição, não considerando a sua condição de geradora.

Os valores devidos ao MAE, apurados em conformidade com a liminar obtida, implicaram em uma redução das obrigações líquidas da CEMIG em aproximadamente R\$142.560. Considerando, entretanto, que a metodologia a ser utilizada para cálculo das obrigações e direitos da CEMIG encontra-se em discussão judicial, a CEMIG optou por manter os valores registrados anteriormente em conformidade com a Resolução ANEEL nº 447. A diferença entre os montantes pagos e os valores provisionados encontra-se registrada no Passivo Circulante, rubrica de Fornecedores.

11) – CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O saldo credor remanescente da Conta de Resultado a Compensar - CRC foi repassado ao Governo do Estado de Minas Gerais em 1995, através de um contrato de cessão de créditos, de acordo com a Lei nº 8.724/93, com amortização mensal em dezessete anos, a partir de 1º de junho de 1998, com juros anuais de 6% e atualização monetária. O valor da CRC em 02 de maio de 1995, mês da assinatura do contrato, correspondia a R\$602.198, equivalente a 852.851.282,9305 UFIR's.

Desde a assinatura do contrato original, ocorreram os seguintes aditivos:

a) Primeiro Aditivo ao Termo de Contrato de Cessão da CRC, assinado em 24 de janeiro de 2001.

O objetivo deste aditivo foi a substituição do índice de atualização monetária do contrato, de UFIR para o IGP-DI, a partir de novembro de 2000, em função da extinção da UFIR em outubro de 2000.

b) Segundo Aditivo ao Termo de Contrato de Cessão da CRC, assinado em 14 de outubro de 2002.

Refere-se às 149 parcelas do contrato original, com vencimento de 1º de janeiro de 2003 a 1º de maio de 2015, no valor total de R\$1.519.256, a preços de 31 de dezembro de 2003, com juros de 6% ao ano e atualização monetária pela variação do IGP-DI.

Em decorrência da não inclusão, no Segundo Aditivo, de garantias efetivas que assegurem o recebimento dos valores registrados, a CEMIG constituiu uma provisão para perdas, no exercício de 2002, correspondente ao montante integral do aditivo em referência.

Em decorrência da provisão integral para perdas constituída em 1º de abril de 2002, as receitas financeiras com atualização monetária e juros incidentes sobre o Segundo Aditivo, referentes aos períodos de janeiro a dezembro de 2003 e abril a dezembro de 2002, nos montantes de R\$197.988 e R\$275.944, respectivamente, não impactaram os resultados dos exercícios de 2003 e 2002, considerando que foram constituídas provisões para perdas de igual valor. Entretanto, em atendimento à legislação tributária brasileira, a CEMIG reconheceu os tributos federais a pagar incidentes sobre as receitas financeiras mencionadas.

As provisões constituídas são consideradas indedutíveis para efeitos fiscais de acordo com a legislação tributária brasileira.

Parcelas do referido aditivo contratual com vencimento de 1º de janeiro de 2003 a 1º de março de 2004, no montante de R\$226.378, incluindo atualização monetária, juros e multa, não foram liquidadas. A Administração da CEMIG vem mantendo negociações com o Governo do Estado de Minas Gerais visando à regularização deste atraso, dentro das condições previstas contratualmente.

c) Terceiro Aditivo ao Termo de Contrato de Cessão da CRC, assinado em 24 de outubro de 2002.

As parcelas do contrato original com vencimento de 1º de abril de 1999 a 1º de dezembro de 1999 e de 1º de março de 2000 a 1º de dezembro de 2002, foram repactuadas com o Governo do Estado de Minas Gerais, com juros de 12% a.a. e atualização monetária pela variação do IGP-DI, a serem amortizadas através de 149 parcelas mensais e consecutivas, de janeiro de 2003 a maio de 2015. O valor deste aditivo em 31 de dezembro de 2003 é de R\$891.063, incluindo juros e multa sobre as parcelas em atraso.

Incluiu-se no aditivo contratual a garantia de retenção de dividendos e juros sobre o capital próprio a serem pagos pela CEMIG ao Governo do Estado de Minas Gerais, na condição de acionista da Companhia, líquidos de valor a ser destinado à compra de debêntures da CEMIG emitidas em conexão com a construção da usina de Irapé (Vide Nota Explicativa nº 20). Esta garantia permanecerá em vigor mesmo após o vencimento contratado do Terceiro Aditivo, previsto para maio de 2015.

A CEMIG pagou juros sobre capital próprio em dezembro de 2003, sendo que da parcela devida ao Governo do Estado de Minas Gerais, no valor de R\$50.418, R\$22.500 foram utilizados na compra de debêntures emitidas pela CEMIG para construção da usina de Irapé (vide informações na Nota Explicativa nº 20, item nº 3). O saldo remanescente, de R\$27.918, foi retido e utilizado para quitação das parcelas da CRC vencidas em 1º de janeiro e fevereiro de 2003 e parte da parcela vencida em 1º de março de 2003.

Parte da parcela vencida em 1º de março de 2003 e as parcelas subseqüentes do Terceiro Aditivo Contratual com vencimento até 1º de março de 2004, no montante de R\$147.182, incluindo correção monetária, juros e multa, não foram liquidadas. A Administração da CEMIG vem mantendo negociações junto ao Governo do Estado de Minas Gerais visando a regularização deste atraso.

As projeções de resultado futuro da CEMIG indicam que os dividendos atribuíveis ao Governo do Estado de Minas Gerais serão, no longo prazo, suficientes para assegurar a recuperação integral dos créditos correspondentes ao Terceiro Aditivo contratual, no caso de inadimplência do devedor.

Os eventos futuros que possam impactar o fluxo de dividendos previstos pela CEMIG são permanentemente monitorados pela Administração, no sentido de analisar se a referida garantia é efetiva ou se existirá a necessidade de constituição de provisão para perdas com esse ativo.

d) Composição do saldo da CRC

Aditivo contratual	Valores a vencer	Valores em atraso	Total	Provisão para perdas	Valor líquido registrado
Segundo Aditivo Contratual em 2003	1.292.878	226.378	1.519.256	(1.519.256)	-
Terceiro Aditivo Contratual em 2003	743.881	147.182	891.063	-	891.063
	<u>2.036.759</u>	<u>373.560</u>	<u>2.410.319</u>	<u>(1.519.256)</u>	<u>891.063</u>

Encontra-se registrado no Passivo Circulante os dividendos propostos pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, a serem distribuídos aos seus acionistas em função do resultado do exercício de 2003, após a aprovação pela Assembléia de Acionistas. Dos dividendos a serem distribuídos, R\$71.383 são devidos ao Governo do Estado de Minas Gerais, dos quais R\$48.883 poderão ser retidos para quitação de parte dos créditos da CRC vencidos.

12) – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Créditos Tributários:

A CEMIG e suas Controladas possuem créditos tributários registrados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
Créditos Tributários sobre-				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	132.772	233.724	116.837	213.359
Obrigações Pós-Emprego	45.029	113.081	45.029	113.081
Provisão para Contingências	76.846	66.406	76.846	66.406
Provisão para Perdas na Realização dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	20.123	60.393	20.123	60.393
Provisão para Programa de Desligamento Voluntário	9.214	9.214	9.214	9.214
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	36.967	19.750	35.741	19.750
Provisão de PASEP/COFINS – Recomposição Tarifária Extraordinária	42.255	26.214	42.255	26.214
Outros	19.833	12.057	19.741	11.976
	<u>383.039</u>	<u>540.839</u>	<u>365.786</u>	<u>520.393</u>

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 29 de março de 2004, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores da CEMIG referente a projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme Instrução CVM nº 371, publicada em 27 de junho de 2002. Referido estudo foi também submetido a exame do Conselho Fiscal da CEMIG em 29 de março de 2004.

Conforme as estimativas da CEMIG, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2003, conforme estimativa a seguir:

	Consolidado	Controladora
2004	113.856	113.523
2005	62.896	62.896
2006	23.028	22.449
2007	25.213	23.967
2008	113.420	111.713
2009 a 2010	17.290	13.057
2011 a 2013	27.336	18.181
	<u>383.039</u>	<u>365.786</u>
Curto Prazo	113.856	113.523
Longo Prazo	<u>269.183</u>	<u>252.263</u>

A partir de 2003, a Companhia passou a segregar os Créditos Tributários entre o Ativo Circulante e o Realizável a Longo Prazo. Os saldos registrados em 31 de dezembro de 2002 foram reclassificados para permitir a comparabilidade.

A CEMIG possui, em 31 de dezembro de 2003, créditos tributários não reconhecidos em suas demonstrações financeiras, no montante de R\$8.893 (R\$29.539 em 31 de dezembro de 2002). A Administração acredita que determinadas obrigações, pela sua natureza, serão realizadas em um prazo superior a 10 anos. Para estes casos, o respectivo crédito tributário não foi reconhecido.

A controlada Infovias possui, em 31 de dezembro de 2003, créditos tributários não reconhecidos em suas demonstrações financeiras no montante de R\$18.642 (R\$7.801 em 31 de dezembro de 2002), em conformidade com a projeção de resultados futuros aprovada pelo Conselho de Administração daquela Sociedade e os termos da Instrução CVM nº 371/2002.

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação do benefício (despesa) nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.500.428	(1.162.555)	1.476.734	(1.146.072)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Benefício (Despesa) Nominal	(510.146)	395.269	(502.090)	389.664
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Provisão para perda sobre as Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	(67.316)	(449.231)	(67.316)	(449.231)
Provisão referente à Contribuição Social sobre Correção Monetária Complementar	11.772	8.648	11.772	8.648
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	4.277	(6.959)
Contribuições e Doações Indedutíveis	(4.384)	(4.828)	(4.384)	(4.828)
Ajuste Alíquota Contribuição Social – MP 66	-	15.019	-	15.019
Créditos Fiscais não Reconhecidos	1.349	(37.340)	20.646	(29.539)
Outros	15.197	1.553	8.003	1.465
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	<u>(553.528)</u>	<u>(70.910)</u>	<u>(529.092)</u>	<u>(75.761)</u>

13) – BÔNUS E CUSTOS DO PROGRAMA EMERGENCIAL DE REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA A RECEBER

O Governo Federal, através da GCE, definiu metas de consumo de energia elétrica para todos os consumidores das regiões sob o efeito do Programa de Racionamento que vigorou no período de junho de 2001 a fevereiro de 2002. Foram concedidos bônus financeiros aos consumidores residenciais com consumo inferior à meta individual estipulada e, em contrapartida, estabelecidas, para todos os consumidores de energia elétrica, sobretaxas nas tarifas vigentes referentes à parcela do consumo que excedesse às metas fixadas pela GCE. Os saldos referentes às operações mencionadas estão demonstrados a seguir:

	Consolidado e Controladora	
	2003	2002
Bônus concedidos aos consumidores que tiveram consumo inferior à meta estabelecida pela Câmara de Gestão da Crise	23.449	24.229
Custos de adaptação ao programa de racionamento que excederam a 2,00% da sobretaxa cobrada dos consumidores	9.004	27.854
	<u>32.453</u>	<u>52.083</u>
Curto Prazo – Consumidores e Revendedores	9.004	-
Longo Prazo	<u>23.449</u>	<u>52.083</u>

Em função de liminar judicial em vigor durante determinado período do Programa de Racionamento, a CEMIG foi impedida de cobrar parte da sobretaxa devida pelos consumidores, no montante total de R\$23.449. Em função deste impedimento, a ANEEL não efetuou o pagamento de parcela dos bônus à CEMIG em montante igual à sobretaxa não faturada. Esta questão encontra-se em discussão junto ao Ministério das Minas e Energia visto ser a CEMIG mero agente de execução da política de bônus e sobretaxa determinados pela GCE. A Administração da CEMIG não espera perdas na realização destes valores.

Os custos de adaptação excedentes aos 2,00% da sobretaxa estão sendo compensados na tarifa de energia elétrica em vigor desde 8 de abril de 2003.

14) – RECEBÍVEIS DO GOVERNO FEDERAL – PERDA DE RECEITA COM CONSUMIDORES DE BAIXA RENDA

O Governo Federal, através da Eletrobrás, a partir de 2003, está ressarcindo as distribuidoras pelas perdas de receita verificadas a partir de maio de 2002, em função dos novos critérios adotados para classificação dos consumidores na Subclasse Residencial Baixa Renda, tendo em vista a tarifa mais baixa aplicada nas contas de energia elétrica dos consumidores.

O montante registrado em 31 de dezembro de 2003 refere-se basicamente às perdas de receita no período de agosto a dezembro de 2003, cuja expectativa de pagamento está prevista para 2004.

Conforme Resolução nº 694 da ANEEL, de 26 de dezembro de 2003, os consumidores cadastrados como baixa renda, com consumo entre 80 kWh/mês e 220 kWh/mês, que ainda não comprovaram sua inscrição nos programas sociais do Governo Federal, que representam aproximadamente 520 mil dos 2.330 mil consumidores de baixa renda da CEMIG, tiveram até o dia 29 de fevereiro de 2004 para enviar à CEMIG carta-resposta declarando estarem enquadrados nos critérios estabelecidos para continuarem cadastrados como baixa renda.

Entre os critérios a serem atendidos, os consumidores deverão estar aptos a participar do Programa Bolsa Família do Governo Federal, que exige que a renda familiar per capita não ultrapasse R\$100,00 mensais. Após o envio da declaração, estes consumidores deverão comprovar, até 31 de julho de 2004, sua inscrição no programa Bolsa Família do Governo Federal. Caso não efetuem a comprovação, serão descadastrados como baixa renda, passando a pagar a tarifa normal vigente, sem subsídio.

15) – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

A CEMIG possuía Notas do Tesouro Nacional (NTN-A3), adquiridas junto ao Governo do Estado de Minas Gerais em setembro de 1998, com vencimento em 15 de abril de 2024, atualizadas pela variação cambial do Dólar norte-americano e juros de 6,00% ao ano sobre o valor nominal atualizado. Em dezembro de 2003, as NTN's foram alienadas pelo valor de R\$118.994, sendo apurado um ganho de R\$12.783, registrado no resultado do exercício de 2003. Desta forma, foi integralmente revertida, em 2003, a provisão para ajuste a valor de mercado constituída em 31 de dezembro de 2002, no montante de R\$75.039.

16) – INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
Em Sociedades Controladas-				
Infovias	-	-	243.467	205.110
GASMIG	-	-	90.774	84.035
Usina Térmica Ipatinga S.A.	-	-	68.183	76.321
Sá Carvalho S.A.	-	-	102.860	100.119
Horizontes Energia S.A.	-	-	63.913	64.232
Cemig Capim Branco Energia S.A.	-	-	17.037	12.233
Cemig PCH S.A.	-	-	40.468	14.929
UTE Barreiro S.A.	-	-	5.199	4.448
Efficientia S.A.	-	-	1.894	1.435
Cemig Trading S.A.	-	-	10	-
	-	-	633.805	562.862
Em Consórcios	777.733	588.910	760.698	576.674
Ágio na Aquisição de Participação na Infovias	9.510	9.510	9.510	9.510
Em Outros Investimentos	10.563	10.237	6.752	6.426
	<u>797.806</u>	<u>608.657</u>	<u>1.410.765</u>	<u>1.155.472</u>

a) As principais informações sobre as investidas são como segue:

Sociedades Controladas	Em 31 de dezembro de 2003			Exercício Findo em 31/12/2003	
	Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	Lucro (prejuízo)
Infovias	99,93	291.000	204.017	-	(28.957)
GASMIG	95,19	67.544	95.359	(29.585)	38.781
Usina Térmica Ipatinga S.A.	100,00	64.173	68.183	(1.855)	4.178
Sá Carvalho S.A.	100,00	86.833	102.860	(18.512)	21.254
Horizontes Energia S.A.	100,00	62.872	63.913	-	(345)
Cemig Capim Branco Energia S.A.	100,00	1	17.037	-	-
Cemig PCH S.A.	100,00	1	40.468	-	-
UTE Barreiro S.A.	100,00	1	5.199	-	-
Efficientia S.A.	100,00	10	1.894	-	(1.848)
Cemig Trading S.A.	100,00	10	10	-	-

Sociedades Controladas	Em 31 de dezembro de 2002			Exercício Findo em 31/12/2002	
	Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	Lucro (prejuízo)
Infovias	99,92	266.568	205.268	-	(58.434)
GASMIG	95,17	46.067	88.300	(6.800)	25.379
Usina Térmica Ipatinga S.A.	100,00	74.633	76.321	(1.128)	2.238
Sá Carvalho S.A.	100,00	86.833	100.119	(8.175)	15.883
Horizontes Energia S.A.	100,00	62.872	64.232	-	-
Cemig Capim Branco Energia S.A.	100,00	1	12.233	-	-
Cemig PCH S.A.	100,00	1	14.929	-	-
UTE Barreiro S.A.	100,00	1	4.448	-	-
Efficientia S.A.	100,00	10	1.435	-	-

A movimentação dos investimentos na controladora é a seguinte:

	2002	Equivalência Patrimonial	Aportes de Capital	Dividendos Propostos	Redução de Capital	Outros	2003
Infovias	205.110	(28.937)	64.025	-	-	3.269	243.467
GASMIG	84.035	36.918	-	(29.727)	-	(452)	90.774
Usina Térmica Ipatinga S.A.	76.321	4.178	-	(1.855)	(10.460)	(1)	68.183
Sá Carvalho S.A.	100.119	21.254	-	(18.512)	-	(1)	102.860
Horizontes Energia S.A.	64.232	(345)	26	-	-	-	63.913
Cemig Capim Branco Energia S.A.	12.233	-	4.804	-	-	-	17.037
Cemig PCH S.A.	14.929	-	25.539	-	-	-	40.468
UTE Barreiro S.A.	4.448	-	751	-	-	-	5.199
Efficientia S.A.	1.435	(1.848)	2.307	-	-	-	1.894
Cemig Trading S.A.	-	-	10	-	-	-	10
	<u>562.862</u>	<u>31.220</u>	<u>97.462</u>	<u>(50.094)</u>	<u>(10.460)</u>	<u>2.815</u>	<u>633.805</u>

As demonstrações financeiras das controladas em 31 de dezembro de 2003 e 2002 foram examinadas pelos mesmos auditores independentes da controladora e os respectivos pareceres não incluíram ressalvas.

b) Investimentos na Infovias

Em 31 de dezembro de 2003, a CEMIG possuía adiantamentos para aumento de capital na Infovias, ainda não integralizados, no montante de R\$39.593, classificados no saldo de investimentos.

No exercício de 2002, a CEMIG adquiriu 50,45% das ações ordinárias da Infovias de propriedade da AES Força Empreendimentos Ltda. O valor de aquisição foi definido através do laudo de avaliação elaborado por empresa de assessoria financeira, com base no fluxo de caixa projetado da Infovias. Foi apurado um ágio de R\$9.510 nesta transação, atribuível à expectativa de lucratividade futura da Infovias, a ser amortizado nos exercícios subsequentes, em conformidade aos lucros a serem auferidos pela investida.

A Infovias iniciou suas operações em janeiro de 2001 e sua subsidiária WAY TV Belo Horizonte S.A. em setembro de 2002. Estes negócios foram considerados estratégicos pela infra-estrutura existente na CEMIG. O negócio telecomunicações irá requerer investimentos adicionais para ser considerado completo e competitivo. Avaliações periódicas da Infovias e WAY TV são realizadas com o objetivo de determinar a sua capacidade de operar seus negócios em bases individuais e lucrativas, assim como de determinar a eventual necessidade de provisão para perdas neste investimento. Atualmente as projeções disponíveis não revelam a necessidade de provisão para perdas.

O parecer dos auditores independentes da Infovias referente às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Infovias em 31 de dezembro de 2003 conteve parágrafos de ênfase sobre: (i) a constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos e manutenção de saldo de ICMS a recuperar, cuja realização se baseia em projeções de lucratividade futura, que dependem da obtenção de resultados tributáveis futuros e da continuidade do seu plano de investimentos e do sucesso do plano de negócios da Sociedade e de sua controlada; (ii) a dependência de recursos adicionais, de acionistas ou terceiros, para o financiamento das operações da Sociedade e de sua controlada, bem como para assegurar a recuperação de seus ativos pelos valores registrados em suas demonstrações financeiras até que as receitas de suas operações sejam suficientes para absorver estes valores. Os referidos parágrafos de ênfase aplicam-se à Infovias e à sua controlada, Way TV.

A CEMIG firmou com a Infovias contratos de arrendamento da infra-estrutura da rede da CEMIG, serviços de transmissão de dados entre companhias, serviços de geoinformática e de fornecimento de dados. Os contratos em referência se encontram pendentes de homologação pela ANEEL.

A ANEEL pode impor uma multa relativa aos contratos citados, se concluir que tais acordos não estão em consonância com suas regulamentações. A penalidade máxima é uma multa no montante igual a 2% das receitas brutas durante os 12 meses imediatamente anteriores à imposição da mesma. A Administração acredita ter argumentos de mérito com relação a este assunto. A ANEEL pode, também, impor restrições aos termos e condições dos acordos.

c) Investimento na GASMIG – Acordo de cooperação e associação com a Petrobrás

Em maio de 2003, a CEMIG, a GASMIG, a Petrobrás e o Governo do Estado de Minas Gerais assinaram um Acordo de Cooperação visando a viabilização do desenvolvimento do mercado de gás natural no Estado de Minas Gerais.

Os estudos prevêm, principalmente, a construção, pela Gaspetro, subsidiária da Petrobrás, de novos gasodutos de transporte de gás natural para Minas Gerais, a expansão da rede de distribuição de gás pela Gasmig e a participação da Gaspetro no capital da GASMIG.

As negociações estão sendo conduzidas objetivando a assinatura de um Acordo de Associação, que contempla um Plano Diretor prevendo o mercado a ser atendido e os investimentos de responsabilidade da Gaspetro e da Gasmig, bem como a participação minoritária da Gaspetro no capital da GASMIG, em percentual ainda a ser definido, e a assinatura de um contrato adicional de suprimento de gás natural.

As negociações têm a sua conclusão prevista para meados de 2004, após todas as aprovações legais.

d) Consórcios

A CEMIG e sua controlada Cemig Capim Branco Energia S.A. participam em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles nos registros contábeis da CEMIG e da sua controlada, da parcela específica equivalente aos investimentos efetuados, conforme segue:

	Participação na energia gerada	Taxa Média Anual de Depreciação %	2003	2002
Controladora				
Em operação				
Usina de Porto Estrela	33,33%	2,46	38.625	38.625
Usina Igarapava	14,50%	2,58	55.554	54.457
Usina de Funil	49,00%	2,59	171.856	130.392
Depreciação acumulada			(11.077)	(5.178)
Total em operação			254.958	218.296
Em construção				
Usina de Queimado	82,50%		190.880	144.771
Usina de Aimorés	49,00%		314.860	213.607
Total em construção			505.740	358.378
Total Controladora			760.698	576.674
Cemig Capim Branco Energia S.A.				
Usinas Capim Branco I e II	21,05%		17.035	12.236
Total Consolidado			777.733	588.910

A depreciação dos bens integrantes do Ativo Imobilizado dos Consórcios é calculada pelo método linear, com base em taxas estabelecidas pela ANEEL.

Na obtenção das concessões para construção dos empreendimentos de Porto Estrela e Queimado a CEMIG se comprometeu, em conjunto com seus parceiros, a efetuar pagamentos à ANEEL como compensação pela exploração do empreendimento. As informações econômico-financeiras das concessões são como segue:

Empreendimento	Valor Nominal	Período de Amortização	Índice de Atualização
Porto Estrela	R\$230.038	08/2001 a 07/2032	IGP-M
Queimado	R\$7.059	01/2004 a 12/2032	IGP-M

As concessões a serem pagas à ANEEL prevêem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, entretanto, a CEMIG reconhece as despesas incorridas em contrapartida ao Exigível a Longo Prazo – Outros, de forma linear, tendo como base o valor nominal corrigido, conforme indicado acima, em atendimento ao princípio da competência de exercícios.

17) – IMOBILIZADO

	Taxa Média Anual de Depreciação %	Consolidado		Controladora	
		2003	2002	2003	2002
Imobilizações em Serviço-					
Geração-					
Hidrelétricas	2,45	5.517.374	5.512.899	5.368.995	5.364.519
Termelétricas	1,66	217.014	216.656	132.430	132.072
Transmissão	3,02	1.117.066	1.021.836	1.117.066	1.021.836
Distribuição	4,83	7.002.672	6.680.138	7.002.672	6.680.138
Administração	8,52	268.461	266.736	267.959	266.601
Telecomunicações	10,75	344.823	314.597	-	-
Gás	5,96	76.947	64.282	-	-
		<u>14.544.357</u>	<u>14.077.144</u>	<u>13.889.122</u>	<u>13.465.166</u>
Depreciação e Amortização Acumulada-					
Geração					
		(2.271.173)	(2.131.769)	(2.243.730)	(2.114.013)
Transmissão		(496.667)	(465.022)	(496.667)	(465.022)
Distribuição		(2.905.666)	(2.654.365)	(2.905.666)	(2.654.365)
Administração		(152.370)	(133.596)	(152.316)	(133.596)
Telecomunicações		(54.388)	(19.947)	-	-
Gás		(16.549)	(15.031)	-	-
		<u>(5.896.813)</u>	<u>(5.419.730)</u>	<u>(5.798.379)</u>	<u>(5.366.996)</u>
		<u>8.647.544</u>	<u>8.657.414</u>	<u>8.090.743</u>	<u>8.098.170</u>
Imobilizações em Curso-					
Geração					
		533.193	220.360	466.568	198.217
Transmissão		92.380	107.312	92.380	107.312
Distribuição		337.383	442.921	337.383	442.921
Administração		32.682	33.000	32.682	33.000
Telecomunicações		5.114	9.691	-	-
Gás		17.898	12.515	-	-
		<u>1.018.650</u>	<u>825.799</u>	<u>929.013</u>	<u>781.450</u>
Total do Imobilizado		<u>9.666.194</u>	<u>9.483.213</u>	<u>9.019.756</u>	<u>8.879.620</u>
Obrigações Especiais-					
Geração					
		(79)	(79)	(79)	(79)
Transmissão		(1.329)	(1.213)	(1.329)	(1.213)
Distribuição		(1.680.419)	(1.584.139)	(1.680.419)	(1.584.139)
		<u>(1.681.827)</u>	<u>(1.585.431)</u>	<u>(1.681.827)</u>	<u>(1.585.431)</u>
Total do Imobilizado Líquido		<u>7.984.367</u>	<u>7.897.782</u>	<u>7.337.929</u>	<u>7.294.189</u>

As Obrigações Especiais referem-se basicamente a contribuições de consumidores para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, sendo que a eventual liquidação destas obrigações depende de disposição da ANEEL, no término das concessões de Distribuição, mediante redução do valor residual do Ativo Imobilizado para fins de determinação do valor que o Poder Concedente pagará à Concessionária. Conforme práticas contábeis e regulamentação específicas do setor elétrico brasileiro, os referidos valores não são atualizados ou sujeitos a amortização ou depreciação.

Encontra-se registrado em Imobilizações em Curso – Geração o montante de R\$354.550, referente à construção da usina de Irapé (R\$125.411 em 2002).

18) – FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
Curto Prazo				
Suprimento de Energia Elétrica -				
Eletrobrás – Energia de Itaipu	178.334	-	178.334	-
Furnas	51.616	259.437	51.616	259.437
Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE	143.354	770.578	143.354	770.578
Repasso aos Geradores	87.685	83.974	87.685	83.974
Outros	40.281	30.636	40.281	30.636
	<u>501.270</u>	<u>1.144.625</u>	<u>501.270</u>	<u>1.144.625</u>
Materiais e Serviços	109.690	130.100	86.526	86.347
	<u>610.960</u>	<u>1.274.725</u>	<u>587.796</u>	<u>1.230.972</u>
Longo Prazo				
Suprimento de Energia Elétrica -				
Repasso aos Geradores	324.556	334.295	324.556	334.295
	<u>324.556</u>	<u>334.295</u>	<u>324.556</u>	<u>334.295</u>

Em fevereiro e julho de 2003, foram pagos R\$335.482 e R\$372.545, respectivamente, ao MAE, conforme descrito na Nota Explicativa nº 10.

Dos valores devidos ao MAE, R\$142.560 não foram pagos em função da liminar obtida pela CEMIG em dezembro de 2002, que alterou a forma de cálculo de suas obrigações, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10, item “b”. O eventual pagamento dessa obrigação adicional depende da conclusão dos processos judiciais movidos por agentes do mercado, incluindo a CEMIG.

A partir de 2003, o pagamento pela compra de energia de Itaipu foi transferido de Furnas Centrais Elétricas S.A. para a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás.

19) – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
Curto prazo				
Imposto de Renda	79.881	20.559	72.333	17.259
Contribuição Social	31.717	27.856	32.386	27.380
ICMS	141.870	44.982	139.555	44.240
COFINS	32.924	29.646	32.028	28.938
PASEP	15.172	11.828	14.737	11.482
INSS	11.488	8.930	10.650	8.913
Outros	8.421	6.956	8.266	6.292
	<u>321.473</u>	<u>150.757</u>	<u>309.955</u>	<u>144.504</u>
Longo prazo				
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	348.165	297.638	348.165	297.638
Contribuição Social	125.339	107.149	125.339	107.149
COFINS	119.756	46.255	119.756	46.255
PASEP	22.704	23.227	22.704	23.227
	<u>615.964</u>	<u>474.269</u>	<u>615.964</u>	<u>474.269</u>
Créditos tributários diferidos				
Imposto de Renda	(106.862)	(185.986)	(106.862)	(185.986)
Contribuição Social	(38.470)	(66.955)	(38.470)	(66.955)
COFINS	(25.050)	-	(25.050)	-
PASEP	(5.439)	(4.688)	(5.439)	(4.688)
	<u>(175.821)</u>	<u>(257.629)</u>	<u>(175.821)</u>	<u>(257.629)</u>
	<u>440.143</u>	<u>216.640</u>	<u>440.143</u>	<u>216.640</u>

Os impostos federais registrados no longo prazo referem-se às obrigações e direitos diferidos incidentes sobre os ativos e passivos vinculados ao Acordo Geral do Setor Elétrico, os quais são devidos a medida da realização desses ativos e passivos. Estes impostos estão contabilizados pelas alíquotas esperadas de realização.

A Companhia constituiu provisão complementar da COFINS incidente sobre os efeitos oriundos do Acordo Regulatório, no montante de R\$49.926, em função do aumento da alíquota de 3,0% para 7,6%, a partir de fevereiro de 2004, decorrente da publicação da Lei 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

A redução nos créditos tributários diferidos em 2003 decorre do pagamento das obrigações da CEMIG referente às transações com energia no MAE durante o período de vigência do Programa de Racionamento.

20) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	2003				2002
	Curto Prazo		Longo Prazo	Total	Total
	Principal	Encargos	Principal		
EM MOEDA ESTRANGEIRA - CONTROLADORA					
ABN AMRO Bank - N. V.	19.261	14	9.631	28.906	58.902
Banco BNL do Brasil S.A.	-	39	15.870	15.909	19.615
Banco do Brasil S.A. I	99.393	46	-	99.439	-
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	23.017	3.153	223.488	249.658	330.839
Banco do Brasil S.A. II	39.678	693	-	40.371	148.300
Banco do Brasil S.A. III	115.568	2.939	-	118.507	143.488
Banco do Brasil S.A. IV	-	-	-	-	126.123
Banco do Brasil S.A. V	-	173	82.587	82.760	-
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	15.097	1.003	18.612	34.712	58.034
Banco Itaú - S.A. I	24.077	3.456	120.383	147.916	181.635
Banco Itaú - S.A. II	48.153	395	-	48.548	82.984
Banco Itaú - BBA I	120.168	27	-	120.195	-
Banco Itaú - BBA II	88.587	1.618	-	90.205	-
Banco Itaú - BBA III	111.466	11	-	111.477	-
Citibank N.A. I	-	-	-	-	54.658
Citibank N.A. II	33.515	761	-	34.276	126.467
Citibank N.A. III	31.781	779	-	32.560	39.438
Citibank N.A. IV	15.011	5	7.505	22.521	45.903
Impsa - Indústria Metalúrgica Pescamona S.A.	-	-	-	-	42.544
ING Bank - Eurobônus	78.058	1.464	-	79.522	96.676
KFW	2.411	4	28.892	31.307	34.186
LLoyds Tsb Bank Plc	7.223	131	-	7.354	26.812
Siemens LTDA. I	90.525	237	-	90.762	86.172
Siemens LTDA. II	22.932	1.117	22.932	46.981	221.981
Outros	16.367	3.708	58.326	78.401	71.726
Total da Dívida em Moeda Estrangeira	1.002.288	21.773	588.226	1.612.287	1.996.483
EM MOEDA NACIONAL - CONTROLADORA					
Banco Itaú - BBA IV	300.000	1.573	-	301.573	-
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS I	16.438	-	122.594	139.032	154.028
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS II	41.840	-	46.222	88.062	115.848
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS III	20.238	799	89.077	110.114	152.227
Debêntures I (2)	-	17.358	862.468	879.826	808.545
Debêntures II-Governo do Estado de Minas Gerais (3)	-	-	50.267	50.267	25.507
Grandes Consumidores - TELEMIG/ C.V.R.D.	2.196	1.987	3.812	7.995	11.324
UHESC S.A. (4)	-	7.616	48.100	55.716	115.394
BNDES (6)	84.533	3.653	387.066	475.252	-
União de Bancos Brasileiros S.A. - UNIBANCO	100.000	2.933	-	102.933	-
Outros	9.858	1.885	52.616	64.359	23.958
Total da Dívida em Moeda Nacional	575.103	37.804	1.662.222	2.275.129	1.406.831
Fundos Vinculados (5)	(72.252)	-	(60.039)	(132.291)	(154.626)
TOTAL GERAL CONTROLADORA	1.505.139	59.577	2.190.409	3.755.125	3.248.688
CONSOLIDADO					
MBK Furukawa Sistemas S.A. / UNIBANCO	17.780	999	62.142	80.921	122.564
Toshiba do Brasil S.A.	90	1.815	16.332	18.237	-
Outros	1.936	-	2.530	4.466	13.492
TOTAL GERAL CONSOLIDADO	1.524.945	62.391	2.271.413	3.858.749	3.384.744

Os encargos financeiros e vencimento dos empréstimos, financiamentos e debêntures da CEMIG e Controladas estão demonstrados abaixo, seguindo a mesma ordem da tabela anterior.

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas
EM MOEDA ESTRANGEIRA - CONTROLADORA			
ABN AMRO Bank - N. V.	2003/2005	Libor + 4,25	US\$
Banco BNL do Brasil S.A.	2004/2005	Libor + 0,50	US\$
Banco do Brasil S.A. I	2004	1,40	JPY
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	1997/2024	Diversas	US\$
Banco do Brasil S.A. II	2004	Libor + 3,13	US\$
Banco do Brasil S.A. III	2004	10,38	US\$
Banco do Brasil S.A. IV	2003	16,00	US\$
Banco do Brasil S.A. V	2005	1,30	JPY
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	1984/2006	4,00 a 7,67	US\$+Unidade de Conta
Banco Itaú - S.A. I	2004/2007	Libor + 3,25	US\$
Banco Itaú - S.A. II	2002/2004	Libor + 2,45	US\$
Banco Itaú – BBA I	2004	3,97	US\$
Banco Itaú – BBA II	2004	Diversas	US\$
Banco Itaú – BBA III	2004	3,69	US\$
Citibank N.A. I	2001/2003	Libor + 2,84	US\$
Citibank N.A. II	2002/2004	Libor + 5,50	US\$
Citibank N.A. III	2004	10,00	US\$
Citibank N.A. IV	2003/2005	Libor + 4,25	US\$
Impsa - Indústria Metalúrgica Pescamona S.A.	1999/2003	9,80	US\$
ING Bank - Eurobônus	2004	9,13	US\$
KFW	2001/2016	4,50	EURO
LLoyds Tsb Bank Plc	2002/2004	Libor + 6,00	US\$
Siemens LTDA. I	2003/2004	Libor + 4,25	US\$
Siemens LTDA. II	2003/2005	9,97	US\$
Outros	1997/2007	Diversas	Diversas
EM MOEDA NACIONAL - CONTROLADORA			
Banco Itaú – BBA IV	2004	CDI + 3,90	R\$
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS I	2013	FINEL + 6,50	R\$
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS II	2005	IGP-M + 10,00	R\$
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS III	2023	UFIR, RGR + 5,00 a 8,00	R\$
Debêntures I (2)	2005/2006	IGP-M + 12,70	R\$
Debêntures II-Governo do Estado de Minas Gerais (3)	2027	IGP-M	R\$
Grandes Consumidores - TELEMIG/ C.V.R.D.	1982/2011	Diversas	R\$
UHESC S.A. (4)	2005	IGP-M + 14,66	R\$
BNDES (6)	2003/2008	SELIC + 1,00	R\$
União de Bancos Brasileiros S.A. - UNIBANCO	2004	CDI + 1,50	R\$
Outros	1994/2007	Diversas	R\$
CONSOLIDADO			
MBK Furukawa Sistemas S.A. / UNIBANCO	2002/2008	Libor + 5,45	US\$
Toshiba do Brasil S.A.	2002/2009	Libor + 6,00	US\$
Outros	2002/2009	Diversas	R\$

(1) As taxas de juros variam: 4 a 8 % ao ano;
libor semestral mais *spread* de 0,81 a 0,88 % ao ano.

(2) Debêntures simples, em duas séries de R\$312,5 milhões, colocadas em novembro de 2001, não conversíveis em ações, sem preferência e sem garantia, com remuneração anual de 12,70%, definida através de processo de “bookbuilding”, e atualização monetária pela variação do IGP-M. Os juros remuneratórios, para as duas séries, são pagos aos debenturistas anualmente, a partir do ano de 2002. O valor integral do principal das debêntures será pago nas datas de vencimento das respectivas séries: 1º de novembro de 2009, para a 1ª série e 1º de novembro de 2011, para a 2ª série. As debêntures possuem cláusula de repactuação das condições estabelecidas em 2005 e 2006 para a 1ª e 2ª séries respectivamente, com o direito de resgate antecipado pelos debenturistas, caso não venham a aceitar as condições oferecidas para a repactuação.

(3) A Assembléia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2002 autorizou a emissão de debêntures, no montante total de R\$90.000, nominativas e escriturais, não conversíveis em ações e desprovidas de preferência ou garantia, a serem adquiridas pelo Estado de Minas Gerais, com vencimento em 25 anos e atualização pelo IGP-M, a partir da data da emissão, sem incidência de juros. Os recursos decorrentes desta emissão serão utilizados na construção da Usina de Irapé. Em 30 de setembro de 2002, foi realizada a primeira emissão, no montante de R\$22.500 e em 22 de dezembro de 2003 a segunda emissão no mesmo montante. Estas debêntures serão adquiridas pelo Estado de Minas Gerais com recursos oriundos da distribuição de dividendos da CEMIG.

(4) A CEMIG, em dezembro de 2000, adquiriu o controle acionário da Sá Carvalho S.A., através da assunção de empréstimo com a UHESC S.A., que emitiu debêntures compradas pelo mercado. Como garantia do cumprimento das obrigações assumidas pela UHESC S.A. na escritura destas debêntures, a CEMIG se comprometeu a ceder os direitos creditórios da Sá Carvalho S.A. decorrentes do contrato de fornecimento de energia elétrica firmado entre a Sá Carvalho S.A. e a ACESITA S.A. nos termos do "Instrumento Particular de Caução de Direitos Creditórios da Sá Carvalho S.A. para os Debenturistas da Primeira Emissão de Debêntures da UHESC S.A.".

(5) Referem-se a recursos aplicados para amortização de obrigações contraídas com a finalidade de refinanciamento de operações de crédito em moeda estrangeira, conforme resolução do Banco Central do Brasil nº 2515, de 29 de junho de 1998.

(6) Os empréstimos junto ao BNDES são garantidos por 4,63% da receita mensal de fornecimento de energia para consumidores finais e deverão ser pagos em parcelas mensais e consecutivas, até agosto de 2008.

Além das dívidas mencionadas, a CEMIG possuía, em 31 de dezembro de 2003, saldos de linhas de créditos a serem liberados por instituições financeiras, no montante de R\$120.451. Estas linhas de créditos destinam-se basicamente ao Programa de Investimentos da CEMIG em distribuição.

Os financiamentos da CEMIG, em sua grande maioria, são garantidos por avais e fianças da União e do Estado de Minas Gerais, notas promissórias emitidas pela própria CEMIG e vinculação de receita própria, sendo contratados com o objetivo de gerar recursos destinados à manutenção de capital de giro e expansão dos sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica em sua área de concessão.

A composição dos empréstimos por moeda e indexador é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
Moedas				
Dólar Norte-Americano	1.424.503	1.994.957	1.325.345	1.872.393
Euro	69.464	73.037	69.464	73.037
Unidade de Conta (cesta de moedas)	32.772	51.053	32.772	51.053
Yen	182.199	-	182.199	-
Outras	2.507	-	2.507	-
	<u>1.711.445</u>	<u>2.119.047</u>	<u>1.612.287</u>	<u>1.996.483</u>
Indexadores				
Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M	1.084.464	1.076.252	1.084.464	1.076.252
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	139.032	154.028	139.032	154.028
Unidade Fiscal de Referência – UFIR	110.114	152.228	110.114	152.228
Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC	475.251	-	475.251	-
Certificado de Depósito Interbancário - CDI	404.506	-	404.506	-
Outros	66.228	37.815	61.762	24.323
	<u>2.279.595</u>	<u>1.420.323</u>	<u>2.275.129</u>	<u>1.406.831</u>
Fundos Vinculados				
Taxa do CDI – Certificado de Depósito Interbancário	(90.824)	(52.130)	(90.824)	(52.130)
Varição do Dólar Norte-Americano	(41.467)	(102.496)	(41.467)	(102.496)
	<u>(132.291)</u>	<u>(154.626)</u>	<u>(132.291)</u>	<u>(154.626)</u>
	<u><u>3.858.749</u></u>	<u><u>3.384.744</u></u>	<u><u>3.755.125</u></u>	<u><u>3.248.688</u></u>

A distribuição anual da amortização das dívidas a longo prazo é a seguinte:

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
2004	-	775.971	-	756.360
2005	881.417	693.221	858.285	673.827
2006	719.957	561.145	697.793	541.924
2007	258.788	107.994	237.405	89.890
2008	93.416	69.136	80.911	51.051
2009	41.147	51.300	39.327	42.264
2010	37.406	39.699	37.406	39.699
De 2011 em diante	239.282	252.075	239.282	252.075
	<u>2.271.413</u>	<u>2.550.541</u>	<u>2.190.409</u>	<u>2.447.090</u>

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação acumulada em 2003 %	Variação acumulada em 2002 %	Indexadores	Variação acumulada em 2003 %	Variação acumulada em 2002 %
Dólar Norte-Americano	(18,23)	52,27	IGP-M	8,71	25,31
Euro	(7,78)	79,35	FINEL	1,70	4,67
Yen	(9,30)	68,18	CDI	23,33	19,09
Unidade de Conta	3,63	60,32	SELIC	23,41	19,37

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
Saldo no início do exercício	3.384.744	2.381.923	3.248.688	2.328.117
Efeito decorrente da consolidação integral da Infovias (*)	-	55.019	-	-
Saldo no Início do Exercício Ajustado	3.384.744	2.436.942	3.248.688	2.328.117
Financiamentos obtidos	1.536.993	518.288	1.520.199	494.171
Variação monetária e cambial	(258.105)	1.017.689	(236.039)	971.318
Encargos financeiros provisionados	404.044	305.170	392.911	289.391
Encargos financeiros pagos	(405.315)	(296.824)	(394.343)	(284.596)
Fundos vinculados	22.335	(2.512)	22.335	(2.512)
Amortização de financiamentos	(825.947)	(594.009)	(798.626)	(547.201)
Saldo no final do exercício	<u>3.858.749</u>	<u>3.384.744</u>	<u>3.755.125</u>	<u>3.248.688</u>

(*) No exercício de 2001 os saldos de Empréstimos e Financiamentos da Infovias eram consolidados proporcionalmente participação da CEMIG, devido à caracterização, à época, de controle compartilhado.

Cláusulas contratuais restritivas - Covenants

A CEMIG possui empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas que foram integralmente atendidas em 31 de dezembro de 2003.

O contrato de financiamento da Infovias com o MBK Furukawa Sistemas S.A./Unibanco, no montante de R\$80.921 em 31 de dezembro de 2003, dos quais R\$62.142 estão classificados no Passivo Exigível a Longo Prazo, contém cláusulas restritivas que não foram cumpridas, e portanto poderiam causar o vencimento imediato dos valores devidos. A Infovias obteve o consentimento dos seus credores que são parte deste contrato. O consentimento afirma que estes credores não irão exercer seus direitos de exigir o pagamento imediato ou antecipado dos montantes devidos. O consentimento obtido deve ser renovado trimestralmente até que os termos originais das cláusulas restritivas sejam alcançados. Este financiamento está classificado como Passivo Exigível a Curto e Longo Prazo de acordo com os termos originais do contrato, tendo em vista a obtenção do referido consentimento. Este contrato de financiamento conta também com garantia da CEMIG que, se exercida, implicará na conversão do valor pago em ações preferenciais da Infovias.

21) – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A CEMIG e suas Controladas são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração da CEMIG acredita que eventuais desembolsos em excesso aos montantes provisionados, quando do desfecho dos respectivos processos, não afetarão de forma relevante o resultado das operações e a posição financeira da CEMIG.

Para aqueles processos cujos desfechos favoráveis são considerados remotos, a CEMIG constituiu provisões integrais para perdas potenciais.

A composição das provisões constituídas é como segue:

	Consolidado e Controladora	
	2003	2002
Trabalhistas	90.291	69.706
Cíveis – Consumidores	97.075	85.727
Contribuição Social incidente sobre Correção Monetária Complementar	51.518	93.137
Finsocial	20.036	19.393
Cíveis – Outras	27.447	26.157
Outras	34.531	20.925
	<u>320.898</u>	<u>315.045</u>

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

(a) Trabalhistas

As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos de horas-extras e adicional de periculosidade. O valor total estimado dessas reclamações é de R\$112.863 em 31 de dezembro de 2003 (R\$87.133 em 31 de dezembro de 2002). A CEMIG adicionou à provisão, no exercício de 2003, o montante de R\$20.585 (R\$15.436 no exercício de 2002) para estas causas. A CEMIG estima os valores provisionados com base na natureza dos grupos de questionamento e em decisões judiciais recentes.

(b) Reclamações Cíveis – Consumidores

Diversos consumidores industriais impetraram ações contra a CEMIG objetivando reembolso para as quantias pagas à CEMIG decorrentes do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele plano. A CEMIG estima os valores a serem provisionados com base nos valores faturados passíveis de questionamento e com base em decisões judiciais recentes.

O valor total de exposição da CEMIG nessa matéria está integralmente provisionado.

(c) Contribuição Social incidente sobre Correção Monetária Complementar

A CEMIG vem deduzindo as quotas de depreciação, amortização e baixas da correção monetária complementar do imobilizado para fins de cálculo da Contribuição Social. O montante estimado do risco está integralmente provisionado.

(d) Finsocial

Em 1994, a CEMIG foi autuada pela Secretaria da Receita Federal em decorrência da exclusão do ICMS da base de cálculo do Finsocial, contribuição incidente sobre o faturamento extinta em 1992. O montante estimado do risco está integralmente provisionado.

(e) Outros

Outros passivos contingentes provisionados referem-se a questionamentos envolvendo o Governo Federal, sobre a discussão da constitucionalidade de certos tributos federais e outras reclamações, consideradas normais ao curso das operações.

(f) Ações com avaliação de êxito provável

A CEMIG discute em juízo outras ações para as quais considera ser provável seu êxito no desfecho das causas, sendo os detalhes das ações mais relevantes descritos a seguir:

(i) Processos Envolvendo a FORLUZ

A CEMIG está defendendo, em conjunto com a FORLUZ, uma reclamação do sindicato dos seus empregados (“Sindieletro”) contestando o valor das contribuições amortizantes pagas pela CEMIG à FORLUZ. O valor total envolvido nessa reclamação é de R\$672.251. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa reclamação, uma vez que a Administração acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e conseqüentemente, não são esperadas perdas relativas a essa ação.

O Sindieletro está contestando a FORLUZ em função da substituição do indexador atuarial do fundo de pensão, do IGP-DI para o IPCA do IPEAD. O valor total dessa reclamação é de R\$293.601. Por considerar que a FORLUZ tem argumentos de mérito para defesa judicial, nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa reclamação.

As ações acima mencionadas deverão ser retiradas da esfera judicial pelos Sindicatos em função de acordo entre a CEMIG, FORLUZ e entidades sindicais. Em contrapartida à retirada de todas as ações judiciais, será concedido um reajuste adicional nas suplementações de aposentadorias e pensões de 3,67%, retroativo a junho de 2000. Maiores informações na Nota Explicativa nº 23.

(ii) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Benefícios Pós-Emprego

A Secretaria da Receita Federal, em 11 de outubro de 2001, emitiu um Auto de Infração, no montante atualizado de R\$248.703, em função da utilização de créditos fiscais que resultaram na retificação, para redução dos impostos a pagar, das declarações de imposto de renda de 1997, 1998, 1999 e 2000. As declarações de imposto de renda foram retificadas como resultado da mudança no método de contabilização do passivo de benefícios pós-emprego. As obrigações pós-emprego adicionais que resultaram das alterações na forma de contabilização foram reconhecidas nos exercícios fiscais retificados, resultando em prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Não foi constituída provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas com essa autuação, tendo em vista que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para a recuperação dos referidos créditos fiscais.

Os créditos fiscais constituídos, mencionados no parágrafo anterior, foram utilizados pela CEMIG na compensação de impostos federais pagos nos exercícios de 2001 e 2002. Devido a esta compensação, a CEMIG está exposta a uma penalidade adicional de R\$193.040. Não foi constituída provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas com essa autuação, tendo em vista que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados.

A Secretaria da Receita Federal, em função de inspeção efetuada na Declaração de Débitos/Créditos Tributários Federais - DCTF (“DCTF”) de 1997 a 2001 da CEMIG durante 2003, emitiu autos de infração, no montante de R\$1.193.730, alegando falta de recolhimento de tributos, referentes aos exercícios de 1997 a 2001. A CEMIG apresentou pedido de impugnação do auto de infração em função da não consideração e/ou processamento, pela Receita Federal, das DCTF’s retificadoras e complementares, protocoladas pela CEMIG, que comprovam a quitação dos tributos e contribuições correspondentes as autuações mencionadas. Não foi constituída provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas com essa autuação, tendo em vista que a CEMIG considera ter argumentos de mérito para defesa na esfera administrativa e caso necessário, na esfera judicial.

(iii) COFINS

A CEMIG iniciou questionamentos com relação ao pagamento da COFINS em 1992. Devido à sentença judicial desfavorável, a CEMIG pagou, em 30 de julho de 1999, o montante de R\$239.266. O Governo Federal está alegando que a CEMIG deve R\$156.259 adicionais referentes a multas e juros pelo não pagamento da COFINS. A CEMIG está contestando tal reclamação. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e conseqüentemente, não são esperadas perdas relativas a essa ação.

(iv) Atos da Agência Reguladora

A ANEEL impetrou ação administrativa contra a CEMIG afirmando que a Companhia deve R\$509.168, ao Governo Federal, em decorrência de um alegado erro no cálculo dos créditos da CRC – Conta de Resultados a Compensar, que foram previamente utilizados para reduzir as quantias devidas ao Governo Federal. Em 31 de outubro de 2002, a ANEEL emitiu uma decisão administrativa final contra a CEMIG. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu ofício de cobrança no valor de R\$516.246, a ser liquidado pela Companhia até 30 de janeiro de 2004. A CEMIG não efetuou o pagamento por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

(v) Liquidação das obrigações no MAE

Em dezembro de 2002, a CEMIG entrou com uma ação judicial contra a ANEEL e o MAE contestando os valores utilizados durante o processo de liquidação financeira executado pelo MAE em dezembro de 2002 e janeiro de 2003. Este processo tinha como objetivo a liquidação dos montantes que a Companhia e outras concessionárias de energia elétrica deviam para o MAE com relação às compras de energia livre no MAE a partir de setembro de 2000.

Como resultado deste litígio, a CEMIG não liquidou suas obrigações pendentes na data determinada pelo MAE. A Companhia entrou com uma ação judicial adicional para prevenir a imposição de multas relativas ao não cumprimento das determinações do MAE. Tais multas, se impostas, equivaleriam a aproximadamente R\$4.363. A Companhia acredita ter argumentos de mérito quanto ao procedimento adotado e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi registrada para esta contingência.

(vi) Reclamações Cíveis – Consumidores

Diversos consumidores impetraram ações cíveis contra a CEMIG contestando reajustes tarifários aplicados em exercícios anteriores, incluindo subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda e a RTE. Não é possível, até a presente data, estimar o montante envolvido nestas reclamações. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações.

A Companhia é ré em alguns processos contestando o Encargo de Capacidade Emergencial. A Companhia coleta o Encargo de Capacidade Emergencial dos seus consumidores em nome da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (“CBEE”), responsável pelo suprimento de energia no caso de deficiências futuras. Não é possível, no momento, estimar o montante envolvido nestas reclamações. Nenhuma provisão foi registrada para estas reclamações, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa.

A Companhia está sendo questionada, em conjunto com a Companhia Vale do Rio Doce (“CVRD”), Comercial e Agrícola Paineiras e Companhia Mineira de Metais, através de uma ação movida pelos cidadãos do Estado de Minas Gerais. A ação tem por objetivo anular as licenças ambientais concedidas para as usinas hidrelétricas de Capim Branco I e Capim Branco II. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.

A Companhia está sendo questionada, em conjunto com a CVRD, através de uma ação movida pelos cidadãos do Estado de Minas Gerais. A ação tem por objetivo anular a licença ambiental concedida para a usina hidrelétrica de Aimorés, assim como a respectiva concessão. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.

Adicionalmente às questões descritas acima, a CEMIG e suas subsidiárias estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes relacionadas a estas questões que pudessem ter efeito adverso na posição financeira consolidada e no resultado consolidado das operações da Companhia.

22) – ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
Reserva Global de Reversão – RGR	59.844	51.226	59.764	51.175
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	7.026	26.146	7.026	26.146
Encargo de Capacidade Emergencial	50.894	14.323	50.584	14.323
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	13.485	-	13.485	-
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.262	954	1.258	945
	<u>133.718</u>	<u>93.856</u>	<u>133.324</u>	<u>93.796</u>

A Conta de Desenvolvimento Energético - CDE foi criada pela Lei nº 10.438/02, com o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólicas, PCH's, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional. Os valores a serem pagos pela CEMIG foram definidos pela Resolução nº 42, da ANEEL, de 31 de janeiro de 2003.

23) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

A CEMIG, desde 1973, é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes e beneficiários uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A FORLUZ disponibiliza a seus associados os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários – Plano de contribuição definida para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo. A contribuição da CEMIG é paritária às contribuições básicas mensais dos associados, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

30% das contribuições da CEMIG para este plano são para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, e são utilizadas para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 70% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de caixa, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Desta forma, as obrigações com pagamento de suplementação de aposentadoria do Plano Misto, com característica de contribuição definida, no valor de R\$865.060, e seu respectivo ativo, no mesmo valor, não foram incluídos no laudo elaborado pelo atuário externo e não estão apresentados nesta Nota Explicativa.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes aposentados que optaram por este plano e os saldos, na data de opção, dos participantes ativos que optaram pela migração do Plano de Benefício Definido para o Plano Misto, descrito anteriormente.

Plano de Benefício Definido – Plano de benefícios adotado pela FORLUZ até 1998, através do qual é realizada a complementação do salário real médio dos últimos anos de atividade do empregado na CEMIG em relação ao valor do benefício da Previdência Social Oficial. Estão inscritos neste plano, em 31 de dezembro de 2003, 48 ativos e 400 aposentados/pensionistas.

A CEMIG mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamento de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

A CEMIG acordou com os sindicatos, modificações nos planos de saúde, a partir de 1º de janeiro de 2003, que implicaram em alterações nos critérios de custeio sob responsabilidade da CEMIG, dos empregados ativos e aposentados e os tipos de cobertura a serem oferecidos para cada tipo de plano. A alteração mencionada implicou em uma redução de R\$71.525 nas obrigações pós-emprego registradas em 31 de dezembro de 2002, em contrapartida ao resultado do exercício de 2002.

Amortização das Obrigações Atuariais

Parte da obrigação atuarial com benefícios pós-emprego, no montante de R\$1.539.251 em 31 de dezembro de 2003 (R\$1.495.334 em 31 de dezembro de 2002) foi reconhecida como obrigação a pagar pela CEMIG e será amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Parte dos valores é reajustada anualmente com base no indexador atuarial do Plano de Benefício Definido (índice de reajuste salarial dos empregados da CEMIG, excluindo produtividade), e para o Plano Saldado, reajustado pelo IPCA do IPEAD, acrescido de 6% ao ano.

Os superávits técnicos que a FORLUZ venha a apresentar pelo período de três anos consecutivos poderão ser utilizados para a redução das obrigações a pagar pela CEMIG, mencionadas no parágrafo anterior, conforme previsto contratualmente.

Alterações nos critérios de aposentadoria e outras negociações

A CEMIG negociou, em setembro de 2003, com as entidades representantes dos empregados e ex-empregados, alterações nos critérios de aposentadoria e outros assuntos envolvendo a FORLUZ, sendo que as principais modificações acordadas estão descritas a seguir:

- A FORLUZ retira, para os empregados e assistidos admitidos entre 24 de janeiro de 1978 e 2 de abril de 1979, a exigência de idade mínima de 55 anos para aposentadoria normal e de 53 anos para aposentadoria especial, sem pagamento de retroatividade para os assistidos que atenderam a tais limites.
- Alteração no Regulamento do Plano A, permitindo que a FORLUZ conceda complementação de aposentadoria proporcional para empregados, a partir de determinado tempo de contribuição (homens, a partir de 30 anos de contribuição e mulheres, a partir de 25 anos de contribuição) ainda não aposentados pelo INSS e que façam opção pelo seu desligamento da CEMIG.
- Alguns participantes da FORLUZ estavam contestando a substituição, em 1º de junho de 2000, do indexador atuarial do fundo de pensão, do IGP-DI para o IPCA do IPEAD, reivindicando a aplicação de um reajuste adicional nos benefícios em função da variação apresentada entre os dois indexadores. A CEMIG concordou com a aplicação de um percentual de reajuste adicional de 3,67% para correção dos benefícios do referido plano, retroativo a 1º de junho de 2000.

As alterações acima mencionadas implicaram em um aumento de R\$80.772 nas obrigações com benefícios pós-emprego, dos quais R\$26.833 reconhecidos no resultado do exercício de 2003 e R\$53.939 a serem reconhecidos no resultado em aproximadamente 8 anos, a partir de 2004, sendo este o período médio no qual os benefícios se tornarão elegíveis. A aplicação destas alterações esta condicionada à adesão dos empregados ao acordo acima mencionado e à retirada de todos os processos judiciais referentes a estas questões. Maiores informações na Nota Explicativa nº 21.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2003, conforme consta de laudo preparado por atuário externo em conformidade a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, estão apresentados a seguir:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos já Vencidos	2.936.038	204.348	165.352
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos a Vencer	548.921	65.107	78.121
Obrigações Totais com Benefícios Pós-Emprego	3.484.959	269.455	243.473
Valor Justo dos Ativos do Plano	(2.584.901)	(16.309)	-
Valor Presente das Obrigações a Descoberto	900.058	253.146	243.473
Ganhos (Perdas) Atuariais não Reconhecidos	318.024	(28.466)	48.957
Custo do Serviço Passado não Reconhecido	(28.486)	(12.738)	(12.715)
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	<u>1.189.596</u>	<u>211.942</u>	<u>279.715</u>

As perdas atuariais referentes ao Plano de Saúde e os ganhos atuariais referentes ao Seguro de Vida que excederam a 10,00% das obrigações atuariais, nos montantes de R\$1.521 e R\$24.610, respectivamente, serão reconhecidos no resultado em aproximadamente 14 anos, a partir de 2004, sendo este o tempo médio de serviço futuro dos participantes ativos.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2002	1.392.088	198.175	247.217
Despesa Reconhecida no Resultado	5.410	30.332	38.596
Contribuições Pagas	(207.902)	(16.565)	(6.098)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2003	1.189.596	211.942	279.715
Curto Prazo	185.226	-	-
Longo Prazo	<u>1.004.370</u>	<u>211.942</u>	<u>279.715</u>

Os valores registrados no curto prazo referem-se às contribuições a serem efetuadas pela CEMIG em 2004 para amortização das obrigações atuariais.

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2003 são como segue:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	5.920	11.964	2.108
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	353.471	25.337	31.579
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(345.707)	(1.969)	-
Ganhos Atuariais Não Reconhecidos	(25.245)	-	-
Perdas Decorrentes de Alterações no Plano	17.125	4.799	4.909
Contribuição dos Empregados	(154)	(9.799)	-
Despesa em 2003	<u>5.410</u>	<u>30.332</u>	<u>38.596</u>

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2004 é como segue:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	6.356	21.129	3.202
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	449.322	34.030	32.289
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(422.476)	(3.077)	-
(Ganhos) Perdas atuariais não reconhecidos	-	108	(1.745)
Custo do Serviço Passado não Reconhecido	3.391	903	902
Contribuição dos Empregados	(160)	(18.489)	-
Despesa em 2004	36.433	34.604	34.648

As principais premissas atuariais na data do balanço, são conforme segue:

	2003		2002	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Taxa Anual de Desconto para Valor Presente da Obrigação Atuarial	8,00%	13,40%	8,00%	13,40%
Taxa Anual de Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	11,00%	16,55%	11,00%	16,55%
Taxa Anual de Inflação de Longo Prazo	-	5,00%	-	5,00%
Índice Anual Estimado de Aumentos Salariais Futuros	4,00%	9,20%	4,00%	9,20%
Taxa Anual de Crescimento Real dos Benefícios de Renda Continuada	-	5,00%	-	5,00%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	UP-94		UP-94	
Tábua Biométrica de Entrada de Invalidez	Light Medium		Light Medium	
Tábua Biométrica de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57		IAPB-57	
Taxa Anual de Rotatividade Esperada	2,00%		2,00%	

24) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

As ações do capital social têm valor nominal de R\$0,01 por ação e estão assim distribuídas:

Acionistas	Quantidade de Ações em 31 de dezembro de 2003					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	36.116.291.643	51	102	-	36.116.291.745	22
Outras Entidades do Estado	229.271.605	-	2.771.169.007	3	3.000.440.612	2
Southern Electric Brasil						
Participações Ltda.	23.362.956.173	33	-	-	23.362.956.173	14
Outros-						
No País	8.756.203.404	13	40.469.833.374	44	49.226.036.778	31
No Exterior	2.409.445.098	3	48.038.648.619	53	50.448.093.717	31
Total	70.874.167.923	100	91.279.651.102	100	162.153.819.025	100

Acionistas	Quantidade de Ações em 31 de dezembro de 2002					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	36.116.291.643	51	102	-	36.116.291.745	22
Outras Entidades do Estado	3.365.756	-	3.030.572.387	3	3.033.938.143	2
Southern Electric Brasil						
Participações Ltda.	23.362.956.173	33	-	-	23.362.956.173	14
Outros-						
No País	9.057.025.052	13	47.938.412.875	53	56.995.437.927	36
No Exterior	2.334.529.299	3	40.310.665.738	44	42.645.195.037	26
Total	70.874.167.923	100	91.279.651.102	100	162.153.819.025	100

As ações preferenciais gozam de preferência na hipótese de reembolso de capital e participam dos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias. A AGO de 30 de abril de 2002 aprovou alteração no Estatuto Social, passando as ações preferenciais a terem direito a um dividendo mínimo anual igual ao maior valor entre 10% sobre o seu valor nominal e 3% do valor do patrimônio líquido das ações. Vide cálculo dos dividendos mínimos estatutários para as ações preferenciais no item “d” desta nota.

As ações do capital social da CEMIG, de propriedade de particulares, têm, estatutariamente, assegurado o direito a dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o valor nominal de suas ações, nos exercícios em que a CEMIG não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, garantia esta dada pelo Estado de Minas Gerais, nos termos do artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951, e do artigo 1º da Lei Estadual nº 8.796, de 29 de abril de 1985.

(b) Acordo de Acionistas

Em 1997, o Governo do Estado de Minas Gerais realizou a venda de aproximadamente 33% das ações ordinárias da Companhia para um grupo de investidores, liderados pela Southern Electric Brasil Participações Ltda. (“Southern”). Como parte dessa operação, o Estado de Minas Gerais e a Southern assinaram um Acordo de Acionistas contendo, dentre outras disposições, o requerimento de quorum qualificado nas deliberações relacionadas a ações corporativas significativas, certas alterações no Estatuto Social da CEMIG, emissão de debêntures e títulos conversíveis, distribuição de dividendos que não sejam aqueles determinados no Estatuto Social e alterações na estrutura societária.

No dia 13 de setembro de 1999, o Estado de Minas Gerais ajuizou ação para anular o Acordo de Acionistas, sob o fundamento de violação das Constituições Estadual e Federal, uma vez que as disposições sobre quorum qualificado constituiriam transferência ilegal do controle da CEMIG à Southern.

Em 27 de setembro de 1999, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais concedeu liminar suspendendo os efeitos das disposições sobre quorum qualificado, permanecendo no aguardo da conclusão do processo.

Em março de 2000, a 1ª Vara Estadual da Fazenda Pública sentenciou como nulo o referido acordo de acionistas.

Em 7 de agosto de 2001, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais confirmou a sentença de março de 2000, sentenciando o referido Acordo de Acionistas como nulo e sem efeito.

A Southern recorreu da sentença, não tendo sido julgado seu recurso.

(c) Reservas

A composição das contas Reservas de Capital e Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	Controladora	
	2003	2002
Reservas de Capital-		
Remuneração das Imobilizações em Curso – Capital Próprio	1.313.220	1.313.220
Doações e Subvenções para Investimentos	2.650.898	2.650.898
Ágio na Emissão de Ações	69.230	69.230
Correção Monetária do Capital	6	6
Ações em Tesouraria	(1.132)	(1.132)
	<u>4.032.222</u>	<u>4.032.222</u>
Reservas de Lucros-		
Reserva de Retenção de Lucros	877.686	-
	<u>877.686</u>	<u>-</u>

As Ações em Tesouraria referem-se ao repasse pelo FINOR, de ações oriundas dos recursos aplicados nos projetos da CEMIG na área da SUDENE, em função de incentivo fiscal.

(d) Dividendos

Os dividendos em 31 de dezembro de 2003 foram apurados como segue:

	Controladora	
	2003	2002
<u>Cálculo dos Dividendos Mínimos Estatutários das Ações Preferenciais</u>		
Valor Nominal das Ações Preferenciais	912.797	912.797
Percentual sobre o Valor Nominal das Ações Preferenciais	10,00%	10,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 1º critério de pagamento	<u>91.280</u>	<u>91.280</u>
Valor do Patrimônio Líquido	6.558.569	5.680.883
Percentual das Ações Preferenciais sobre o Patrimônio Líquido	56,29%	56,29%
Participação das Ações Preferenciais no Patrimônio Líquido	3.691.818	3.197.769
Percentual sobre o Valor do Patrimônio Líquido das Ações	3,00%	3,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 2º critério de pagamento	<u>110.755</u>	<u>95.933</u>
Dividendos Estatutários Mínimos Obrigatórios das Ações Preferenciais - conforme mencionado no item "a" acima - (R\$1,21 por lote de mil ações preferenciais para 2003 e R\$1,05 por lote de mil ações preferenciais para 2002)	<u>110.755</u>	<u>95.933</u>
Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício	1.197.642	(1.001.833)
Dividendo mínimo obrigatório – 25,00% do lucro Líquido (R\$1,85 por lote de mil ações)	<u>299.411</u>	<u>-</u>
Dividendos Propostos-		
Juros sobre Capital Próprio (R\$1,54 por lote de mil ações para 2003 e R\$1,36 por lote de mil ações para 2002)	250.000	220.000
Dividendos complementares (R\$0,44 por lote de mil ações para 2003)	70.494	-
Total (R\$1,98 por lote de mil ações para 2003 e R\$1,36 por lote de mil ações para 2002)	<u>320.494</u>	<u>220.000</u>
(-) Imposto de Renda Retido na Fonte	(21.083)	(18.784)
Total do Dividendo Líquido	<u>299.411</u>	<u>201.216</u>
Total do Dividendo Líquido para ações preferenciais	168.544	113.269
Total do Dividendo Líquido para ações ordinárias	130.867	87.947

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, dos Juros sobre Capital Próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da TJLP. Os efeitos fiscais decorrentes do provisionamento de R\$250.000 através de Juros sobre Capital Próprio foram de R\$85.000 (R\$74.800 em 2002), reconhecidos no resultado do exercício de 2003.

O saldo remanescente do Lucro Líquido Ajustado no valor de R\$877.148 será transferido para a conta de Reserva de Retenção de Lucros com o objetivo de reforçar o capital circulante, atender as necessidades de recursos para investimentos em obras de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e outras aplicações constantes do orçamento de capital a ser apresentado à Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 30 de abril de 2004.

25) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado					
	(Não auditado)					
	Nº de Consumidores		MWh		R\$	
	2003	2002	2003	2002	2003	2002
Residencial	4.729.674	4.615.178	6.528.746	6.360.335	2.330.449	1.791.096
Industrial	68.159	68.211	21.715.148	21.906.479	2.874.841	2.191.718
Comércio, Serviços e Outros	523.055	515.771	3.402.088	3.283.429	1.040.675	791.300
Rural	368.057	338.396	1.783.220	1.704.626	332.435	252.291
Poder Público	44.735	43.558	509.458	467.783	146.820	107.173
Iluminação Pública	2.142	2.227	996.892	904.639	181.793	133.083
Serviço Público	7.069	6.808	971.702	956.701	170.980	130.036
Sub-Total	5.742.891	5.590.149	35.907.254	35.583.992	7.077.993	5.396.697
Consumo Próprio	1.308	1.339	55.028	50.064	-	-
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	100.800	60.923
	5.744.199	5.591.488	35.962.282	35.634.056	7.178.793	5.457.620
Suprimento a Outras Concessionárias	7	4	621.288	313.392	32.836	20.469
Transações com energia no MAE	-	-	-	-	23.848	513.127
Total	5.744.206	5.591.492	36.583.570	35.947.448	7.235.477	5.991.216

	Controladora					
	(Não auditado)					
	Nº de Consumidores		MWh		R\$	
	2003	2002	2003	2002	2003	2002
Residencial	4.729.674	4.615.178	6.528.746	6.360.335	2.330.449	1.791.096
Industrial	68.153	68.209	20.999.887	21.134.301	2.814.385	2.152.559
Comércio, Serviços e Outros	523.055	515.771	3.402.088	3.283.429	1.040.675	791.300
Rural	368.057	338.396	1.783.220	1.704.626	332.435	252.291
Poder Público	44.735	43.558	509.458	467.783	146.820	107.173
Iluminação Pública	2.142	2.227	996.892	904.639	181.793	133.083
Serviço Público	7.069	6.808	971.702	956.701	170.980	130.036
Sub-Total	5.742.885	5.590.147	35.191.993	34.811.814	7.017.537	5.357.538
Consumo Próprio	1.308	1.339	55.028	50.064	-	-
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	100.691	60.623
	5.744.193	5.591.486	35.247.021	34.861.878	7.118.228	5.418.161
Suprimento a Outras Concessionárias	7	4	621.288	313.392	32.836	20.469
Transações com energia no MAE	-	-	-	-	23.647	513.127
Total	5.744.200	5.591.490	35.868.309	35.175.270	7.174.711	5.951.757

26) – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
Receita de Uso da Rede Básica de Transmissão	256.757	185.421	256.757	185.421
Fornecimento de Gás	367.043	199.546	-	-
Subvenção da Conta de Consumo de Combustível	8.263	40.468	8.263	40.468
Serviço Taxado	8.240	7.281	8.240	7.281
Serviço de Telecomunicações e TV a Cabo	44.158	15.589	-	-
Outras Prestações de Serviços	22.959	15.314	22.406	15.314
Aluguel e Arrendamento	23.385	20.043	23.385	20.043
Outras	1.663	1.761	1.663	1.761
	732.468	485.423	320.714	270.288

27) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
ICMS	1.522.476	1.151.385	1.455.841	1.142.753
COFINS	271.471	198.888	261.710	192.375
Reserva Global de Reversão – RGR	155.959	144.391	155.056	143.782
PASEP	126.925	58.268	122.094	56.668
Encargo de Capacidade Emergencial	265.232	79.677	261.292	79.374
Outras	2.565	689	393	448
	<u>2.344.628</u>	<u>1.633.298</u>	<u>2.256.386</u>	<u>1.615.400</u>

A CEMIG efetuou, no 1º semestre de 2003, a cobrança retroativa de parcela do Encargo de Capacidade Emergencial referente ao período de 2 de julho de 2002 a 8 de outubro de 2002, no montante de R\$46.468. O referido encargo não foi cobrado no exercício anterior em função de liminar de Ação Cível Pública que impedia a cobrança. Esta cobrança retroativa não produz efeito no resultado, tendo em vista que a Companhia atua como mera arrecadadora e repassadora deste encargo à CBEE.

A Companhia recolhe o ICMS incidente sobre a RTE em conformidade ao faturamento dos valores na conta de energia elétrica.

28) – PESSOAL

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
Remunerações e Encargos	654.025	570.089	638.460	559.219
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	30.818	21.402	30.818	21.402
Benefícios Assistenciais	70.764	58.668	68.876	57.282
	755.607	650.159	738.154	637.903
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(95.460)	(100.943)	(94.027)	(99.150)
	660.147	549.216	644.127	538.753
Programa de Desligamento Incentivado - PDI	77.625	1.753	77.625	1.753
	<u>737.772</u>	<u>550.969</u>	<u>721.752</u>	<u>540.506</u>

Programa de Desligamento Incentivado – PDI

O Programa de Desligamento Incentivado - PDI, implementado pela CEMIG no período entre 1º e 23 de dezembro de 2003, contou com a adesão de 842 empregados.

O incentivo financeiro para os empregados que aderiram ao PDI corresponde a uma indenização que varia de 0 a 17 vezes o valor da remuneração mensal do empregado, conforme critérios específicos, entre os quais o principal é o tempo de contribuição ao INSS. Com base nos critérios estabelecidos, o maior incentivo financeiro, correspondente a 17 vezes a remuneração, foi concedido aos empregados do sexo masculino e feminino com 30 e 25 anos de contribuição ao INSS, respectivamente, decrescendo gradativamente para os empregados com tempo inferior ou superior ao mencionado.

Adicionalmente, a CEMIG garante o pagamento integral dos custos do seguro de vida em grupo e plano de saúde pelo período de 6 meses, a partir da data do desligamento do empregado.

Os custos com o PDI, no montante estimado de R\$77.625, foram consignados no resultado do exercício, na rubrica de despesa com pessoal, sendo que o desligamento dos empregados, iniciado em 15 de janeiro de 2004, estará concluído até 1º de junho de 2004. Em 31 de dezembro de 2003, a provisão descrita acima estava contabilizada no Passivo Circulante - Salários e Contribuições Sociais.

Os empregados que aderiram ao PDI poderão desistir da adesão, até o dia 25 de maio de 2004, caso haja algum indeferimento por parte do INSS relativo ao pedido de aposentadoria.

29) – PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS

As participações dos empregados nos resultados dos exercícios de 2003 e 2002 foram definidas através de acordos coletivos específicos. Em conformidade com referidos acordos, as participações nos resultados do exercício de 2003 da Controladora e Controladas, incluindo a contribuição para o plano de pensão incidente sobre os valores da participação, correspondeu a R\$92.302 e R\$281 respectivamente (R\$38.184 e R\$42 em 2002), sendo realizado no exercício de 2003, um adiantamento de R\$41.177 (R\$12.481 em 2002).

30) – ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

	Consolidado e Controladora	
	2003	2002
Energia de Itaipu Binacional	1.175.057	979.239
Transações com Energia no MAE	37.330	549.168
Contratos Iniciais	151.461	148.218
Recomposição Tarifária Extraordinária – Repasse aos Geradores	-	45.330
Outros	29.575	10.723
	<u>1.393.423</u>	<u>1.732.678</u>

A energia comprada de Itaipu Binacional possui tarifa determinada em dólares norte-americanos, sendo definida através de Resolução pela ANEEL. A tarifa de compra de energia de Itaipu foi reajustada em 1,66% a partir de 1º de janeiro de 2004, passando de US\$17,5553 para US\$17,8474 por quilowatt.

31) – PROVISÕES OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
Prêmio de Aposentadoria	11.288	6.838	11.288	6.838
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	59.926	14.213	57.278	13.255
Contingências Trabalhistas	20.585	15.436	20.585	15.436
Contingências Jurídicas – Ações Cíveis	212	5.363	212	5.363
Cíveis - Consumidores	11.348	11.350	11.348	11.350
Outras	1.330	214	1.330	214
	<u>104.689</u>	<u>53.414</u>	<u>102.041</u>	<u>52.456</u>

O Prêmio de Aposentadoria é mantido de forma permanente pela CEMIG e representa um incentivo financeiro correspondente a 10% do salário-base por ano trabalhado aos empregados que, por opção, venham a se aposentarem e, conseqüentemente, promovam o seu desligamento da Companhia. Referidos gastos, quando incorridos, são classificados como Prêmio Aposentadoria. Em 31 de dezembro de 2003, a Companhia possui provisão no montante de R\$43.697 registrada no Passivo Circulante - Salários e Contribuições Sociais.

32) – OUTRAS DESPESAS LÍQUIDAS

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
Combustível para Produção de Energia Elétrica	8.127	41.167	8.127	41.167
Arrendamentos e Aluguéis	25.234	15.094	18.164	14.165
Indenizações Trabalhistas	451	4.433	451	4.433
Subvenções e Doações	17.317	14.202	17.102	14.199
Propaganda e Publicidade	11.040	19.110	10.557	18.576
Taxa de Fiscalização da ANEEL	14.405	11.523	14.231	11.370
Consumo Próprio de Energia Elétrica	17.212	11.796	14.924	10.359
Seguros	2.439	657	2.242	611
Concessão Onerosa	9.236	6.530	7.264	5.873
Contribuição ao MAE	2.937	6.208	2.937	6.208
Gasto com Eficiência Energética	16.057	11.501	15.734	11.197
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	12.738	3.516	10.714	3.460
Outras Líquidas	22.348	11.483	16.373	4.833
	<u>159.541</u>	<u>157.220</u>	<u>138.820</u>	<u>146.451</u>

Os gastos com compra de combustível para produção de energia elétrica são reembolsados pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS e registrados na conta de Outras Receitas Operacionais – Subvenção da Conta de Consumo de Combustível.

33) – RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
Receitas Financeiras -				
Renda de Aplicação Financeira	78.465	235.868	61.761	223.478
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	56.153	43.014	56.153	43.014
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	362.010	584.124	362.010	584.124
Provisão para Perdas Referente Atualização Financeira de Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	(197.988)	(275.944)	(197.988)	(275.944)
Variação Monetária da CVA	114.086	20.842	114.086	20.842
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	379.295	198.833	379.295	198.833
Variações Cambiais	351.785	75.252	331.442	75.250
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(77.678)	(44.599)	(76.804)	(44.419)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	10.719	-	10.719	-
Outras	37.459	29.813	33.467	29.658
	<u>1.114.306</u>	<u>867.203</u>	<u>1.074.141</u>	<u>854.836</u>
Despesas Financeiras -				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(350.446)	(251.396)	(337.920)	(232.888)
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	(55.927)	-	(55.927)	-
Variação Monetária da CVA	(21.290)	-	(21.290)	-
Variações Cambiais	(16.200)	(803.276)	(16.200)	(771.975)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(53.033)	(101.342)	(53.017)	(101.342)
C.P.M.F.	(38.749)	(28.335)	(36.710)	(26.885)
Reversão (Provisão) para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários	75.039	(60.969)	75.039	(60.969)
Perdas com Instrumentos Financeiros	(50.954)	-	(50.954)	-
Outras	(17.656)	(17.345)	(14.451)	(14.803)
	<u>(529.216)</u>	<u>(1.262.663)</u>	<u>(511.430)</u>	<u>(1.208.862)</u>
Juros Sobre Capital Próprio	<u>(250.000)</u>	<u>(220.000)</u>	<u>(250.000)</u>	<u>(220.000)</u>
	<u>335.090</u>	<u>(615.460)</u>	<u>312.711</u>	<u>(574.026)</u>

Os encargos financeiros e variações monetárias/cambiais incidentes sobre os empréstimos e financiamentos vinculados a obras, no exercício de 2003, nos montantes de R\$66.750 e R\$47.161, respectivamente, foram transferidos para as rubricas de Ativo Imobilizado e Investimentos (R\$58.917 de encargos financeiros e R\$126.121 de variações monetárias/cambiais no exercício de 2002).

34) – RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	33.140	13.557	33.115	13.332
FORLUZ – Custeio Administrativo	7.215	9.387	7.215	9.387
Perdas em Projetos	20.960	3.059	20.960	3.059
Outros Despesas (Receitas) Líquidas	(187)	1.230	(23)	1.230
	<u>61.128</u>	<u>27.233</u>	<u>61.267</u>	<u>27.008</u>

A CEMIG reconheceu perdas em 2003, no valor de R\$15.336, referente aos gastos com estudos de viabilidade técnica objetivando a construção da usina de Bocaina. Esta perda decorre da revisão, pela ANEEL, do respectivo aproveitamento hidrelétrico, concluindo pela inviabilidade de construção da usina na localização que foi objeto dos estudos.

Adicionalmente, a CEMIG constituiu uma provisão para perdas no valor de R\$5.068 equivalente a estimativa da parcela não realizável dos gastos com estudos de viabilidade técnica para construção da usina de Formoso.

35) – PERDA EXTRAORDINÁRIA

A CEMIG registrou, no exercício de 2002, uma provisão para perda no montante de R\$1.045.325 referente ao Segundo Aditivo contratual do contas a receber do Governo do Estado de Minas Gerais. As informações detalhadas estão descritas na Nota Explicativa nº 11.

36) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da CEMIG e suas controladas são como segue:

	2003		2002	
	Governo do Estado de Minas Gerais	FORLUZ	Governo do Estado de Minas Gerais	FORLUZ
ATIVO				
Circulante				
Consumidores e Revendedores	17.987	-	7.843	-
Tributos Compensáveis- ICMS a Recuperar	25.789	-	17.978	-
Outros Créditos - Adiantamento para Custeio de Benefícios Assistenciais	-	1.058	-	17.641
Realizável a Longo Prazo				
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	891.063	-	754.960	-
Tributos Compensáveis - ICMS a Recuperar ICMS a Recuperar – Em discussão com o Governo do Estado de Minas Gerais	95.845	-	81.583	-
Consumidores e Revendedores	20.088	-	18.843	-
	61.550	-	-	-
PASSIVO				
Circulante				
Impostos, Taxas e Contribuições - ICMS	141.870	-	44.982	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	71.383	-	50.418	-
Obrigações Pós-Emprego	-	185.226	-	180.992
Outras Obrigações- Repasse de Contribuições	-	16.898	-	15.938
Exigível a Longo Prazo				
Debêntures	50.267	-	25.507	-
Obrigações Pós-Emprego	-	1.496.027	-	1.656.488

	2003		2002	
	Governo do Estado de Minas Gerais	FORLUZ	Governo do Estado de Minas Gerais	FORLUZ
RESULTADO				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	33.768	-	24.887	-
Deduções à Receita Operacional – ICMS	(1.522.476)	-	(1.151.385)	-
Despesa com Obrigações Pós-emprego	-	(74.338)	-	(145.473)
Despesa com Pessoal – Contribuições para suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	-	(30.818)	-	(21.402)
Receita Financeira-				
Juros e Variação Monetária auferidos com o Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	362.010	-	584.124	-
Provisão para Perdas com o Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	(197.988)	-	(275.944)	-
Despesa Financeira				
Variação Monetária – Debêntures	(2.260)	-	(3.007)	-
Despesa não Operacional				
Provisão para Perdas Extraordinárias com o Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	-	-	(1.045.325)	-
Custeio Administrativo da Forluz	-	7.215	-	9.387

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 6, 8, 11, 19, 20, 23, 27, 28, 33, 34 e 35.

O saldo de consumidores e revendedores referente ao Governo do Estado de Minas Gerais, no montante de R\$79.537 em 31 de dezembro de 2003 a curto e longo prazo, inclui os valores a receber da COPASA, que se encontram vencidos. A Administração da CEMIG não espera perdas na realização deste ativo.

37) –EXPOSIÇÃO E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Como concessionária do setor elétrico brasileiro, a CEMIG opera em ambientes onde fatores como reestruturações societárias, regulamentações emanadas dos órgãos governamentais, evolução tecnológica, globalização e variações do mercado consumidor são fatores de geração de riscos.

A CEMIG iniciou, em janeiro de 2003, trabalhos de implantação de projeto de Gerenciamento de Riscos Corporativos, buscando promover o entendimento de eventuais ocorrências que podem gerar perda de valor aos acionistas e estruturar a empresa para agir de forma pró-ativa em relação ao seu ambiente de riscos.

Os principais riscos de mercado que afetam os negócios da CEMIG estão descritos a seguir:

a) Risco de taxas de câmbio

A CEMIG e controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente a cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto significativo no endividamento, resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da CEMIG às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2003, operações contratadas de hedge sem caixa, no montante de R\$401.727, equivalente a US\$139.044, e R\$182.017, equivalente a ¥6.738.634, nas quais foi efetuada a substituição da variação do dólar Norte-Americano e Yen acrescidos de juros pela variação do CDI (vide Nota Explicativa nº 38). A exposição líquida à taxa de câmbio é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos	1.424.503	1.994.957	1.325.345	1.872.393
(-) Fundos Vinculados a Empréstimos e Financiamentos	(41.467)	(102.496)	(41.467)	(102.496)
(-) Operações contratadas de hedge sem caixa	(401.427)	-	(401.427)	-
	<u>981.609</u>	<u>1.892.461</u>	<u>882.451</u>	<u>1.769.897</u>
Yen				
Empréstimos e Financiamentos	182.199	-	182.199	-
(-) Operações contratadas de hedge sem caixa	(182.017)	-	(182.017)	-
	<u>182</u>	<u>-</u>	<u>182</u>	<u>-</u>
Outras moedas estrangeiras				
Empréstimos e Financiamentos				
Euro	69.464	73.037	69.464	73.037
Outros	35.279	51.053	35.279	51.053
	<u>104.743</u>	<u>124.090</u>	<u>104.743</u>	<u>124.090</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>1.086.534</u>	<u>2.016.551</u>	<u>987.376</u>	<u>1.893.987</u>

A partir de 2001, com a criação da Conta de Compensação de Variação dos Itens da Parcela A – CVA, a variação na taxa de câmbio referente às obrigações com compra de energia elétrica de Itaipu Binacional é compensada nos reajustes tarifários subsequentes e, desta forma, não representa mais uma exposição da CEMIG ao risco de taxa de câmbio.

b) Risco de taxas de juros internacionais

A CEMIG e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (principalmente Libor), nos montantes de R\$615.960 e R\$99.158, respectivamente, em 31 de dezembro de 2003 (R\$827.530 e R\$122.564 em 31 de dezembro de 2002).

c) Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade da CEMIG e suas controladas vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. Parcela substancial do fornecimento bruto de energia está pulverizada em um grande número de consumidores. Os procedimentos da CEMIG para redução da inadimplência compreendem a emissão de aviso de vencimento dos débitos, contatos telefônicos e negociações que viabilizem o recebimento dos créditos. Após serem esgotadas as possibilidades de regularização das contas em atraso, a CEMIG procede à suspensão do fornecimento.

d) Risco de racionamento de energia

Parcela substancial da energia vendida pela CEMIG é gerada em suas usinas hidrelétricas. A parcela restante é adquirida de Itaipu, através de contratos iniciais firmados com a ELETROBRAS e, em menor escala, de outros geradores e através do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE. Um período prolongado de escassez de chuvas, que tivesse como consequência a redução no volume dos reservatórios das usinas hidrelétricas, poderia implicar em perdas para a CEMIG, em função de um eventual aumento no custo da energia comprada e a adoção de um novo Programa de Racionamento. Em função do nível atual dos reservatórios das hidrelétricas do sistema elétrico brasileiro, não está prevista, na opinião do Governo Federal, a implementação de um novo Programa de Racionamento para os próximos anos.

e) Risco de Aceleração de Dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. Essas cláusulas restritivas foram atendidas, exceto às do empréstimo da Infovias junto ao MBK Furukawa Sistemas S.A. / UNIBANCO, para a qual foi obtido o consentimento formal (“waiver”) dos credores (vide Nota Explicativa nº20), e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

38) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A CEMIG utiliza instrumentos financeiros restritos a Disponibilidades, Consumidores e Revendedores, Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Empréstimos e Financiamentos e Debêntures, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

A CEMIG mantém políticas e estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança, bem como possui procedimentos de monitoramento dos saldos, e tem operado com bancos que atendem a requisitos de solidez financeira e confiabilidade, segundo critérios gerenciais definidos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Os instrumentos derivativos contratados pela CEMIG têm o propósito de proteger as operações da empresa contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos. As empresas controladas pela CEMIG não possuem operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2003, a CEMIG mantinha instrumentos de troca de resultados financeiros – “swap” junto a instituições financeiras, para fazer face às oscilações que possam ocorrer na moeda nacional com relação ao dólar Norte-Americano no montante equivalente a US\$139.044 e Yen no montante equivalente a ¥6.738.634.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto referirem-se a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos realizados e não realizados nestas operações acumulavam perdas, de janeiro a dezembro de 2003, nos montantes de R\$29.894 e R\$10.341, respectivamente, registradas no resultado financeiro.

O reconhecimento do resultado líquido não realizado nas operações com instrumentos derivativos é feito pelo regime de competência de exercícios, o que pode gerar diferenças significativas quando comparado com o valor estimado de mercado de tais instrumentos. Esta diferença decorre do fato do valor de mercado compreender o reconhecimento a valor presente dos ganhos ou perdas futuros a serem incorridos nas operações, de acordo com a expectativa do mercado no momento em que o valor de mercado é apurado.

O quadro abaixo apresenta os instrumentos derivativos contratados pela CEMIG, os ganhos/(perdas) não realizados, registrados, e a respectiva estimativa do valor de mercado destes instrumentos em 31 de dezembro de 2003:

Direito da CEMIG	Obrigação da CEMIG	Período de Vencimento	Valor principal contratado - milhares	31 de dezembro de 2003	
				Valor Contábil	Valor Estimado de Mercado
¥ (Yen Japonês) acrescido de cupom cambial (1,31% a.a. a 1,40% a.a.)	R\$ atrelado a variação do CDI (106,90% a 107,90% CDI)	De 12/2004 até 04/2005	¥6.738.634	421	(2.220)
			¥6.738.634	421	(2.220)
US\$ acrescido de cupom cambial (2,23% a.a. a 5,24% a.a.)	R\$ atrelado a variação do CDI (100% a 109,00% CDI)	De 03/2004 até 12/2004	US\$55.592	(918)	(1.204)
US\$	R\$ atrelado a variação do CDI (95% CDI)	De 01/2004 até 12/2004	US\$71.382	(9.347)	(9.912)
US\$	R\$ atrelado a taxa de juro pré-fixada (15,98% a.a.)	03/2004	US\$12.070	(497)	(380)
			US\$139.044	(10.762)	(11.496)
				(10.341)	(13.716)

39) – SEGUROS

A CEMIG mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, como segue:

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância	
			Segurada	Prêmio Anual
Aeronáutico – Aeronaves	Total	28/02/2003 a 28/02/2004	20.750	601
Aeronáutico – Aeronaves	Total	28/02/2004 a 28/02/2005	19.739	546
Almoxarifados e instalações prediais	Incêndio	10/07/2003 a 10/07/2004	357.143	111
Equipamentos de telecomunicações	Incêndio	01/01/2004 a 10/07/2004	32.703	5
Operacional – Geradores, Turbina e Equipamentos de Potência	Total	04/02/2004 a 04/02/2005	1.144.587	2.770

A CEMIG não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a CEMIG não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios.

A CEMIG não tem experimentado perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

40) – COMPROMISSOS

A CEMIG possui contratos para construção de novos empreendimentos, onde as obrigações são contabilizadas à medida em que os serviços são executados. Adicionalmente, estão previstos aportes de capital em algumas empresas controladas. Os principais compromissos futuros da CEMIG estão relacionados a seguir:

	2004	2005	2006	2007
Usina de Aimorés	109.100	10.500	-	-
Usina de Irapé	255.900	228.100	10.800	4.700
Usina de Funil	3.900	-	-	-
Usina de Queimado	7.200	-	-	-
Usina de Pai Joaquim	3.403	-	-	-
Subestação de transmissão Bom Despacho 3	29.700	-	-	-
Infovias	78.000	58.000	16.000	-
Efficientia S.A.	2.200	-	-	-
Total	489.403	296.600	26.800	4.700

41) – DESVERTICALIZAÇÃO

Os contratos de concessão para distribuição de energia elétrica da CEMIG, assinados em 1997, determinavam que a Companhia deveria reestruturar suas operações através do desmembramento de suas atividades de geração, transmissão e distribuição em subsidiárias integrais (“desverticalização”). De acordo com os contratos de concessão, a CEMIG deveria ter completado este processo de reorganização até 31 de dezembro de 2000, sendo o prazo posteriormente prorrogado pela ANEEL para 21 de setembro de 2002.

Em 11 de novembro de 2002, a ANEEL multou a Companhia no montante de R\$6.046 em função da não conclusão da desverticalização. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa multa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial contra esta multa ou quaisquer outras penalidades que possam ser impostas com relação a esse assunto.

Entretanto, conforme recomendação do Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 18 de dezembro de 2003, a CEMIG está desenvolvendo estudos para implementar a desverticalização das suas operações, adequando-se a exigência constante da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, de reestruturação do modelo do setor elétrico brasileiro. Conforme consta da Lei aprovada, as empresas do setor elétrico terão um prazo de 18 meses para desverticalizarem as suas operações.

42) – ALTERAÇÕES NO MODELO DO SETOR ELÉTRICO

Em 16 de março de 2004, foram publicadas as Leis nº 10.847, que autoriza a criação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, e a Lei nº 10.848, que estabelece as bases do novo modelo do setor elétrico.

Dentro do novo modelo, três novas estruturas estão sendo criadas: a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, encarregada de fazer estudos do planejamento da expansão e transmissão de energia; a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que substituirá o MAE, encarregada da viabilização da comercialização de energia elétrica de que trata a Lei e o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, encarregado do monitoramento permanente da segurança de suprimento.

Com a criação da nova estrutura, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE passa a suceder o Mercado Atacadista de Energia - MAE, ficando o processo de transição sob a responsabilidade da ANEEL a ser concluído no prazo de noventa dias, a contar da data de publicação da regulamentação da Lei 10.848.

O novo modelo, além da criação das novas instituições citadas, também estabeleceu novas funções para os agentes institucionais existentes, como o monitoramento permanente do Setor pelo Ministério das Minas e Energia - MME, através do CMSE, a compra de energia para as Distribuidoras pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, alterando, ainda, a governança do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, ao determinar a indicação, pelo Governo Federal, de 3 dos seus 5 diretores.

As alterações estabelecidas pelo novo modelo do setor elétrico deverão impactar os negócios da CEMIG, sendo que seus efeitos somente poderão ser mensurados após a regulamentação completa da Lei 10.848, prevista para ocorrer até o final do mês de maio/2004.

As principais alterações já homologadas são as seguintes:

- ❑ Definição de dois ambientes de contratação de energia: o *regulado*, onde todas as compras de energia se fazem por meio de licitação, pelo critério de menor tarifa, através da Câmara de Comercialização de Energia - CCEE, e o *livre*, onde se inscrevem todos os consumidores livres e os comercializadores com capacidade de negociar seus contratos de suprimento;
- ❑ Os Geradores poderão vender energia nos dois ambientes, regulado e livre, sendo a geração considerada uma atividade competitiva;
- ❑ As Distribuidoras somente poderão atuar no ambiente regulado, sendo que a contratação de suas necessidades serão efetuadas em conjunto pela ANEEL, via licitação, através da CCEE;
- ❑ Exigência da desverticalização da distribuição, ou seja, uma concessionária de distribuição não poderá desenvolver atividades de geração e transmissão, sendo necessária a constituição de empresas distintas, com prazo de 18 meses para adaptação, contados a partir da publicação da Lei (prorrogável por igual período, a critério da ANEEL);
- ❑ As Distribuidoras não poderão mais vender energia a consumidores livres, sendo permitido o exercício dessa atividade por um período máximo de 12 meses, contados a partir de 11/12/2003.
- ❑ As distribuidoras também não poderão deter participação em outras sociedades, bem como exercer atividades estranhas ao objeto da concessão, devendo se adaptar no prazo de 18 meses citado anteriormente;
- ❑ Limitação do self-dealing, proibindo a uma geradora vender energia diretamente a uma distribuidora do mesmo grupo econômico, a não ser através da contratação regulada, via licitação, efetuada pela ANEEL;

- ❑ As licitações dos novos empreendimentos de geração de energia, visando a expansão da oferta para atendimento ao crescimento de carga, serão efetuadas com antecedência de três e cinco anos, pelo critério de menor tarifa;
- ❑ Obtenção, pelos vencedores das licitações, de contratos de suprimento de longo prazo (15 a 35 anos);
- ❑ Concessão de licença prévia ambiental como pré-requisito para as licitações das novas usinas hidrelétricas e linhas de transmissão;
- ❑ Exigência de contratação de 100% da demanda por parte de todos os agentes de consumo (distribuidores e consumidores livres); e,
- ❑ Exigência da quitação das obrigações intra-setoriais como pré-requisito para os processos de reajuste e revisão tarifária.

* * * * *

Djalma Bastos de Moraes
Diretor Presidente

Francisco Sales Dias Horta
Diretor Vice-Presidente

Flávio Decat de Moura
Diretor de Finanças, Participações
e de Relações com Investidores

Heleni de Mello Fonseca
Diretora de Gestão Empresarial

Elmar de Oliveira Santana
Diretor de Geração e Transmissão

José Maria de Macedo
Diretor de Distribuição e
Comercialização

Celso Ferreira
Diretor de Planejamento, Projetos e
Construções

Pedro Carlos Hosken Vieira
Superintendente de Controladoria

Leonardo George de Magalhães
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG-53.140

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002
(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
DAS OPERAÇÕES				
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	1.197.642	(1.001.833)	1.197.642	(1.001.833)
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa -				
Depreciação e Amortização	570.193	550.513	523.726	518.896
Recomposição Tarifária Extraordinária	-	(275.321)	-	(275.321)
Despesa com Compra de Energia Livre	-	45.330	-	45.330
Revendedores – Transações no MAE	(21.318)	(464.977)	(21.318)	(464.977)
Baixas de Imobilizado Líquidas	61.344	26.278	61.344	26.224
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	(31.220)	4.693
Juros e Variações Monetárias - Longo Prazo	(916.077)	(60.223)	(894.011)	(106.021)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	157.780	(104.111)	154.607	(85.204)
Provisão (Reversão) para Perdas na Recuperação dos				
Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	(118.442)	177.627	(118.442)	177.627
Provisões para Perdas Operacionais	21.264	70.038	18.812	70.038
Obrigações Pós-Emprego	74.338	145.473	74.338	145.473
Provisão para Perdas com o Contas a Receber do				
Governo do Estado de Minas Gerais	197.988	1.321.269	197.988	1.321.269
Outros	11.518	(12.688)	10.785	-
	<u>1.236.230</u>	<u>417.375</u>	<u>1.174.251</u>	<u>376.194</u>
(Aumento) Redução de Ativos-				
Consumidores e Revendedores	(326.533)	(410.183)	(335.095)	(384.259)
Recomposição Tarifária Extraordinária –				
Recebimento dos Consumidores	270.464	218.168	270.464	218.168
Tributos Compensáveis	(102.014)	71.234	(102.976)	69.990
Outros Ativos Circulantes	72.831	(54.754)	47.920	(53.366)
Despesas Antecipadas – CVA	(106.880)	(237.311)	(106.880)	(237.311)
Recebíveis do Governo Federal – baixa renda	1.967	(42.386)	1.967	(42.386)
Amortização do Contas a Receber do Governo do				
Estado de Minas Gerais	27.918	-	27.918	-
Depósitos Vinculados a Litígios	(15.176)	(50.080)	(15.166)	(50.080)
Racionamento – Bônus Pagos aos Consumidores em				
excesso à Sobretaxa	-	(87.586)	-	(87.586)
Ressarcimento pela ANEEL dos Bônus Pagos aos				
Consumidores	-	132.596	-	132.596
Ressarcimento através da tarifa dos custos do				
acionamento	20.460	-	20.460	-
Outros Realizáveis a Longo Prazo	7.594	(57.537)	7.871	(63.083)
	<u>(149.369)</u>	<u>(517.839)</u>	<u>(183.517)</u>	<u>(497.317)</u>
Aumento (Redução) de Passivos-				
Fornecedores	(730.532)	605.544	(709.943)	585.301
Tributos e Contribuição Social	373.341	143.252	368.076	141.206
Salários e Contribuições Sociais	90.595	11.445	90.709	10.876
Encargos Regulatórios	39.862	42.160	39.528	42.418
Empréstimos e Financiamentos	(88.855)	247.911	(89.016)	243.787
Obrigações Pós-Emprego	(230.565)	(161.731)	(230.565)	(161.731)
Outros	50.175	(4.500)	62.603	3.743
	<u>(495.979)</u>	<u>884.081</u>	<u>(468.608)</u>	<u>865.600</u>
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	590.882	783.617	522.126	744.477

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002
(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2003	2002	2003	2002
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos Obtidos	716.870	518.288	700.076	494.171
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(825.947)	(594.009)	(798.626)	(547.201)
Empréstimos de Curto Prazo	820.123	-	820.123	-
Venda Antecipada de Energia Elétrica	-	(42.596)	-	(42.596)
Venda de Títulos e Valores Mobiliários	118.994	-	118.994	-
Aumento de Capital efetuado por Acionistas Minoritários	-	11.526	-	-
Dividendos Recebidos de Controladas	-	-	53.400	-
Redução de Capital em Controlada	-	-	10.460	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(198.972)	(214.508)	(200.122)	(214.590)
	<u>631.068</u>	<u>(321.299)</u>	<u>704.305</u>	<u>(310.216)</u>
TOTAL DE INGRESSO DE RECURSOS	<u>1.221.950</u>	<u>462.318</u>	<u>1.226.431</u>	<u>434.261</u>
INVESTIMENTOS				
Em Investimentos	(194.538)	(322.542)	(287.201)	(509.570)
No Imobilizado	(806.271)	(853.409)	(719.539)	(673.971)
Obrigações Especiais – Contribuições do Consumidor	96.396	157.091	96.396	157.091
No Diferido	(31)	(16.571)	-	-
	<u>(904.444)</u>	<u>(1.035.431)</u>	<u>(910.344)</u>	<u>(1.026.450)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	<u>317.506</u>	<u>(573.113)</u>	<u>316.087</u>	<u>(592.189)</u>
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA				
No início do exercício	122.975	696.088	50.303	642.492
No fim do exercício	<u>440.481</u>	<u>122.975</u>	<u>366.390</u>	<u>50.303</u>
	<u>317.506</u>	<u>(573.113)</u>	<u>316.087</u>	<u>(592.189)</u>

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002
(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora					
	2003	2002	2003	2002				
RECEITAS								
Receita Operacional	7.967.945	6.751.960	7.495.425	6.497.366				
Provisão sobre Créditos de Liquidação Duvidosa	(59.926)	(14.213)	(57.278)	(13.255)				
Perda Extraordinária	-	(1.045.325)	-	(1.045.325)				
Resultado Não Operacional	(61.128)	(27.233)	(61.267)	(27.008)				
	<u>7.846.891</u>	<u>5.665.189</u>	<u>7.376.880</u>	<u>5.411.778</u>				
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.393.423)	(1.732.678)	(1.393.423)	(1.732.678)				
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(310.263)	(297.537)	(310.263)	(297.537)				
Serviços de Terceiros	(321.245)	(264.563)	(305.504)	(256.926)				
Gás Comprado para Revenda	(246.276)	(152.132)	-	-				
Materiais	(87.834)	(78.428)	(84.963)	(76.791)				
Outros Custos Operacionais	(47.890)	(355.438)	(36.263)	(345.654)				
	<u>(2.406.931)</u>	<u>(2.880.776)</u>	<u>(2.130.416)</u>	<u>(2.709.586)</u>				
VALOR ADICIONADO BRUTO	5.439.960	2.784.413	5.246.464	2.702.192				
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(570.193)	(550.513)	(523.726)	(518.896)				
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	<u>4.869.767</u>	<u>2.233.900</u>	<u>4.722.738</u>	<u>2.183.296</u>				
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	31.220	(4.693)				
Receitas Financeiras	1.266.462	850.833	1.225.984	838.286				
	<u>1.266.462</u>	<u>850.833</u>	<u>1.257.204</u>	<u>833.593</u>				
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>6.136.229</u>	<u>3.084.733</u>	<u>5.979.942</u>	<u>3.016.889</u>				
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Pessoal e Encargos	786.183	13	636.515	21	773.405	13	627.889	21
Impostos, Taxas e Contribuições	3.562.406	58	2.273.230	74	3.440.972	57	2.255.660	75
Despesas financeiras e Aluguéis	590.740	9	1.188.453	37	567.923	10	1.135.173	37
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	320.494	5	-	-	320.494	5	-	-
Participação de Minoritários	(742)	-	(11.632)	-	-	-	-	-
Lucros Retidos	877.148	15	(1.001.833)	(32)	877.148	15	(1.001.833)	(33)
	<u>6.136.229</u>	<u>100</u>	<u>3.084.733</u>	<u>100</u>	<u>5.979.942</u>	<u>100</u>	<u>3.016.889</u>	<u>100</u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADORA SEGREGADO POR ATIVIDADE

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Geração	Transmissão	Distribuição e Comercialização	Atividades não Vinculadas	Total
RECEITA OPERACIONAL					
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	1.465.663	-	5.702.962	6.086	7.174.711
Outras Receitas Operacionais	6.596	256.741	46.538	10.839	320.714
	<u>1.472.259</u>	<u>256.741</u>	<u>5.749.500</u>	<u>16.925</u>	<u>7.495.425</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL- Receita Operacional Líquida	<u>(113.544)</u>	<u>(19.962)</u>	<u>(2.122.278)</u>	<u>(602)</u>	<u>(2.256.386)</u>
	<u>1.358.715</u>	<u>236.779</u>	<u>3.627.222</u>	<u>16.323</u>	<u>5.239.039</u>
DESPESA OPERACIONAL					
Pessoal	(98.224)	(65.940)	(556.595)	(993)	(721.752)
Pessoal – Administradores e Conselheiros	(393)	(283)	(1.933)	(6)	(2.615)
Participações dos Empregados	(11.918)	(6.489)	(73.895)	-	(92.302)
Materiais	(9.347)	(6.321)	(69.060)	(235)	(84.963)
Serviços de Terceiros	(32.820)	(16.015)	(254.660)	(2.009)	(305.504)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(12.465)	-	-	(673)	(13.138)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	-	(1.393.423)	-	(1.393.423)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(15.157)	-	(293.185)	(1.921)	(310.263)
Depreciação e Amortização	(134.376)	(35.393)	(349.420)	(4.537)	(523.726)
Obrigações Pós-Emprego	(11.151)	(5.947)	(57.240)	-	(74.338)
Reversão da Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	-	-	118.442	-	118.442
Provisões Operacionais	(11.656)	(4.293)	(86.371)	279	(102.041)
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	-	-	(282.309)	-	(282.309)
Conta de Desenvolvimento Energético	-	-	(118.217)	-	(118.217)
Outras Despesas Líquidas	(30.079)	(6.498)	(92.546)	(9.697)	(138.820)
	<u>(367.586)</u>	<u>(147.179)</u>	<u>(3.510.412)</u>	<u>(19.792)</u>	<u>(4.044.969)</u>
Lucro Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial e Receitas (Despesas) Financeiras	<u>991.129</u>	<u>89.600</u>	<u>116.810</u>	<u>(3.469)</u>	<u>1.194.070</u>
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	-	-	-	31.220	31.220
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS					
Receita Financeira	132.762	26.418	915.296	(335)	1.074.141
Despesa Financeira	(57.324)	(13.553)	(380.657)	(59.896)	(511.430)
	<u>75.438</u>	<u>12.865</u>	<u>534.639</u>	<u>(60.231)</u>	<u>562.711</u>
Juros sobre Capital Próprio	(33.000)	(20.000)	(197.000)	-	(250.000)
	<u>42.438</u>	<u>(7.135)</u>	<u>337.639</u>	<u>(60.231)</u>	<u>312.711</u>
Lucro Operacional	<u>1.033.567</u>	<u>82.465</u>	<u>454.449</u>	<u>(32.480)</u>	<u>1.538.001</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	<u>(20.933)</u>	<u>(1.330)</u>	<u>(37.165)</u>	<u>(1.839)</u>	<u>(61.267)</u>
Lucro antes do Imposto de Renda, Contribuição Social	<u>1.012.634</u>	<u>81.135</u>	<u>417.284</u>	<u>(34.319)</u>	<u>1.476.734</u>
Imposto de Renda	(271.278)	(21.736)	(111.784)	9.190	(395.608)
Contribuição Social	(91.533)	(7.334)	(37.717)	3.100	(133.484)
Lucro Antes da Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	<u>649.823</u>	<u>52.065</u>	<u>267.783</u>	<u>(22.029)</u>	<u>947.642</u>
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	33.000	20.000	197.000	-	250.000
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>682.823</u>	<u>72.065</u>	<u>464.783</u>	<u>(22.029)</u>	<u>1.197.642</u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADORA SEGREGADO POR ATIVIDADE

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Geração	Transmissão	Distribuição e Comercialização	Atividades não Vinculadas	Total
RECEITA OPERACIONAL					
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	1.246.389	-	4.692.444	12.924	5.951.757
Recomposição Tarifária Extraordinária	-	-	275.321	-	275.321
Outras Receitas Operacionais	39.453	191.155	35.605	4.075	270.288
	<u>1.285.842</u>	<u>191.155</u>	<u>5.003.370</u>	<u>16.999</u>	<u>6.497.366</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL-	(102.885)	(12.410)	(1.499.260)	(845)	(1.615.400)
Receita Operacional Líquida	1.182.957	178.745	3.504.110	16.154	4.881.966
DESPESA OPERACIONAL					
Pessoal	(68.197)	(44.708)	(425.479)	(2.122)	(540.506)
Pessoal – Administradores e Conselheiros	(350)	(201)	(1.684)	(5)	(2.240)
Participações dos Empregados	(5.155)	(2.183)	(30.846)	-	(38.184)
Materiais	(9.710)	(5.327)	(61.541)	(213)	(76.791)
Serviços de Terceiros	(29.956)	(12.283)	(213.296)	(1.391)	(256.926)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(46.319)	-	-	-	(46.319)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	-	(1.732.678)	-	(1.732.678)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	-	(297.367)	(170)	(297.537)
Depreciação e Amortização	(136.958)	(32.716)	(348.133)	(1.089)	(518.896)
Obrigações Pós-Emprego	(20.366)	(10.183)	(114.924)	-	(145.473)
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	-	-	(177.627)	-	(177.627)
Provisões Operacionais	(8.112)	(3.080)	(41.071)	(193)	(52.456)
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	-	-	(344.902)	-	(344.902)
Outras Despesas Líquidas	(57.695)	(4.625)	(74.715)	(9.416)	(146.451)
	<u>(382.818)</u>	<u>(115.306)</u>	<u>(3.864.263)</u>	<u>(14.599)</u>	<u>(4.376.986)</u>
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial e Receitas (Despesas) Financeiras	800.139	63.439	(360.153)	1.555	504.980
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	-	-	-	(4.693)	(4.693)
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS					
Receita Financeira	50.927	34.145	769.425	339	854.836
Despesa Financeira	(291.708)	(60.624)	(818.235)	(38.295)	(1.208.862)
	<u>(240.781)</u>	<u>(26.479)</u>	<u>(48.810)</u>	<u>(37.956)</u>	<u>(354.026)</u>
Juros sobre Capital Próprio	(30.800)	(15.400)	(173.800)	-	(220.000)
	<u>(271.581)</u>	<u>(41.879)</u>	<u>(222.610)</u>	<u>(37.956)</u>	<u>(574.026)</u>
Lucro (Prejuízo) Operacional	528.558	21.560	(582.763)	(41.094)	(73.739)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(12.565)	(1.947)	(9.111)	(3.385)	(27.008)
PERDA EXTRAORDINÁRIA	(146.346)	(73.173)	(825.806)	-	(1.045.325)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	369.647	(53.560)	(1.417.680)	(44.479)	(1.146.072)
Imposto de Renda	(130.459)	(10.906)	62.391	10.051	(68.923)
Contribuição Social	(52.756)	(3.086)	44.695	4.309	(6.838)
Lucro (Prejuízo) Antes da Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	186.432	(67.552)	(1.310.594)	(30.119)	(1.221.833)
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	30.800	15.400	173.800	-	220.000
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	217.232	(52.152)	(1.136.794)	(30.119)	(1.001.833)

NOTA EXPLICATIVA À DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002

A CEMIG mantém registro das receitas e despesas por atividade, segregando-as entre geração, transmissão, distribuição/comercialização e atividades não vinculadas a concessão do serviço público de energia elétrica da CEMIG, conforme determinação do Órgão Regulador. As Demonstrações dos Resultados Segregados por Atividade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002 foram elaboradas adotando-se os critérios descritos abaixo.

Para segregação das Receitas Operacionais são adotados os seguintes critérios:

- ❑ Geração - Refere-se ao fornecimento de energia para a atividade de Distribuição, sendo adotadas as seguintes tarifas: Para o exercício de 2002, tarifa de R\$41,19/MWh até 07 de abril de 2002 e R\$46,10/MWh a partir de então. Para o exercício de 2003, tarifa de R\$46,10/MWh, até 07 de abril de 2003 e R\$51,02/MWh a partir de então.
- ❑ Transmissão – Refere-se à utilização das instalações de transmissão da rede básica, com receita permitida aprovada através de Resolução pela ANEEEL, e outros serviços relacionados, e compreende valores efetivamente faturados pela Companhia a terceiros durante o exercício.
- ❑ Distribuição e Comercialização – Refere-se aos valores efetivamente faturados pela CEMIG a consumidores finais, reduzidos daqueles alocados as atividades de Geração e Transmissão.
- ❑ Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica – Referem-se as receitas provenientes dos ativos da CEMIG relacionados a atividade de produtor independente de energia elétrica e outras operações não vinculadas a concessão.

A receita de geração para operações internas não foi faturada, mas somente reduzida da receita faturada pela atividade de Distribuição e Comercialização.

Para segregação das despesas, são adotados os seguintes critérios:

Deduções às Receitas - Exceto quanto ao ICMS e ECE, que incidem somente sobre a atividade de Distribuição/Comercialização, foram alocadas proporcionalmente às receitas de cada atividade.

Despesas Operacionais - As despesas relacionadas diretamente com as atividades foram alocadas especificamente, conforme registro contábil definido no Plano de Contas. As despesas comuns, quando a identificação por atividade não foi possível, foram apropriadas através de rateio, proporcionalmente às Despesas de Pessoal e Serviço de Terceiros, diretamente alocadas, conforme previsto no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

Os Resultados de Equivalência Patrimonial foram alocados integralmente como Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica.

Para segregação das Receitas e Despesas Financeiras, Resultado não Operacional e Provisão para Perdas Extraordinárias são adotados os mesmos critérios das despesas operacionais.

A Contribuição Social e o Imposto de Renda foram alocados proporcionalmente ao Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.

Os Juros sobre Capital Próprio e a Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio foram alocados de acordo com os critérios de alocação das despesas operacionais comuns, ou seja, proporcionalmente às Despesas de Pessoal e Serviço de Terceiros, diretamente alocadas.

As receitas e despesas alocadas entre as diversas atividades da Companhia, de todas as naturezas indicadas, limitaram-se aos valores totais efetivamente auferidos e incorridos durante o exercício pela CEMIG. Não foram criadas receitas e despesas em adição aos valores constantes dos registros contábeis oficiais, de modo a não ser necessária a eliminação de saldos entre atividades.

As Demonstrações dos Resultados Segregados por Atividade foram elaboradas em conformidade à instrução do órgão regulador, sendo que não foram elaborados os respectivos Balanço Patrimonial e a Mutação do Patrimônio Líquido. Desta forma, as referidas Demonstrações não representam as Demonstrações dos Resultados de cada atividade, caso as mesmas fossem sociedades constituídas legalmente, com operações independentes.

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Belo Horizonte - MG

1. Examinamos os balanços patrimoniais individuais (controladora) e consolidados da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e controladas, levantados em 31 de dezembro de 2003 e 2002, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia e controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual (controladora) e consolidada da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e controladas em 31 de dezembro de 2003 e 2002, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos individuais (controladora) e consolidados referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. As informações suplementares contidas nos Anexos I e II, referentes, respectivamente, às demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado individuais (controladora) e consolidadas da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e controladas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002, são apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais e não são requeridas como parte das demonstrações financeiras básicas. Essas informações foram por nós examinadas, de acordo com os procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo 2 acima e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5. As informações suplementares contidas no Anexo III, referentes à demonstração do resultado segregado por atividade individual (controladora) da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002, estão apresentadas por determinação do Órgão Regulador das atividades da Companhia e não são requeridas como parte das demonstrações financeiras básicas. Estas informações foram por nós examinadas, de acordo com os procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo 2 acima e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação aos critérios descritos no Anexo III.
6. Conforme descrito nas notas explicativas nº. 7, 9, 10 e 18, às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2003 e 2002, a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e controladas registraram ativos, passivos, receitas e despesas relativos às transações de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia - MAE, com base em cálculos preparados e divulgados pelo MAE. Esses valores podem ser modificados em função de decisão de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos, em sua maioria, à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.

Belo Horizonte, 29 de março de 2004.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 S/MG

Francisco Papellás Filho
Contador
CRC-SP 127.815/O-2 S/MG